

Em busca da revolução brasileira:
Uma análise crítica da estratégia
democrático-popular

Morena Gomes Marques

EDITORIA
PRISMAS

Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular

Morena Gomes Marques

1ª Edição - Copyright© 2015

Todos os Direitos Reservados.

Editora Prismas/ Editora Appris

Editor Chefe:

Vanderlei Cruz

editorchefe@editoraprimas.com

Coordenadora Administrativa:

Eliane Andrade

administrativo@editoraappris.com.br

Diagramação e Projeto Visual:

Cláudia Reucher

Capa:

Danielle Paulino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz

Bibliotecária CRB 9-626

Marques, Morena Gomes

M357 Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular

2015 / Morena Gomes Marques. – 1. ed. – Curitiba : Editora Prismas, 2015. 238 p. ; 21 cm

ISBN: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1. Democracia. 2. Estratégia democrático popular. 3. Brasil - Questão social. I. Título.

CDD 321.8(22.ed)

CDU – 321.7

EDITORIA
PRISMAS

Editora Prismas

Fone: (41) 3156-4731

Rua José Tomasi, 924 - Santa Felicidade

Curitiba/PR - CEP: 82015-630

www.editoraprimas.com

Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular

Morena Gomes Marques

EDITORIA
PRISMAS
Curitiba
2015

VALE A PENA

“Vale a pena viver, quando se é comunista”.

(Antonio Gramsci)

Quando a noite parece eterna
e o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
e o futuro não passa de uma promessa.

Nos perguntamos: vale a pena?

Quando a classe parece morta
e a luta é só uma lembrança.
Quando os amigos e as amigas se vão
e os abraços se fazem distância.

Nos perguntamos: Vale a pena?

Quando a história se torna farsa
e outubro não é mais que um mês.
Quando a memória já nos falta
e maio se transforma em festa.

Nos perguntamos: vale a pena?

Mas, quando entre camaradas nos encontramos
e ousamos sonhar futuros.
Quando a teoria nos aclara a vista
e com o povo, ombro a ombro, marchamos.

Respondemos: vale a pena viver,
quando se é comunista!

(Mauro Iasi)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, preciso fazer um agradecimento especial e caloroso à minha família. Minha mãe, cujo esforço, apoio, carinho e estímulo foram essenciais em minha vida, nas escolhas e conquistas. Esta trajetória nunca teria se iniciado sem os seus sonhos e afago. Devo a você tudo que sou. Ao meu pai, que é, sem sombra de dúvida, o leitor mais empolgado deste livro e o responsável pela sua maior divulgação. A Mitat, atriz, irmã e amiga. Obrigada por sua alegria, felicidade e sorriso. E, por fim, aos meus queridos avós e tias que vibraram por esta história.

A Tao, minha maior paixão, obrigada por acreditar incondicionalmente. Seu amor e paciência tornaram os meus dias mais intensos, esse estudo mais colorido e a vida mais alegre. Agradeço também, à sua família, pela acolhida generosa em terras candangas, apoio e torcida: Regina, Toncá Burity, Kaiky e Kelma.

As minhas amigas-irmãs e companheiras de todas as horas, que contribuíram em momentos e de formas diferentes com a construção desta obra. As que o Rio de Janeiro me deu – Ivy, Bárbara, Maria, Milleny e Giselle – com as quais dividi não apenas uma morada, mas um cotidiano permeado pela amizade e carinho. E, aos meus presentes de Brasília: Daniela, Sandra, Marcela e Adrianycce (a poetisa mais linda e contagiante do cerrado!). O trabalho, as lutas e os projetos compartilhados no dia-a-dia da Universidade de Brasília me amadureceram profissionalmente e estreitaram os meus laços a vocês.

A Bianca e Beatriz, estimadas amigas, sou grata pela presença de vocês em minha vida, o carinho, o cuidado e a paciência que em muito me fortaleceram.

A alguns alunos, que me revelaram a riqueza da docência, e com os quais dividi valiosas reflexões: Rafaela, Hyago, Franklin, Blenda e Silvia.

Aos professores/as do Departamento de Serviço Social da UnB, com especial destaque à Ivanete Boschetti e Rosa Stein, comprometidas e queridas companheiras.

Como também aos amigos Claus, Galetti e Carlos Lima, pela companhia e calorosas conversas.

A querida família de Glênio Bianchetti, que ce-deu gentilmente o uso da obra “Garotos” para a ilustração deste livro.

A Maria Inês Bravo, muito mais que orientadora, uma amiga, referência, companheira de todas as horas, a quem nutro profunda admiração. Sou a você imensamente grata pela orientação atenta e qualificada, lutas travadas e, sobretudo, por ter me apresentado o exercício da “paciência histórica” diante do mundo.

Ao querido professor José Paulo Netto, cuja generosidade e sabedoria tanto me encantam. Agradeço a sua atenção, leitura precisa e valiosas contribuições, que em muito enriqueceram este trabalho.

Aos companheiros da Corrente Resistência Socialista, onde a militância, a crítica e os calorosos debates foram o verdadeiro fomento para as reflexões deste livro.

Aos camaradas do PCB. Em especial ao professor Mauro Iasi, cujas reflexões e ensinamentos fizeram-se presentes em muitas das linhas deste trabalho.

Apresentação

A publicação deste primeiro livro de Morena Gomes Marques chega deveras “na hora certa”, e incide com competência no campo dos estudos teóricos e políticos sobre a sociedade brasileira. Refletir sobre a Revolução Brasileira nos nossos tempos difíceis é uma tarefa de grande importância tanto nos seus aspectos teóricos quanto práticos. Se na “batalha das ideias” a crise do capital alimenta o arsenal teórico e ideológico conservador e fascista para manutenção das relações de dominação capitalista, na luta social a reação do capital, por meio da intensificação da exploração, vem impondo inúmeras ofensivas à organização e estratégias de luta das classes trabalhadoras em toda parte de mundo.

Temos em mãos, de forma singular, um aprofundado estudo da bibliografia produzida desde os anos 1940 até o início do século XXI no Brasil sobre a chamada “estratégia democrático-popular” para a necessária Revolução Brasileira. Este estudo, que analisou o pensamento de autores clássicos marxistas brasileiros, com destaque à fundamental contribuição de Florestan Fernandes, foi realizado com filtro crítico e qualificado de uma jovem pesquisadora marxista. E como essa bibliografia analisada bebe na fonte do “método da teoria social de Marx”, o livro oferece um amplo e radical solo histórico das lutas de classe na formação social brasileira, e de sua conformação na dinâmica política.

A autora produz uma análise rigorosa das determinações da “questão social” brasileira e explicita que ela (a questão social) deve ser compreendida como produto da particularidade da formação social capitalista no Bra-

sil, resultado inequívoco da relação de exploração entre o capital e o trabalho, e das relações sociais de classe. Para conhecer essa relação, é produzida também uma investigação sobre a classe trabalhadora brasileira, na qual paira a expectativa histórica de sujeitos com potencial revolucionário, e que são centrais na análise da chamada “estratégia democrático-popular”.

Ao enfrentar um debate bastante controverso no campo da esquerda brasileira, Morena Marques desenvolve uma reflexão crítica e posicionada sobre a estratégia socialista necessária para a realidade brasileira, a construção da alternativa de “Revolução Democrática” ao final do clico da Ditadura civil-militar no Brasil, e finaliza seu texto indicando-nos a persistência do projeto “Democrático-Popular” e a experiência do Partido dos Trabalhadores – PT na condução do seu projeto de “socialismo democrático”, a partir do Estado.

Este desafio analítico, combinado ao rigor teórico da autora, culminou em uma obra direta, densa e socialmente comprometida. Trata-se, sem dúvida, de uma análise contundente, que faz um balanço teórico da Revolução brasileira e da atualidade da revolução socialista como produto da ação histórica das classes trabalhadoras.

Daniela Neves

Prefácio

Este livro chega em hora especialmente oportuna e é produto da coragem de Morena Gomes Marques em seus estudos sobre a estratégia democrático-popular. Escrever sobre a mesma não é uma tarefa fácil, pois exige, acima de tudo, ousadia e fidelidade crítica. Mas, tal crítica, não supõe a limitação ao questionamento residual frente à profunda crise da esquerda brasileira pós-PT na presidência da República ou, muito menos, a postura desolada de quem perdeu o “caminho” antes traçado para a transformação socialista. Para tanto, compreende-se que o democrático-popular ultrapassa o Partido dos Trabalhadores, sendo estratégia hegemônica em parte considerável da esquerda brasileira, ainda que tenha neste partido o seu mais significativo protagonista. A autora trata-se do estudo acerca de um programa de “Revolução Brasileira” construído a partir da segunda metade do século XX e que chega ao seu ápice de materialidade e esgotamento nos anos 2000.

Distanciando-se de qualquer traço idealista ou ingênuo, Morena Marques expressa a sua maturidade crítica na análise metodológica ora apresentada, cuja produção de conhecimento nega a aparência fenomênica, imediata e empírica na abordagem do objeto de pesquisa. A análise que procede tem por suporte uma compreensão histórica e materialista, tarefa evidente em sua argumentação teórica. Nesta perspectiva, o ponto de partida detêm uma existência objetiva - a estrutura e dinâmica da dominação capitalista no Brasil – o que faz necessário o resgate da formação sócio-histórica brasileira, caracterizada pelo caráter autocrático da nascente burguesia a partir de uma economia de base periférica e dependente. Em síntese, a “fór-

mula” desta dominação burguesa é simples: um padrão de acumulação do capital imposto de “fora” para “dentro”, baseado na sobre-expropriação da força-de-trabalho, aviltada pela burguesia nacional e estrangeira.

Longe de ser episódico, este fenômeno identificado no primeiro capítulo do livro é erigido como fator estrutural para interpretação da realidade. É a partir da dependência, enquanto conceito-chave para análise do capitalismo no país, que a autora circunscreve os desafios postos à organização da classe trabalhadora, seja na sua constituição tardia como classe em si, ou nas dificuldades sócio-políticas para formação de uma identidade propriamente anticapitalista.

Sem sombra de dúvidas, está é uma assertiva correta. A maioria hegemônica das reflexões programáticas que perfilaram o imaginário da revolução socialista no país tiveram por cerne o anseio de superação da condição de subdesenvolvimento. A luta por um capitalismo “autônomo” ou desenvolvido ao não configurar uma aspiração burguesa, dado o seu perfil patrimonialista e egoísta de classe, tornou-se equivocadamente uma pauta dos trabalhadores, na maioria das vezes, inculcada como tarefa tática ou transitória da etapa socialista, pretensamente possível através da efetivação de reformas sociais e econômicas. Assim, o que a presente obra vem demonstrar é como esta mediação primeiramente tática tornou-se um fim estratégico da “Revolução Brasileira”.

Para tanto, a análise histórica é crucial. Como supõe um estudo de investigação marxista, o sujeito “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perceber a conexão que há entre elas” (Marx, 1980, p.24). Tomada enquanto um processo, a Estratégia Democrático-Popular é

aqui analisada em sua gênese, seja na proposta democrático-nacional do PCB traçada ainda nas primeiras décadas do século XX, ou no esforço de apreender as raízes do que se configurou a defesa da “Revolução Democrática” aos países de “resquício colonial” propugnada pela tradição marxista internacional, com especial destaque às reflexões dos pensadores e dirigentes revolucionários Lênin e Mao Tsé Tung.

Mas, é pela mão de importantes intelectuais da tradição marxista brasileira – com especial destaque à Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e José Chasin – que a proposta da “Revolução Democrática” ganhou maiores elaborações teóricas neste país. Dentre tais pensadores, é o sociólogo Florestan Fernandes a quem a autora escolhe por ser o maior interlocutor deste livro. A escolha não se dá por menos. Autor de obras como ‘A Revolução Burguesa no Brasil’ e ‘Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina’ (devidamente exploradas neste texto), Florestan Fernandes é, incontestavelmente, o maior precursor do debate brasileiro acerca da ‘Revolução Democrática’. A programática socialista por ele adotada supunha um contínuum revolucionário: em países onde as reformas civilizatórias não houvessem se realizado, dado o perfil autocrático de sua burguesia, os “de baixo” haviam de fazê-lo. A revolução socialista seria assim, produto inevitável da luta “dentro da ordem”, que ao se confrontar com o caráter autocrático e impermeável de nossa burguesia, se transformaria em uma revolução “contra a ordem”.

Contudo, o que a história nos demonstrou é que esta programática socialista, que conquista materialidade no processo de luta e organização política da classe trabalhadora pós-redemocratização, nos conduziu a um “aprisionamento dentro da ordem”, cujo ‘desfecho’ mais emblemático é a experiência petista. Reconhecemos que é condicionante

a tal fato o processo mais amplo de reorganização do capital, da contrarreforma do Estado e desmonte de conquistas sociais, somados a uma conjuntura de readequação patrimonialista burguesa sob um Estado democrático.

Mas, existe aqui um porém. Fernandes, como um homem de seu tempo, vislumbrava possibilidades à classe trabalhadora ao derruir do longo ciclo contrarrevolucionário burguês. As reformas em questão eram uma aspiração legítima. Hoje, após algumas décadas de hegemonia desta programática socialista no seio da esquerda, se fazem necessárias algumas reflexões. Desta forma, o balanço realizado por este livro nos deixa uma pertinente indagação: é possível em um tempo de fim das reformas, elegermos a luta “dentro da ordem” como a grande estratégia para a classe trabalhadora? Não seria a Estratégia Democrático-Popular um ‘amoldamento’ do sentido originário do socialismo?

Escrever este prefácio é para mim motivo de orgulho pois este livro trata-se de uma obra de inegável caráter militante. Não há aqui espaço para neutralidade ou objetividade positivista. O sujeito, autor e pesquisador, está diretamente implicado no objeto, não vivencia com este uma relação de “externalidade”. Entretanto, a identidade apresentada neste texto, em nada retira o caráter científico da obra. Pois, o locus no qual se produz este conhecimento é a prática social e a história.

Morena contribui com este livro para pensarmos o Brasil e o momento presente, sendo uma leitura obrigatória para todos que lutam por uma outra sociedade sem exploração social e divisão em classes sociais.

Maria Inês Souza Bravo

Abril de 2015

Sumário

Introdução.....	19
------------------------	-----------

Capítulo I

A questão social no Brasil	23
---	-----------

1.1. Considerações Iniciais	25
-----------------------------------	----

1.2. A “questão social” na formação sócio-histórica brasileira: autocracia, democracia restrita e lutas sociais.....	30
---	----

Capítulo II

A classe trabalhadora brasileira	59
---	-----------

Capítulo III

Fundamentos históricos e teórico-metodológicos da Estratégia Democrático-Popular	107
---	------------

3.1. Da “Revolução Brasileira” à “Revolução Democrática”: tática e estratégia socialista em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes	109
--	-----

3.2. O fim do ciclo autocrático-burguês: entre a “Revolução Democrática” e a autorreforma do sistema	132
---	-----

3.2.1. Aceleração do desenvolvimento econômico	133
--	-----

3.2.2. Evolução político-organizativa da classe trabalhadora	139
---	-----

3.2.3. A contraproposta “democrática” das classes dominantes	149
---	-----

Capítulo IV

A consolidação Democrático-Popular	157
---	------------

4.1. Neoliberalismo e refluxo do movimento democrático de massas.....	159
--	-----

4.2. A cultura autocrática: um legado da nossa Contrarrevolução burguesa.....	178
--	-----

4.3. O PT e a democracia de cooptação	185
---	-----

Considerações Finais	221
-----------------------------------	------------

Referências Bibliográficas	231
---	------------

Introdução

A presente obra advém do questionamento acerca dos rumos estratégicos assumidos pela esquerda no país, em sua busca por uma autêntica “Revolução Brasileira”, que levasse em conta tanto o modelo subordinado de transformação capitalista e dominação burguesa aqui constituídos, como a classe trabalhadora que lhe deriva, com suas singularidades sócio-culturais e potencialidades organizativas. Apenas e a partir da reflexão sobre essa classe e seu sujeito histórico, nos foi possível identificar uma estratégia socialista dos ‘de baixo’ e a sua materialização enquanto projeto societário. Diante de tal reflexão escolhemos por objeto de estudo a intitulada “Estratégia Democrático Popular”, tanto por sua representatividade histórica e contemporânea – dada a sua formação no seio das lutas democráticas e sua atualidade como programática ainda hegemônica na organização da esquerda brasileira; como, sobretudo, por a considerarmos objeto necessário de reflexão crítica.

Por “Estratégia Democrático-Popular” vamos compreender o principal debate tático-estratégico¹ construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. Apesar da contribuição de autores importantes em sua formulação como Prado Jr. (1966) e J. Chasin (2000) é ao sociólogo Florestan Fernandes que

1. Tomando por referência Clausewitz (2010), compreendemos a tática como a teoria da utilização das forças em combate e diz respeito a um número maior ou menor de ações e lutas separadas, mas complementares entre si. Já a estratégia, que descende da utilização e combinação dos combates singulares é a estratégia final da guerra.

atribuímos a construção de sua gênese e fundamentos teóricos. Para este, a estratégia socialista da “revolução brasileira”, diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma “revolução democrática”, a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, “dentro” e “fora” da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito a quebra das nossas “cadeias coloniais” com a condução operária à chamada “revolução burguesa em atrasado”, ou seja, a realização das nossas pendentes reformas civilizatórias: agrária, urbana, sanitária, educacional, dentre outras. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional-democrática à vitória socialista.

Apesar da influência da teoria da “Revolução Democrática”, essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura “Democrático-Popular” a partir do 5º Encontro Nacional do PT (1987) e em obras posteriores de Florestan Fernandes, frutos da sua militância política e partidária. O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia “democrática, popular e antiimperialista” hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado. Democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capitalismo brasileiro. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus “aliados” afetados pelos grupos monopólicos - a pequena burguesia ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo.

Diante do pouco acúmulo sobre o tema no meio acadêmico e parco referencial bibliográfico disponível, tomamos por objetivo desse livro a tarefa intelectual e política em proceder a uma pesquisa bibliográfica acerca da temática. Para tanto, delineamos o estudo da Estratégia Democrático Popular tendo por principal interlocutor teórico Florestan Fernandes (1973, 1974, 1981, 1991, 1995 e 2011) e, em menor medida, outros autores clássicos da tradição marxista brasileira, como Prado Jr. (1945 e 1966) e J. Chasin (2000). O foco de análise centra-se sobre os desdobramentos históricos e metamorfoses programáticas do que Fernandes denominou por serem “as duas realidades históricas negligenciadas pela burguesia: a revolução nacional e a instauração de uma democracia de participação ampliada” (2011b, p.254), no período histórico compreendido entre a abertura democrática e a égide neoliberal, com especial atenção ao fenômeno da “democracia de cooptação” efetivado a partir da posse do PT à presidência nos anos 2000.

Na primeira parte do livro, discorreremos sobre a formação social do Brasil e as particularidades que aqui adquire “a questão social” por meio de um duplo processo de dominação burguesa – nacional e internacional – e um padrão periférico da ordem social competitiva, baseado na dependência externa e na superexploração da força de trabalho. Dividida em dois capítulos, buscamos dedicar em cada um uma atenção especial à composição das classes sociais, tomando por referência histórica e sociológica o início e término da Revolução Burguesa no Brasil: do “espírito burguês” pós-independência ao assalariamento dos ‘de baixo’, e deste ao fenômeno da autocracia burguesa sob o capitalismo monopolista. Enquanto no primeiro capítulo nos detemos ao burguês brasileiro, é no segundo capítulo

que procedemos a uma análise mais acurada sobre a classe trabalhadora, com vistas a elucidar tanto as dificuldades à organização e constituição de uma identidade propriamente classista por estes sujeitos, como o desafio de construção dos primeiros ensaios de uma programática socialista, a partir da formulação da ‘Revolução Democrático-Nacional’ pelo PCB entre as décadas de 1950 e 1960.

Na segunda parte desta obra, trabalhamos os condicionantes e limites postos à “Estratégia Democrático-Popular”, buscando realizar uma apresentação panorâmica deste objeto, atentando-nos para um fato crucial: as alterações do que se pressupôs ser a nossa ‘Revolução Democrática’, em suas etapas ‘dentro’ e ‘fora’ da ordem. Se, em sua origem embrionária, esta estratégia previa uma superação do estatuto colonial e, uma radicalização democrática de viés antiimperialista, o que se passa nos dias de sua consolidação é algo bem diferente. Nesse sentido, o terceiro capítulo diz respeito à sua gênese, expressa na obra “A Revolução Brasileira” de Caio Prado Jr. (1966), como ao seu modelo maduro, desenvolvido ao fim da contrarrevolução burguesa no movimento de ascenso das lutas democráticas e de massas, o qual ganha corpo com o Partido dos Trabalhadores - PT.

Ao fim, o quarto capítulo trata da consolidação da Estratégia Democrático-Popular no período contemporâneo, através da concessão de um partido de base trabalhista às exigências antinacionais e antissociais de nossa *cultura autocrática*, e o redimensionamento do seu horizonte estratégico e programático socialista para a sua auto-legitimação ‘dentro da ordem’.

Capítulo I

A questão social no Brasil

No primeiro capítulo deste livro, a partir do conceito de “questão social”, faremos uma breve síntese dos elementos que acreditamos serem necessários para a melhor compreensão dos rumos organizativos assumidos pela classe trabalhadora no Brasil. O primeiro é o aprofundamento do debate acerca da “questão social”, tanto na explicitação de seu conceito macroscópico de raiz marxiana, como no estudo da sua singularidade histórica e determinações econômicas nacionais, tomando por fundamento a obra de dois marxistas clássicos da sociologia brasileira – Prado Júnior (1942 e 1966) e, sobretudo, Fernandes (1973, 1974 e 1981). Tendo por recorte temporal o período compreendido entre o início e o fim da Revolução Burguesa, nos atemos a dois aspectos principais: o caráter da ordem social competitiva aqui constituída, de viés dependente e subdesenvolvido; e a contradição de classes que lhe deriva, entre uma burguesia oligárquico-patrimonialista por excelência e uma classe trabalhadora plural, diferenciada nas disparidades étnicas e regionais, mas semelhante na negação da vivência cidadã e na sobre-expropriação da sua força de trabalho.

1.1. Considerações Iniciais

Segundo Netto (2007, p.157), a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho, a exploração, efetivada num marco de contradições que tornam, pela primeira vez na história, a pobreza acentuada e generalizada – o pauperismo – suprimível, sem a supressão das mesmas

condições nas quais se cria a riqueza social. Nos modos de produção anteriores à ordem burguesa, correspondentes às diferentes fases de desenvolvimento da divisão social do trabalho – tribal, comunal e estatal antiga, e a feudal² - o desenvolvimento das forças produtivas, das formas de propriedade e de intercâmbio eram limitados, o que, consequentemente, conduzia a uma reduzida produção de riquezas, incapaz de suprir as necessidades da população nas diferentes sociedades. Não que inexistisse exploração e desigualdades, mas essas expressavam-se no trabalho escravo, servil, e na distinção entre oficial e aprendiz nas corporações citadinas. Para Marx (2008), o que distingue o modo de produção capitalista de todos os demais é esta “transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanente, capaz de desenvolver forças produtivas mais maciças e colossais que todas as gerações anteriores” (Idem, p.16). Deste modo, se não era recente “a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2007, p.153).

Não se trata mais aqui da produção para o uso pessoal, restrita a satisfação das necessidades de consumo de seus produtores, isso é produto, fruto do simples trabalho. O que demarca este novo período é a forma mercadoria, enquanto não apenas portadora de *‘valor de uso’*, mas *valor e não só valor, mas também mais-valia*. Ao diferenciar o trabalho, enquanto categoria universal³, da forma que

2. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

3. Marx (2004) define a categoria trabalho como uma forma que

assume neste modo de produção determinado – enquanto força de trabalho assalariada e expropriada pelo capitalista – Marx (2004) desvela o processo de alienação a que é submetido o trabalhador, cujo conteúdo está na essência da extração do excedente, como trabalho não pago, diferença entre o valor do trabalho desempenhado e agregado no processo de produção e o seu equivalente monetário na forma de salário. O valor do trabalho torna-se distinto e inferior ao que produz, reduzindo-se aos irrisórios valores das mercadorias necessárias à sua manutenção e reprodução do trabalhador e de sua família.

O caráter “novo” desta pobreza se dá por uma contradição antes inexistente, entre a intensa socialização do trabalho e da produção de riquezas e a sua crescente apropriação privada, como produto direto do processo de acumulação do capital, subjugado à lei do valor, cuja consequência é a subsunção do trabalho ao capital. Esta falsa aparência da remuneração da força de trabalho distingue-a de todas as formas sociais anteriores, como a subordinação escravista ou servil, em que o aviltamento pelo “senhor” era claro, visível e legítimo, associado frequentemente ao uso da violência física. O trabalho assalariado toma aparência de trabalho ressarcido, cujas partes paga e não-paga apresentam-se “dissimuladas” sobre uma aceita-

pertence exclusivamente ao homem, como um processo entre o homem e a natureza, em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza. Ao atuar por meio deste movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. O trabalho, a partir de seus elementos simples: a atividade orientada a um fim, seus objetos e meios, adquire uma forma que pertence exclusivamente ao homem. Através do trabalho o homem transforma e realiza na matéria natural o seu objetivo, subordinando-a a sua vontade, diferenciando-se dos animais pela sua capacidade teleológica, de imaginar idealmente o produto de seu trabalho.

ção contratual entre os envolvidos, onde a coerção adquire uma forma jurídica, implícita em “cláusulas – formais ou informais – do contrato de trabalho, sendo garantida externamente, através de aparatos jurídico/legais e repressivo/policiais”(TAUILE, 2001 p.49).

A designação do pauperismo enquanto “questão social” está atrelada ao assalariamento dos trabalhadores livres, que destituídos dos próprios meios de subsistência, têm por único recurso a venda da sua força de trabalho. A essência dessa expressão deve ser buscada nos desdobramentos sócio-políticos da formação de uma classe de trabalhadores, que “com o desenvolvimento da indústria, não só se expande, mas se concentra em grandes massas, sua força aumenta e ela se reconhece cada vez mais” (MARX, 2008, p.27):

Todas as classes dominantes anteriores procuraram garantir sua posição submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários só podem se apoderar das forças produtivas sociais se abolirem o modo de apropriação típico destas e, por conseguinte, todo o modo de apropriação em vigor até hoje. Os proletários nada têm de seu para salvaguardar; eles têm que destruir todas as seguranças e todas as garantias de propriedade privada até aqui existentes. Todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou em interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, a camada mais inferior da sociedade atual, não pode se levantar, colocar-se de pé, sem mandar pelos ares todas as camadas superpostas que constituem a sociedade atual (Idem, Ibidem).

Desta forma, a “questão social” deve ser compreendida com o desvelar da contradição própria a toda e qualquer formação social burguesa - produto da relação de exploração entre o capital e o trabalho - superável pelos próprios sujeitos que produzem a riqueza social. Suas expressões são tanto as refrações desta mesma contradição, visível na permanente concentração de riquezas e na formação de uma superpopulação relativa, sobrando em face aos interesses do capital⁴; como os componentes de resistência e de ruptura presentes na constituição das formas de seu enfrentamento. Esse caráter conflitivo, que adquiriu formas diversas, avanços e recuos a cada tempo histórico, têm como resposta da classe dominante um duplo movimento: a repressão/criminalização da questão social, e/ou a concessão/regulação das reivindicações presentes nas lutas da classe trabalhadora. Em ambos, a classe burguesa intervém sob a direção do capital, através do Estado, tanto pelo uso da violência e da repressão, como através da consolidação de direitos sociais, trabalhistas e a oferta de serviços sociais públicos, a depender da correlação de forças entre as classes em disputa.

4. A procura de trabalho pela classe trabalhadora está determinada não pela magnitude do capital global, mas por seu segmento variável, que cresce em proporções aceleradas em face das possibilidades de ocupação desta população. É neste movimento de subordinação do trabalhador e valorização do capital “que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e extensão, uma população supérflua” (MARX, 2010, p.733). Em todos os ramos em que se altera a composição orgânica do capital o número de trabalhadores empregados está sempre atrelado às flutuações do capital, entre crescimento exponencial e crises cíclicas, o que constitui no interior desta classe uma “superpopulação transitória” de difícil absorção pelo mercado.

1.2. A “questão social” na formação sócio-histórica brasileira: autocracia, democracia restrita e lutas sociais

A “questão social” no Brasil deve ser entendida a partir das singularidades da formação sócio-histórica nacional, considerando o duplo processo de dominação burguesa e transformação capitalista excludente aqui desenvolvido (IANNI, 2004). A nossa via não-clássica de transição à sociedade capitalista madura nos conduziu a um padrão concreto de dominação burguesa, permeado pela característica “extra” do sentido geral da colonização, essencialmente heterônoma, onde o “velho” e o “novo” interagem e se confundem, trazendo na composição das classes o legado colonial, escravocrata e imperialista. Para tanto, elegemos como necessário aprofundar o debate acerca de alguns elementos, determinantes para a compreensão da “questão social” no país, sendo esses: o processo de formação das classes sociais - a burguesia e os “de baixo” nas palavras de Fernandes (2009) - moldadas pelo movimento da nossa contrarrevolução burguesa e de sua respectiva economia capitalista dependente; e os conflitos entre as mesmas, em torno das reivindicações democrático-populares, que disputam e “alargam” o sentido restrito da cidadania originário do sistema autocrático-burguês, demonstrando como horizonte outras formas de sociabilidade.

Neste item nos atentaremos, com especial atenção, ao desenvolver histórico de um sujeito coletivo específico: a classe burguesa brasileira. Identificada como o sujeito da nossa Revolução Burguesa e por emprestá-la o seu “tom” anacrônico e autocrático, a burguesia adquire aqui distintas feições, modificando-se e adaptando-se cultural e política-

mente aos diferentes padrões de acumulação capitalista impostos de “fora” para “dentro”. Com base na principal obra de Florestan Fernandes – “A Revolução Burguesa no Brasil” de 1974 – dividimos em três os momentos de análise da evolução dessa classe, da sua gênese à maturidade, todos envoltos por uma correspondente forma de dominação externa⁵: o seu irromper na pós-emancipação política nacional, ainda na condição de “espírito burguês” sob as bases de um capitalismo competitivo de origem colonial e neocolonial; a sua entrada ao estágio ‘maduro’ da condição de classe através da expansão do mercado interno, a propugnância da revolução urbano-comercial e da produção industrial; e, como terceiro e último momento, a sua plenitude de poder

5. Fernandes (1976, p.22-28) caracteriza como quatro as fases e formas de dominação externa. A primeira – *o antigo sistema colonial* – tinha por legitimidade a institucionalização legal e política dos interesses das coroas de Espanha e Portugal e uma base produtiva estruturada na grande lavoura, adaptada aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão. Nessa, apenas aos colonizadores era possível participação na socialização do poder e na transferência de posição social estamental. A segunda – o neocolonialismo – é fruto da desagregação da primeira e a conquista de hegemonia econômica por outras nações européias, a Inglaterra em particular. A dominação externa caracterizou-se por um aspecto indireto, puramente econômico na esfera de circulação de mercadorias, perpetuando aspectos gerais da divisão internacional de trabalho, dada a permanência dos países periféricos como exportadores de bens primários, funcionais para alimentar o início da era industrial. A terceira – o imperialismo restrito – provocado pela dinamização da revolução industrial, é a totalização da dominação externa, quando esta atinge todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos, mas por meio da incorporação maciça de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. A quarta – *o imperialismo total* – passa a controlar e organizar a dominação a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. Tanto os interesses privados externos, os grandes monopólios e as superpotências capitalistas, quanto os internos – a burguesia nativa – estão articulados e empenhados na exploração do subdesenvolvimento.

sob a fase tardia do capitalismo monopolista, através do re-
crudescimento do subdesenvolvimento, das disparidades
sociais e da dependência.

A “Revolução Burguesa” brasileira e as específicas implicações que derivam da sua condição de sociedade nacional – organizada a partir “de dentro”⁶ – apenas podem ser compreensíveis se desvincilhadas do sentido usual e comum em que o termo revolução é adotado, enquanto “uma palavra que se aplicaria para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade, [...] *que sublinha o teor da revolução como uma mudança que mexe nas estruturas*” (Idem, 1981, p.3). Aqui, chegamos ao padrão capitalista de dominação sem passarmos, obrigatoriamente, por uma subversão profunda na totalidade da estrutura imperante na ordem colonial; e, presenciando menos, as reformas burguesas típicas que lhe seriam inerentes: a revolução agrária, urbana, industrial, nacional e democrática. Desse modo, sinalizamos que a “Revolução Burguesa” a qual fazemos referência é a da mudança em processo, gradual e histórica, centralizada pelos setores dominantes diante do temor aos subalternos; onde “as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidades generalizadas que antes não encontravam a devida satisfação” (PRADO JÚNIOR, 2004, p.12). Necessidades essas, restritas a reprodução material de um ínfimo setor, de viés oligárquico e patrimonialista por excelência⁷.

6. FERNANDES, Florestan. A revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976, Capítulo 2, p.31.

7. Os segmentos que compunham a nascente burguesia não se organizaram em reação à estrutura colonial, mas às implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois esse neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. O alcance revolucionário burguês da independência, enquanto

O uso da expressão “emancipação nacional” – originária do processo de independência à metrópole portuguesa em 1822 e assim própria ao desencadear histórico da nossa Revolução Burguesa – torna-se, aqui, contraditório em sua totalidade política, econômica e sócio-cultural. Pois, a viabilidade do seu aspecto político submeteu os elementos econômicos e sócio-culturais ao enrijecimento, tanto no que diz respeito à incompletude do desencadear da ordem social competitiva, como na redução do aspecto liberal revolucionário-burguês à “conotação de uma ideologia de racionalização da dependência econômica” (FERNANDES, 1976, p.99). Ao invés da processual ou drástica renovação dos fundamentos societários, típicos da ordem liberal que se irradiava, mantiveram-se as convenções, o código de honra tradicional e os mecanismos patrimonialistas de dominação como condicionantes necessários à “superação” da ordem colonial. O burguês, enquanto o aburguesamento do aristocrata, ergueu-se sobre as estruturas econômicas e sociais do modo de produção anterior, mantendo-as como fontes de seu privilégio, optando por uma solução de centralização política à organização da sociedade em condições realmente burguesas.

Tais aspectos estiveram diretamente vinculados ao modo como se desenvolveu a nossa absorção ao capitalis-

ponto de partida para a formação desta burguesia, caracteriza-se por dois aspectos contraditórios: seu viés conservador e revolucionário. O primeiro, diz respeito à manutenção e fortalecimento da superestrutura da sociedade colonial, em seus elementos econômicos fundantes; e o segundo, à recusa a espoliação colonial, através da tentativa de construção de uma sociedade nacional de caracteres não heterômicos. Ambos são perpassados pelos mesmos fins políticos interdependentes: “a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar estes centros de poder” (FERNANDES, 1976, p.32).

mo - como modo de produção e de troca – em que à ordem social competitiva foram superpostos os prioritários interesses patrimonialista-tradicionais, que deram hegemonicamente o sentido à Revolução Burguesa no Brasil. A fase de ruptura com o regime colonial, condizente com a transição à sociedade nacional “dependente” de padrão neocolonial, não ocorreu a partir da construção de novas e diferenciadas estruturas econômicas, sociais e políticas, mas superpôs-se sobre os fundamentos da sociedade anterior, que não só moldaram a sociedade subsequente, como também “interferiram sobre os dinamismos do mercado mundial, tolhendo ou selecionando os seus efeitos positivos e restringindo o seu impacto construtivo sobre o crescimento econômico interno” (FERNANDES, 2009, p.150). É assim, apenas e a partir do respectivo *modelo de formação capitalista*, que as ações tipicamente de classe ultrapassaram os limites de estamento senhorial, se concretizaram e podem ser compreendidas⁸, visto que a longa digressão anterior – de transição de colônia à nação – foi necessária, pois ela nos apresenta como “as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia, inserindo as estruturas coloniais dentro de uma nova ordem legal, estimulando a

8. Para Fernandes (2009) seria um contrassenso equalizar o senhor de engenho ao burguês ou atribuir ao mesmo a condição de antecessor do empresário moderno. Este, apesar dos privilégios sociais desfrutados, ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária, entrando “no circuito de apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação, controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus” (Ibidem, p.16). A participação que lhe cabia na apropriação colonial, através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos, não correspondia ao “lucro” propriamente dito, mas sim a um montante inferior da apropriação colonial.

organização e o crescimento interno e configurando uma situação de mercado” (FERNANDES, 1976, p.86).

Não podemos considerar estas realidades sem antes apontar para o fenômeno que as perpassa e condiciona: um tipo peculiar de acumulação capitalista, designada por *capitalismo selvagem*. Esse modelo, hegemônico no continente latino-americano⁹, cria as bases que dão sustentáculo ao sentido pleno da expressão *subdesenvolvimento*, através da coexistência simbiótica entre a preservação/reatualização de mecanismos do antigo sistema colonial e a subordinação estrutural do país ao imperialismo. O que se desenvolveu no país, como dito previamente, não foi um capitalismo moderno e desenvolvido em sua totalidade econômica, sociocultural e política. Tendo por nascedouro o antigo sistema de colonização latino-americano, ele apenas poderia produzir o reverso, demarcando como seus fenômenos iniciais e precursores as combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com

9. Apesar das nações latino-americanas caracterizarem-se por uma incorporação dependente ao mercado mundial, as mesmas apresentam diferenciações quanto à sua composição interna, resultado das singulares formações heterônomas. Segundo Fernandes (2009), apenas alguns países – como Argentina, Brasil, Uruguai, México, Chile – conheceram sucessivamente todas as formas de dominação externa (colonial, neocolonial, imperialista restrita e imperialista total). Outros, a exemplo do Haiti, Honduras, Bolívia, Nicarágua, experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se economias de enclave e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou neocolonial. O autor pondera ainda, que os países que atingiram condições para atingir os dois tipos diferentes de dominação imperialista somente o fizeram graças a um considerável crescimento econômico interno e à existência de estruturas de poder nacionais eficientes, capazes de criar uma posição de barganha na economia mundial e na organização internacional de poder.

a criação de uma riqueza ordenada e praticada por meios político-econômicos internos e externos¹⁰:

A questão estaria mal colocada, de fato, se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos (EUA e Europa). Mas não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? (FERNANDES, 1976, p.206).

Dada a condição dependente de sua existência, o Brasil não poderia “assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias” (FERNANDES, 1976, p.86). A absorção desse padrão liberal se deu tanto pela saturação de seus elementos característicos, como pela apropriação de determinadas facilidades econômicas e culturais de expansão do mercado interno. Em outras palavras, não tivemos aqui nem o desencadear de uma revolução burguesa de cariz democrático-popular, a superar o “antigo regime” e estabelecer novas bases de relações sociais; e tampouco o terreno material que lhe diz respeito - uma dita “revolução industrial” - sob a emergência de um setor produtivo fabril como sustentáculo da economia nacional. O que se sucedeu foi uma interlocução debilitada com esses modelos, confinada “à esfera das atividades comerciais (de exportação e de importação), nas quais desabrochariam o primei-

10 FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina. 4ª Ed. São Paulo: Globo, 2009, p.54.

ro florescimento do capitalismo em um sentido verdadeiramente moderno e extracolonial” (Ibidem, p.87).

Como primeiro condicionante para o florescer burguês, a circulação e acumulação de capital se constituíram e potencializaram no mesmo lócus de vitalidade econômica anterior - o mercado - sem, para isso, prescindir de grandes transformações no desenvolvimento interno do capitalismo. A reelaboração econômica da apropriação colonial, possível apenas nos marcos da autonomização política, se deu sob a égide das economias centrais que propugnaram de forma heterônoma o caráter do “novo”. Sucedeu-se tanto na perspectiva de estabelecer uma coordenação entre o crescimento e manutenção da economia brasileira, através da transplantação de unidades econômicas, de operações bancárias e de recursos técnicos, financeiros, humanos e institucionais; como na preservação dos interesses econômicos estabelecidos dos países centrais com o Brasil, através da internalização das atividades econômicas de exportação e importação, antes controladas de fora. Apenas assim, o aparelhamento moderno, hegemônico inicialmente pela Inglaterra, cria as condições para o “salto” à posição marginal obtida pela condição de colônia e possibilita-lhe um *status* na organização econômica mundial, a partir da secularização e racionalização dos vínculos de dependência com as potências capitalistas:

Desse prisma, os processos econômicos que poderiam ser desencadeados, orientados e organizados através dos modelos econômicos transplantados visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronomicamente, aos dinamismos das economias centrais. Daí podia resultar um desenvolvimento paralelo do capitalismo no

Brasil. Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas Nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente” (FERNANDES, 1976, p.90).

O “espírito burguês”, como a gênese burguesa no país, se constitui com essa dimensão autonômica acima referida, que têm por sujeitos os agentes humanos “de dentro” que viveram a transição colonial e podem ser vistos como principais autores do desencadeamento da Revolução Burguesa. Neste momento político-econômico específico, pós-independência, apesar do ágil dinamismo da mentalidade e formas imperantes no plano comercial, ainda não podemos falar de uma classe dominante propriamente dita. Mas, de um *congérie social*, conformado por aqueles setores ligados à base produtiva agroexportadora, ao comércio e aos nascentes núcleos urbanos, que, impulsionados a princípio “por interesses egoísticos e economicamente mais ou menos toscos, logo evoluíram para formas de consciência social de seus dilemas econômicos que tiveram importância crucial na elaboração de sucessivas políticas econômicas” (Fernandes, 1976, p.91).

Fernandes (1976, p.100) reconhece como tais agentes o fazendeiro de café e o imigrante, transfigurados no protótipo do *homo oeconomicus*, tendo por ponto comum interesses e desejos que irrompiam os estreitos limites da ordem senhorial escravocrata. O primeiro – como

uma variante do senhor rural – secularizou suas origens, dissociando a fazenda e o excedente por ela produzido do status senhorial, reinvestindo-o no espaço urbano e bancário, como um “senhor rural que se viu compelido a aceitar e a identificar-se com a dimensão burguesa de sua situação de interesses e do seu status social” (Idem, p.103). O segundo, ao procurar a riqueza em si e por si, dispondo de um tipo de atitude voltado ao lucro e acumulação monetária, aproximou-se e confundiu-se com a forma de dominação oligárquica, distanciando-se de qualquer ação no sentido do modelo revolucionário moderno clássico, do qual se originou culturalmente.

O que importa destacar nesta ilustração sociológica é o sentido que estes “homens de negócios” demarcaram no longo processo revolucionário burguês brasileiro. A base material que viabiliza o desencadeamento histórico desta Revolução Burguesa é nada mais que um pacto entre a coexistência da expansão da ordem social competitiva e o domínio oligárquico, com o único objetivo de estabelecer uma composição vantajosa e “relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil” (Ibidem, p.94).

Modifica-se assim, a partir das potencialidades econômicas derivadas da internalização dos processos de exportação e importação, a qualidade da dependência. A modernização econômica induzida de fora pressupôs, em primeiro lugar, um deslocamento da marginalidade econômica antes atribuída ao exportador brasileiro, convertendo-o paulatinamente em “sócio menor” da burguesia imperialista em território nacional. Tendo em vista, que foi o aperfeiçoamento da produção e dos níveis de exportação da grande lavoura, sobretudo a de café, a fonte primária e necessária à renovação econômica interna, ao nascimento do urbano e

a constituição, ainda que incipiente, de um mercado interno em escala nacional. Contudo, é no plano da dominação política que estes “sujeitos revolucionários” fazem-se centrais na tarefa de viabilizar a transformação capitalista e o pacto entre elites nacionais e internacionais, de modo a articular dependência econômica externa, autonomização política interna e integração econômica nacional.

A construção do Brasil “moderno”, portador de status próprio na organização econômica mundial, erigiu-se a partir de dois aspectos, coexistentes e complementares: o aparelhamento do país pelos “de fora”, na esfera das transações comerciais e de interesses econômicos; e a nacionalização ao nível dos interesses políticos internos, através de um Estado nacional controlado administrativa e politicamente. Considerando que para o agente econômico externo delegar “o controle administrativo e político nas mãos da aristocracia agrária, com completa segurança quanto à estabilidade do *status quo ante*, do ponto de vista econômico, equivalia a transferir custos do importador para o produtor de produtos tropicais” (Ibidem, p.96).

Em tais circunstâncias, a “posse” da estrutura estatal pelas elites nativas teve um significado essencialmente contrarrevolucionário. O palco do burguês é imposto sem qualquer tentativa de diálogo ou “pacto” legitimado junto à sociedade civil. A interiorização do poder político com a passagem da autoridade patrimonial local para a sua integração territorial a nível da nação apenas se constitui a partir de um viés *autocrático*, enquanto poder endógeno de classe, autoproclamado, como uma herança herdada do passado e improvisada no presente. A continuidade do privilegiamento social e político do agente econômico interno serviu de base a toda uma reorganização econômica e do monopólio do poder. Ainda, que para isso, se tenha ferido a filosofia da

livre empresa, as bases legais da ordem democrático-liberal e os mecanismos institucionais do Estado representativo.

A extremada concentração político-econômica estatal tornou-se, nesse sentido, o elemento característico dessa transição, “de uma economia colonial exportadora, de fundamento escravista à uma economia capitalista dependente em formação” (FERNANDES, 2009, p.156). As classes sociais já nascem no Brasil como a negação da sua contradição – o assalariamento e a exploração do trabalho livre – resignificadas sob a condição de “castas” e “estamentos sociais” e envoltas pelo que se designa por *paradoxo da situação latino-americana*, em que “o aparecimento e a consolidação das classes (e do próprio regime de classes) intensifica as distâncias e as barreiras sociais, em vez de atenuá-las ou de criar um ‘campo neutro comum’ de comportamentos mais ou menos homogêneos” (Idem, p.80). O esforço inicial pela manutenção desse padrão de equilíbrio - insustentável na anacrônica discrepância entre o político e o econômico - refletiu as tensões e os desdobramentos históricos que o mesmo gerou, a partir de uma formação social engessada e condicionada à “estrutura interna do ‘mundo dos privilegiados’ e do destino social do senhor e não do escravo, do liberto ou do homem livre dependente”¹¹ (Idem, p.153).

11. Fernandes (1976, p.153) destaca como três as espécies de tensões responsáveis por minar a sociedade escravocrata-senhorial, a partir de sua própria estrutura e dinâmismos internos: a que resulta da contradição entre os fundamentos materiais e a legitimação formal do status senhorial; a que nascia das incongruências entre “status atribuído” e “status real” nos estamentos intermediários; e a que provinha do conflito axiológico entre as normas ideais e as normas práticas que orientavam os papéis sociais, configurados em torno da posição do senhor.

Aspectos básicos do liberalismo – típicos de uma sociedade classificada pelo mercado e estratificada pelo sistema produtivo – como o viés meritocrático fundado na igualdade civil e a liberdade da venda da força de trabalho são retardados. Diante da incompletude da ordem social competitiva, a dominação e burocratização aristocrática do Estado passam a configurar e dar sentido a uma concepção de cidadania própria, convertida em privilégio estamental, dada a ausência da possibilidade de pensá-la no plano da universalização de direitos e conquistas sociais, ainda que restritas aos direitos civis e políticos.

A burguesia, limitada aos interesses e as formas de solidariedade dos estamentos oligárquicos e dos seus iguais - os setores intermediários que possuísem o direito do privilégio, do estilo de vida e da dominação autocrática - “volta ao centro do palco, transfigurada em ‘cidadão’ e convertida para fins de organização do poder político, pela ordem legal vigente” (FERNANDES, 1976, p.55). Essa concepção de cidadania, tida como o “valimento social” e o “valimento político”, necessários à reduzida sociedade civil para a sua própria hegemonia em tempos de capitalismo dependente, neutralizou a viabilidade de outra cidadania ampliada e fundamentada no padrão societário democrático-burguês.

Os requisitos típico-ideais da passagem ao modo de produção capitalista estiveram fadados a esse peculiar imaginário burguês, o qual deitou suas raízes no prolongamento da avidez e do mandonismo senhorial, que destituído do jugo colonial constituiu-se mais como uma oligarquia burguesa, hegemônica no campo jurídico-político e econômico antes pertencente à metrópole, do que uma classe dominante “conquistadora” e liberal. Aos despossuídos e aviltados da riqueza socialmente produzida restaram

limitadas possibilidades para a influência e o exercício organizado e interventivo sobre o monopólio burguês-oligárquico da economia, da sociedade e da cultura.

É assim que chegamos ao sentido próprio da nossa contemporaneidade – uma transição inconclusa da economia colonial para a nacional – onde, o que temos por moderno, “de caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida só se revela aos poucos, dominado e abafado pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução” (PRADO JÚNIOR, 2004, p.31). O caráter que aqui assumem as classes sociais está condicionado à maneira com que vamos preservar, sob diferentes “roupagens”, o passado colonial, transformando e potencializando as suas disparidades econômicas, políticas, culturais, regionais e étnico-raciais em bases capitalistas de dominação. A manutenção e constante reatualização da dominação externa nos levaram a um *capitalismo dependente*, “e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, é incapaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que deveria preencher no estágio correspondente do capitalismo” (FERNANDES, 1976, p.290).

No segundo momento da evolução burguesa, esta irrompe como a passagem de um *congérie social* de “espírito burguês”, sob a preponderância do comércio e da aristocracia agrária, para uma classe propriamente dita, personificada na figura da burguesia republicana. A razão para que esta primeira mudança de classe se tornasse possível foi a expansão da ordem social competitiva ou do *imperialismo restrito*, no período de transição entre o último quartel do século XIX e a Primeira Guerra Mundial até a segunda metade do século XX, com o destacado incremento

da industrialização e do mercado interno. A natureza desse “salto histórico” é o apontar de um sistema de produção tipicamente capitalista, que concentrado inicialmente no comércio, se expande econômica e territorialmente ao nível da nação e irradia-se para todos os setores da vida social. Na medida em que o mercado adquiria novos dinamismos – a operação e multiplicação de atividades comerciais e financeiras, a concentração de capitais oriundos das mesmas e a interlocução econômica entre distintas regiões – os seus agentes econômicos se veem possibilitados para superar os limites da circulação, e assim, concentrar e aplicar o excedente em um novo e mais rentável lócus econômico: a esfera produtiva e fabril.

Este novo sistema produtivo, como fase sucessora ao mercado capitalista moderno (que era antes, em si, a fase de transição neocolonial) constitui-se como o fundamento material para o apontar da contradição entre o capital e o trabalho. Pois, foi tanto a fonte de estímulos ao desenvolvimento e irradiação do setor urbano e seus desdobramentos humanos (o incremento e diversificação das populações urbanas, o “inchaço” das cidades e as novas requisições geográficas, econômicas, socioculturais e políticas que os “de baixo” impunham à emergente burguesia), como foi responsável pela desagregação da rígida ordem escravista e bipolar preexistente, ao engendrar novas relações sociais, advindas das relações competitivas mercantis. Para Fernandes (1976, p.239), a estratificação social através do mercado significava o começo de uma “nova era”, de uma nova mentalidade econômica, social e política que, por meio da comercialização da força de trabalho, permitiria de modo “tímido, modesto e incerto” a irrupção do Povo na cena histórica, “primeiro, lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida,

lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da democracia burguesa”.

Porém, o medo de despertar o homem nativo para aspirações de independência e sublevação, que entrariam em tensão com a dominação externa, conduziu esta burguesia a uma civilidade moderna incompleta restrita ao âmbito empresarial e às atividades imediatamente ligadas à acumulação do capital. No restante da sociabilidade capitalista a influência modernizadora se anulava, dando lugar a uma *universalidade negativa*, onde a democracia e com esta os direitos civis, políticos e sociais, se restringiam ao pequeno circuito dos agentes econômicos dominantes. O fato era que a expansão do capitalismo competitivo não criara uma autonomização da economia periférica às economias centrais e deste modo, a possibilidade de outras relações políticas e sócio-culturais, ainda que sob a desigualdade de classes. O que se sucedeu foi a intensificação da convergência entre interesses burgueses externos e internos a partir do aprofundamento da dominação imperialista.

A dita “crise do antigo regime” (Idem, p.239) - utilizada mais como uma expressão sociológica didática e ilustrativa por Fernandes do que como fato histórico real - esteve longe de configurar-se como um conflito ou ruptura da burguesia urbana com a aristocracia agrária e de ambas com a dependência econômica externa. O fundamento comercial do engenho, do grande latifúndio, e da estância pré-capitalista ao coexistirem como traços do “arcaico”, funcionais e necessários ao surgimento e manutenção do “novo”, introduziram a oligarquia no cerne mesmo da transformação capitalista sob a égide do capital produtivo. Em lugar de um “colapso”, obteve-se uma recomposição das estruturas de

poder, através das quais a oligarquia “tradicional” (ou agrária) e a “moderna” (ou dos “altos negócios”, comerciais, financeiros e industriais) se constituíram em uma classe burguesa de perfil aristocrático, tendo no Estado seu ponto de centralidade e unificação de interesses. Assim, essa burguesia, ao herdar o caráter autocrático de sua origem oligárquica, modernizou-se dentro e a partir do seu prévio vínculo estatal, realizando sua unificação no plano político, antes mesmo de convertê-la em unidade econômica.

O arraigado conservantismo sócio-cultural de sua formação histórica – advindo majoritariamente de um estreito mundo provinciano agrário, de sociabilidade autoritária e particularista – produziu uma unidade de classe peculiar, diferenciada historicamente do seu modelo liberal. Foi o trabalho, mais do que uma moderna e progressista mentalidade burguesa, que inculcou neste heterogêneo grupo de segmentos dominantes uma identidade política e unidade de interesses. O receio por ver abalado seu status político-econômico, diante da emergência de uma oposição “dentro” e “contra” a ordem, propugnada por novos sujeitos - trabalhadores e setores médios burgueses – fez dessa dominação burguesa uma verdadeira *consolidação do poder conservador*. A ausência de ruptura com o passado “ressuscitou” no presente capitalista práticas de opressão, repressão e cooptação senhoriais, as quais se materializaram numa exagerada intolerância, de raiz e sentido político. Práticas que foram do “mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo” (Idem, p.208).

É apenas e a partir deste período, correspondente à adoção na constituição e nos códigos de direitos liberais fundamentais (em especial no que diz respeito ao acesso universal ao trabalho “livre” e ao sufrágio universal), que a “questão social” se deflagra como ingrediente cotidiano da sociedade nacional. Têm-se como o primeiro trato às requisições materiais e políticas da emergente classe trabalhadora a violência, na forma de intensa criminalização, controle e manutenção estrutural de um “profundo dualismo, entre uma moderna sociedade industrial e uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana” (IANNI, 2004, p.106):

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. No curso dessa história, formam-se grupos e classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos e revoltas. Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico e social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos (Idem, p.107).

Mais uma vez, a leitura da intolerância política, econômica e sociocultural da classe burguesa deve ser mediada pela compreensão da sua respectiva revolução, análoga aos modelos clássicos e produto da heterônoma e anacrônica composição dos sujeitos históricos desta sociedade nacional, formados tardiamente enquanto classes sociais¹². É nesse sentido que a “questão social” adquire contornos diferenciados no continente latino-americano, diante de um processo revolucionário burguês que toma por eixo central a repressão ao proletariado e à luta de classes, afastando-se dos esquemas generalizados dos países centrais, dada a inexistência de uma burguesia conquistadora capaz de realizar progressivamente a transição autônoma ao desenvolvimento capitalista e as transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas necessárias, como a não perspectiva de ruptura violenta e radical à dependência econômica externa.

12. A referida anacronia não é uma “falha” do modo de produção capitalista ou produto da “incapacidade” de seus agentes econômicos nacionais, ela é a forma correspondente a um padrão de acumulação ancorado na “sobre-apropriação repartida do excedente econômico” (FERNANDES, 2009, p.62). Esta tem por característica comum a todas as fases de (sub)desenvolvimento capitalista uma intrínseca relação exploratória entre os dinamismos que procedem “de fora” e aqueles que provém “de dentro”. Na colônia, em seu sistema político e produtivo estruturalmente adaptado aos requisitos de controle e exploração da metrópole; no período neocolonial, por meio do domínio econômico das potências centrais ao comércio de exportação-importação (em especial a Inglaterra); no imperialismo restrito e no imperialismo moderno, pelo monopólio da empresa corporativa, a hiperinfluência do capital financeiro internacional e a política hegemônica estado-unidense. Trata-se do modo como as burguesias nacionais e internacionais constituíram e reinventaram a permanente incorporação subalterna das nações periféricas aos requisitos econômicos, políticos e sócio-culturais das potências capitalistas, a Europa num primeiro momento e os Estados-Unidos na entrada ao imperialismo “maduro” ou capitalismo monopolista.

O que se deu foi uma singular transição da colônia à nação e do capitalismo competitivo à sua fase madura, tendo por característica essencial a convergência entre a antiga sociedade estamental e o sistema de contradição das classes sob a condução do Estado. Neste movimento, os caracteres estruturais do capitalismo nos trópicos e o trato que este dispõe às refrações da “questão social” – a violência e a cooptação – foram pensados levando em consideração três realidades que, intrínsecas à estrutura capitalista dependente, acentuaram-se sobre a composição dos sujeitos:

Primeiro, a concentração de renda, de prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico da dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna de renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extra-capitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico para a estabilidade e crescimento de todo o sistema (FERNANDES, 2009, p.29).

O Brasil “moderno” na sua entrada ao estágio maduro do capital, a partir da segunda metade do século XX – o tempo dos monopólios – permanece coexistindo com

formas de exploração do trabalho ainda presas ao processo de acumulação primitiva. Esse fenômeno é denominado por Fernandes (1976) como “arcaização do moderno”, notável na contraditória relação entre o despotismo nas relações sociais, a sobre-apropriação e a sobre-expropriação do trabalho. Essa tendência mantém o controle externo, mas sob diferenciações na produção, no mercado capitalista e na modernização/complexificação das forças produtivas; perpetua a “importação” dos padrões de acumulação e dominação, ditados pelo suprimento externo de capital e controle financeiro; e perfila dois aspectos fundamentais do nosso burguês complacente e dependente: a sua incapacidade política e econômica para dinamizar as condições estruturais fundamentais da nação, de modo a superar sua condição satélite; e, a sua “simbiose” aos interesses privados externos, empenhando-se na exploração do subdesenvolvimento e transferindo ao trabalho a dupla extração do excedente – nacional e internacional – a partir de um viés extremamente totalitário e particularista de classe.

Durante certo período desta tendência contemporânea do capitalismo monopolista, denominada por “imperialismo total” (Fernandes, 1976) ou, nas palavras de Meszáros (2009), “imperialismo hegemônico global”¹³, se evidenciou um recrudescimento do processo revolucionário burguês, atrelado a novas conformações entre

13. Lênin (2005, p.89-90), ao definir o imperialismo como “a fase superior do capitalismo”, o caracteriza por cinco traços fundamentais: 1.o elevado desenvolvimento da concentração da produção e do capital, que originou a criação dos monopólios; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a constituição, baseada no capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a preponderância da exportação de capitais, comparada a exportação de mercadorias; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas hegemônicas.

as classes. Equivocaram-se, e de maneira desastrosa, as muitas correntes do pensamento revolucionário da esquerda – dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas – que apostaram seu tempo, organização e militância no apoio a uma via gradual democrático-nacionalista através e com base no desenvolvimento do setor industrial, sob o protagonismo de uma burguesia nativa “progressista”, “autônoma” e empreendedora.

A combinação interna entre transformação capitalista e dominação burguesa, em condições histórico-sociais avessas às implicações sócio-econômicas, políticas, intelectuais e humanitárias do pensamento liberal, dissociaram permanentemente a constituição desta burguesia do seu referente modelo democrático-burguês. Mesmo no estágio “maduro” de acumulação, não ocorreram alterações de fundo na composição e imaginário da burguesia, capazes de intencioná-las a superar a dependência e buscar promover a integração econômica e sócio-cultural do país. Em direção distinta, a classe burguesa adquiriu cada vez mais uma “forma” coexistente às necessidades do capitalismo dependente, enquanto uma *plutocracia composta*, na qual os parceiros externos sempre puderam estar diretamente representados e conjugados aos interesses dos setores nacionais privilegiados, ambos imbricados na lucrativa intensificação da dependência e na constante redefinição das manifestações do subdesenvolvimento, “orientados por uma mentalidade especulativa predatória” (FERNANDES, 1976, p.62).

Foram os dinamismos das economias mundiais e de sua burguesia conquistadora e imperialista que impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico, com seus momentos de verdade e de decisão. O que determinou essa transição entre modelos de acumulação

não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira, mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista mundial. Até a segunda metade do século XX, ainda na condição de economia competitiva em diferenciação, a economia brasileira relacionou-se com a expansão do capitalismo monopolista segundo o modelo típico que ela assumiu como parte dependente e pobre da periferia, ou seja, incorporando-se de modo subalterno ao crescimento, funcionamento e estrutura do império econômico das grandes corporações. Dominação que restrita ao âmbito econômico permeou a estrutura, funcionamento e crescimento interno, seja na intensificação da exploração e comercialização internacional de matérias-primas, seja na presença externa constante no comércio, produção, e ações financeiras voltadas ao mercado interno.

Contudo, somente podemos falar de um “processo de neocolonização” no país, típico da passagem do *imperialismo restrito* ao *imperialismo total*, a partir do fim da segunda guerra mundial. A internalização deste padrão de desenvolvimento – no qual a irradiação do capitalismo monopolista procede não apenas “de fora” da economia dependente, mas também dos sujeitos históricos “de dentro” – deve ser compreendido levando em consideração duas circunstâncias históricas: a crise internacional do poder burguês, advinda do contexto mais amplo de luta pela sobrevivência do capitalismo no período da chamada “Guerra Fria” e a crise nacional desse mesmo poder.

A primeira advém da luta do capitalismo por manter-se como modo de produção dominante, diante do qual emergiam em distintos locais do hemisfério poderosos movimentos de esquerda e vitoriosas revoluções socialistas (a exemplo da revolução iugoslava, chinesa e cubana). Estes impunham como contrapartida à burguesia imperialista a

necessidade de uma expansão e dominação não apenas no plano econômico, mas também no que diz respeito a uma ação especificamente política no mundo subdesenvolvido, visto desesperadamente como o “último espaço histórico disponível para expansão do capitalismo” (FERNANDES, 1976, p.253). A pressão e controle da periferia passam a lhe ser vitais, a fim de imputá-la “condições precisas de *desenvolvimento com segurança*, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento” (Idem, p.216).

Já a crise nacional do poder burguês, originava-se de duas distintas e correlacionadas pressões: uma delas era procedente dos setores organizados do trabalho e das pauperizadas massas populares, que reivindicavam o status de cidadania negado pela democracia restrita e a universalização negativa dos direitos políticos e sociais, o que irremediavelmente recaía na necessidade de construção de um “pacto social” entre as classes. A outra, advinha do irrevogável enraizamento e intervenção do Estado na vida econômica, o qual atemorizava cada vez mais a iniciativa privada nacional e estrangeira diante dos anseios advindos dos “de baixo” por uma revolução “dentro da ordem” que possuía no Estado seu principal alvo de reparação histórica.

Como reação a estas duas pressões, que se materializavam com distinções e peculiaridades nas três citadas ameaças ao poder burguês nativo, os setores dominantes responderam com uma única ação coletiva: a *contra-revolução preventiva* de 1964. Essa, de caráter auto-defensivo, adquire a forma de um golpe de Estado, traduzindo num mesmo ato importantes diferenciações para a relação entre dominação burguesa e transformação capitalista na periferia dependente.

No que diz respeito às mudanças na esfera da dominação burguesa, essas erigiram-se como um desafio histórico para o núcleo dos segmentos dominantes no Brasil: o de superar a sua conformação originária de conglomerado heterogêneo e compósito e constituir-se como classe, com uma identidade clara e definida. A identidade que tais setores buscavam alcançar não era a de uma burguesia “tampão”, típica a muitas nações latino-americanas. Mas, ao contrário, a de uma classe que apesar e através da dependência econômica (e das possibilidades lucrativas que a mesma abria em tempos de monopólio), pudesse dispor tanto de controle político interno, por meio do domínio das estruturas nacionais de poder, como de controle econômico nas transações com as potências estrangeiras. De modo a conduzir a intensificação da acumulação capitalista em condições bastante favoráveis a si e as forças que a compunham - a grande burguesia industrial, financeira, internacional e os interesses dos setores patrimonialistas arcaicos.

Para que tal dominação se viabilizasse, mantendo e ampliando o *status* já conquistado pela burguesia nacional, se fez necessário, como antes, uma superdimensão do político. Porém, com um estilo novo de transformação. A fim de atingir a maturidade e plenitude do poder - sem para isso forçar-se a tarefa impossível de eleger um grupo reinante dentre seus segmentos - esta burguesia revestiu-se de uma composição civil-militar com preponderância das Forças Armadas, as quais se tornavam imprescindíveis na tarefa de revitalizar e unificar o poder burguês, despojando-o de toda a autoridade que lhe foi cobiçada. Os impactos desse remanejamento burguês interno não podem assim ser desvinculados de certa *pressão de fora*

para dentro, advinda do novo patamar de transformação capitalista que se impunha. A reorganização do padrão de dominação externa, que nada mais era do que uma nova forma de imperialismo, impôs para os “de dentro” um desenvolvimento econômico acelerado, o qual ampliou e aprofundou “a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder” (FERNANDES, 1976, p.219-220). Obtivemos, portanto, neste último ato, uma forma de poder de classe que fez da iniciativa privada a sua fortaleza, capaz de proteger e unir interesses nacionais e internacionais, associando como nunca antes o poder público ao domínio econômico.

Ao recrudescimento externo desta dominação imperialista coincidiu no plano interno uma dominação burguesa de viés autocrático apurado e potencializado. A diferenciação dessa perspectiva autocrática de exercício do poder estatal da que se obteve antes – nos período colonial, neocolonial e de imperialismo restrito – foi a do aceite explícito e desmascarado pela revolução institucional de cima para baixo, a qual recorreu sem disfarces populistas ou demagógicos a quaisquer meios para manter-se, erigindo-se a si mesma como fonte de poder esclarecido para toda a sociedade.

Devemos nos atentar para esta forma com que a transformação capitalista se viabilizou no Brasil, através de meios políticos e no terreno político. É esse o principal aspecto que vai conformar o trato às expressões da “questão social” através do caráter totalitário da burguesia, o sentido restrito da democracia e o desenvolvimento das políticas sociais como respostas paliativas

aos conflitos de classe. Estes três elementos estão imbricados na problemática da revolução burguesa e dos seus desdobramentos nas formas históricas do Estado brasileiro, os quais denotaram “a continuidade e reiteiração de soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas” (IANNI, 2004, p. 211).

Podemos dizer que a crescente racionalidade autoritária, impregnada de violência contra as classes subalternas foi, até o fim desta contrarrevolução burguesa, o principal meio político materializável da cidadania aos “de baixo”. Para tais setores, o domínio capitalista periférico concretizou-se através de um duplo movimento: o fortalecimento da superestrutura da dominação de classe burguesa e a imposição de seus interesses comuns, convertidos em interesses gerais, legítimos e universalizáveis. A esse superprivilégio de classe, destituído de canais de interlocução entre os diferentes sujeitos da sociedade civil, os segmentos dominantes só enxergavam uma alternativa possível vinda dos trabalhadores: “o que percebiam e explicavam cataclismicamente, como a ‘subversão’ do sistema” (FERNANDES, 2009, p.98). Dada a ausência de uma revolução “dentro da ordem” promovida pela própria burguesia no sentido de garantias e direitos democráticos liberais, as mesmas deixavam pouco espaço econômico, sociocultural e político para que as classes subalternas visassem realizar parte de seus interesses - ao menos os que diriam respeito à sua reprodução em condições dignas neste mesmo sistema - de alguma maneira ‘dentro’ e ‘através’ dessa ordem monopolista e dependente.

Aqui, o que poderíamos designar como “contrarrevolução burguesa permanente” (Ianni, 2004) – que se

estendeu da proclamação da Independência em 1822 ao desfecho da ditadura militar nos anos 1980 – combinou uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia, ou uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Fernandes (2009, p.293) reconhece como fator determinante para a hegemonia autocrática burguesa o modelo de transformação capitalista dependente e subdesenvolvido, que para manter-se desenvolveu um “capitalismo difícil”, onde a continuidade de formas pré ou subcapitalistas de trabalho, a depressão do trabalho assalariado e os altos níveis de aspiração à participação econômica, socio-cultural e política ocasionaram a hipertrofia dos fatores sociais e políticos do domínio burguês. O Estado impôs-se como a única entidade manipulável, capaz de realizar os fins políticos desta contrarrevolução e dar-lhe a necessária abrangência no território nacional, internalizando e restringindo definitivamente os centros de poder, constituindo uma prática política dúbia, de acentuada contradição entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática, no sentido da garantia do super-privilegiamento de classe.

Compreendemos assim, que um dos aspectos centrais ao trato às refrações da “questão social”, como marca estrutural de nossa formação histórica, é a sua criminalização. Apesar dos avanços – haja vista o romper com a contrarrevolução burguesa através das lutas populares pela redemocratização e o fim do longo período autocrático expresso no rol de conquistas civilizatórias a partir da década de 80 – em geral, “os setores sociais dominantes ainda revelam uma séria dificuldade para se posicionar em

face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos” (Ianni, 2004, p.109). É possível sentir uma herança histórica patrimonialista, repleta de vícios clientelistas e antidemocráticos a reproduzir cotidianamente nosso viés totalitário de forma extremamente intolerante, tanto nas formas de repressão, como de diálogo. A “questão social” deve ser vista, tanto na sua gênese, como nas suas expressões contemporâneas, através de um duro vínculo histórico que liga e atravessa a sociedade brasileira, repondo e atualizando sob diferentes formas os nossos regionalismos, desigualdades étnico-raciais e lutas sociais as mais diversas, todas ainda insuperáveis dentro dos marcos do capital.

Capítulo II

A classe trabalhadora brasileira

São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
(Gonzaguinha)

Neste capítulo dedicaremos especial atenção à formação da classe trabalhadora brasileira sob os limites do modelo neocolonial de transformação capitalista e dominação burguesa aqui desenvolvidos. Deste modo, nos atemos tanto sobre as dificuldades à organização e constituição de uma identidade propriamente classista pelos trabalhadores, diante da depressão do trabalho assalariado e os limites estruturais à mercantilização e a universalização da condição operária. Como, para a presença de um debate estratégico específico - a proposta da “Revolução Democrático-Nacional” do PCB - que lançou suas raízes ainda no ciclo contrarrevolucionário burguês, abrindo o debate sobre a superação do subdesenvolvimento e da dependência imperialista *dentro* dos marcos da ordem capitalista, como condição e etapa prévia à transição socialista.

Nesta perspectiva, em uma formação sócio-histórica em que o trabalho assumiu um caráter pejorativo e desabonador (como atividade relegada à escravidão) e onde a própria instituição do trabalho livre se deu pela “importação” da força de trabalho imigrante, sob a tese arianista de que o índio, o caboclo, o negro e o mulato, ou seja, os segmentos quantitativos hegemônicos da população brasileira seriam todos entregues à “luxúria, cobiça e preguiça”, cabe perguntar: quem é o trabalhador brasileiro? Qual a perspectiva de transformação societária que lhe cabe assumir, perante uma história em que arranjos de cúpula “de cima para baixo” lhe negariam a vivência democrática?

A metamorfose do trabalho – do servil ao assalariado – passaria pela própria reconfiguração do movimento mais amplo de acumulação do capital, das condições de produção do lucro e assim, da apropriação do excedente sob novas bases de valorização, através da mais-valia, na

transformação do trabalhador em mercadoria. A esta mudança das bases materiais corresponderiam permanentes contrações na vida social, do anacrônico trabalho escravo negro ao abolicionismo e imigração européia, acompanhadas por reações históricas de lutas sociais: “das fugas, quilombos, motins, revoltas, revoluções, muckers, Canudos, Contestado, Joazeiro, cangaço, massacres indígenas, lutas pela terra, ligas camponesas, sindicatos rurais e urbanos, comícios, passeatas, greves e movimentos sociais os mais diversos” (IANNI, 2004, p.139).

A plural, multifacetada e muitas vezes desconexa manifestação dos setores da sociedade civil viria apenas demonstrar que a revolução burguesa em seu sentido real – enquanto um processo histórico que assinala modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas que vão resultar em transformações estruturais da sociedade e, em especial, nas relações econômicas e equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais – não se deu no Brasil de forma profunda. Buscou-se aqui modificar as estruturas econômicas, manter suas bases culturais anacrônicas, monopolizar e atrofiar o aparelho de Estado e fazer uma transição superficial do que Ianni (2004) denominou por serem as nossas “três raças tristes” - negra, indígena e branca - em população de trabalhadores. Nesta ação, a classe trabalhadora adquire um caráter peculiar e limitado. Esta revolução transforma o negro, o índio e o imigrante em trabalhadores aviltados de condições dignas de reprodução da própria força de trabalho e não em cidadãos capazes de influenciar e intervir de maneira profunda e cotidiana na dinâmica político-econômica da sobre-expropriação capitalista. Por isso, “o povo não se constitui, senão com muitos obstáculos. Todos são cidadãos de categoria inferior, apenas para exercerem a sua função de trabalhadores” (Idem, p.140).

Desta forma, a classe trabalhadora, em condições brasileiras de subordinação periférica e dependente, deve ser compreendida como fruto do congelamento do processo de descolonização, cuja resultante foi a exclusão de uma imensa parte da população das formas sociais organizadas e institucionalizadas de direitos civis e políticos. A lenta generalização do trabalho livre, acompanhada de um padrão histórico de controle calculado da mudança social, conduziu a um fenômeno peculiar, no qual a restrita proletarização coexiste com um desproporcional reservatório de trabalho – a massa da população pobre – enquanto um singular e exacerbado exército industrial de reserva.

Essa proletarização é descrita por Fernandes (1981) como um processo histórico recente, devido tanto às limitações de um trabalho livre retardado, relegado ao “outro” e destoante do status conceptível na estrutura de socialização colonial, como da mentalidade da elite dirigente, organicamente senhorial e colonial. Tais fenômenos ocasionaram uma proletarização contida, condenada a ter maiores repercussões sob determinados muros – concentrações produtivas locais e regionais – represando os conflitos de classe e segregando-os física e territorialmente.

Antes de buscarmos dissertar acerca dos caminhos da *transformação social* que nos cabe, precisamos entender como esses foram traçados a partir da longa constituição do trabalhador brasileiro, pulverizado entre o “vir a ser” proletário e o vasto estrato popular pauperizado. Na formação especificamente brasileira, sua gênese ou “embrião” remete ao amplo contingente de negros livres, quilombolas, brancos, índios, caboclos e sertanejos pobres na condição de “desclassificados, inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” (PRADO JÚNIOR, 2004,

p.281), sobranter face às duas únicas ocupações possíveis na sociedade colonial: o escravo e o senhor. Até mesmo pensadores destoantes da tradição marxista, como Freyre (1980), vão identificar nesta grande massa de gente livre o fruto da exclusão do regime da monocultura latifundiária e escravocrata, que os reduziu a um estado de inferioridade orgânica e, às vezes, de falência declarada.

Não estar entre os extremos da população colonial impunha a esta “subcategoria colonial” – potenciais trabalhadores – um impasse, entre realizar algo que lhes era impossível pelas próprias condições econômicas e sociais da época: a venda da sua força de trabalho ou, simplesmente, restringir-se à ação de “vegetar miseravelmente em algum canto mais ou menos remoto da civilização, mantendo-se ao Deus-dará, embrutecidos ou moralmente degradados” (Idem, p.284), seja na condição de agregados, moradores de engenhos, “vadios”, milicianos particulares ou prostitutas. A princípio, a escravidão como único setor organizado impôs-se a esta massa deslocada, relegando-a a ociosidade, ao crime e a um plano de significativa miséria, moldando o pouco valor da sua futura mercantilização:

Numa economia agrária e escravista como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres fica à margem. É o que se verifica efetivamente, e sintoma disto será a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de uma grande parte da população da colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas, compensando-se com seu ínfimo preço. (PRADO JÚNIOR, 1970, p.259)

Os conflitos presentes no período colonial e neo-colonial, ainda que inicialmente não tomando a sua face mais desenvolvida sobre a contradição capital/trabalho¹⁴ – lutas pela independência, revoltas e guerras populares de influência religiosa ou messiânica, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, campanhas republicanas – demonstram que o apontar da processual revolução burguesa brasileira não emergiu sem contradições. Pois, é justamente o ranço sócio-cultural deste primeiro antagonismo – entre o senhor e o escravo – instaurado e cristalizado, que vai aguçar e iniciar as desigualdades regionais, étnicas e de gênero, as quais serão desenvolvidas, reiteradas e potencializadas em outros e novos patamares sob o regime de classes, demarcando profundamente o que denominamos por “questão social”.

É tão evidente a impossibilidade de solucionar a questão social sob a égide capitalista e muito menos torná-la regulável política e socialmente sob um capitalismo dependente e selvagem, que os setores dominantes buscaram ressignificá-la de forma acrítica e a-histórica por “questão nacional”, destituindo-a da totalidade que a determina.

As respostas ao que a composição das classes possuidoras denominou por “questão nacional” – a “pobreza”, a “fome”, a “violência” e todos esses imbuídos na ameaça da anarquia social – obtiveram na centralização do Estado

14. Aqui, nos remetemos ao primeiro momento de formação da classe burguesa no pós-independência, ainda na condição de “espírito burguês”, que ao não desenvolver os instrumentos materiais necessários para constituir-se como *classe em si* também não possibilitou a constituição plena de seu antagonista, a classe trabalhadora. Afinal, foi apenas em período posterior, com a expansão do capital produtivo e a revolução urbano-comercial no século XIX que reunimos as condições para o irromper de uma sociedade tipicamente de classes.

a sua realização prioritária. O enrijecimento e monopólio do Estado pelos setores dominantes lhes possibilitou um duplo agir: no plano do interesse político como castas e estamentos sociais e no econômico como burguesia; e, em ambos os aspectos, articulados e funcionais aos interesses dos países capitalistas centrais. Tanto a intervenção estatal reprodutora de práticas coloniais (a harmonização dos conflitos, sua redução ao nível local e a confraternização paternalista entre a reduzida elite e a imensidão de pauperizados), como sua ação “moderna” – autocrática e ditatorial – deflagraram uma forma ultraviolenta de *despotismo aberto*, que “superpôs-se à constituição do regime de classes e preservou um padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que são gente” (FERNANDES, 1981, p.91).

O Estado nacional adquiriu distintas formas, segundo as necessidades históricas de acumulação do capital – mercantil, concorrencial e monopolista – mas, todas sob uma mesma direção: a repressão do governo aos grupos e camadas dominadas. Ianni (2004) reconhece neste uma prática política militarista “que tece a larga história do estado autoritário, amarrando passado e presente, região e nação, Canudos e ABC, sociedade civil e Estado” (Idem, p.225), onde se criou, recriou e prolongou a contrarrevolução sob o lema “ordem e progresso” ou “segurança e desenvolvimento”, de permeio a força bruta e a negação das reivindicações, conquistas e direitos sociais.

Na Monarquia, o Estado estava organizado sob a égide do *poder moderador*, em que o monarca “filósofo, sábio e austero, vestido de ‘paternalismo’ e ‘bom-senso’, garantia e reiterava o monopólio do aparelho estatal por parte dos donos de engenho, fazendeiros de café, estancieiros, proprietários de terra, negociantes e interesses estrangei-

ros” (Idem p.215). No mesmo movimento, à medida que o trabalho escravo foi sendo substituído pelo assalariado, o aparelho estatal tornou-se, cada vez mais, um instrumento de brutalidade às reivindicações dos trabalhadores rurais e urbanos. Durante a Primeira República, adquire a fisionomia oligárquica, agrária e populista, com um corpo militar definido, sendo caracterizado por sua feição “autoritária ou ditatorial, quando não fascista” (Idem, *Ibidem*).

A tese da *incapacidade do povo* e da necessidade de um *Estado forte* vai se fazer presente ao longo do desenvolvimento das instituições jurídico-políticas do país, como nas contrarrevoluções de 1930 e, sobretudo, na de 1964, de claro viés conservador e reacionário, frente ao receio de ascensão política das forças populares. A primeira, que tornou viável a criação do Estado Novo, através da aliança do bloco industrial-agrário, reconfigurou a relação entre os segmentos sociais e o Estado, reatualizando práticas patriarcais e clientelistas sob as bases do capital produtivo, através do atrelamento do movimento sindical ao aparelho estatal e a formalização das relações de produção, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ambas as ações aliaram cooptação e repressão, agindo tanto na compra das direções do movimento trabalhista e transformação em “benefício” governamental suas demandas históricas; como, na repressão à sua organização político-partidária - a exemplo do PCB - e perseguição de seus representantes e intelectuais orgânicos.

Já a dita “revolução democrática de 1964”, nada mais foi que um golpe da burguesia sobre o Estado, personificado sob a roupagem autoritária militar. Este ato apenas tornou escancarado e brutal o processo contrarrevolucionário em andamento, potencializando e exacerbando o viés autocrático do Estado, por meio de um bloco de poder atrelado à grande burguesia financeira e monopolista internacional.

Deste modo, as classes se constituem sob a re-iteração de uma histórica e complexa rede de contradições sociais, de fundamento arcaico, mas essenciais e funcionais à acumulação capitalista dependente. Os sujeitos que nos interessam – o heterogêneo conjunto dos trabalhadores – oriundos hegemonicamente dos segmentos sobran-tes do pacto colonial, guardam o desafio histórico de se conformarem enquanto classe *em si* e *para si*. Apesar de que, para tal feito, tenham de se deparar com uma realidade social adversa, cujas estruturas econômicas se modificam preservando a mesma orientação e o mesmo sentido com referência à elevada concentração de riqueza e às barreiras sócio-cultu-rais nas relações entre estratos sociais desiguais.

O padrão de acumulação repartida do excedente econômico, a fim de manter a dual expropriação sobre o trabalho - para a burguesia de “dentro” e a de “fora” - ocasionou uma série de consequências que se converteram em dificuldades à organização e construção de uma identidade propriamente classista pelos trabalhadores. Entre essas dificuldades destacamos duas: a forte depressão relativa na remuneração do trabalho assalariado e, em segundo, as limitações estruturais à mercantilização e a universalização da condição operária¹⁵.

A primeira envolve a combinação entre o assalaria-mento e compensações pré-capitalistas, em um modelo de acumulação que articula iniciativas puramente capitalistas de mercantilização do trabalho com “bolsões variavelmen-te isolados dessa tendência e regiões, setores econômicos e classes sociais que, por falta de vitalidade, se convertem nos focos internos de dependência e subdesenvolvimento” (FERNANDES, 2009, p.66-67). Essa situação perpassa, com

15. Cf. FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina. 4ªEd. São Paulo: Global Editora, 2009, p.66-74.

diferenciações, todas as transformações sucessivas do mercado e do sistema dependente de organização produtiva – da transição colonial à ordem social competitiva e desta ao imperialismo monopolista. Além disso, mantém seus elementos arcaicos estruturantes, visto que a realização de uma *plutocracia* nacional, articulada à burguesia imperialista internacional apenas poderia desdobrar uma sobre-expropriação capitalista heterogênea, em que o latifúndio, a monocultura e relações de trabalho de cunho colonial sobrevivem e subsidiam a existência das grandes corporações monopolistas e de padrões capitalistas de trabalho intensificadores da exploração. Estratifica-se a sociedade entre aqueles que passam pelo sistema, o dominam ou se proletarizam e os que não alcançam tal feito, sobrevivendo de atividades à “margem”, mas necessárias à reprodução capitalista.

Para o trabalho, a consequência desta organização segmentada é funesta: o valor da força de trabalho é extremamente rebaixado; os proletários e os que desejam tornar-se proletários coexistem como castas e não classes e, por fim, a violência e a criminalização permanente aos “de baixo” tornam-se medidas necessárias para a viabilidade e manutenção desse padrão de sociabilidade dependente.

A segunda - que envolve as limitações à mercantilização e à universalização da condição operária - é própria da incapacidade dos setores privilegiados nacionais de “lograrem uma base econômica, sociocultural e política para manter ou elevar autonomamente os níveis atingidos de ‘emprego ótimo dos fatores’, combatendo ou desfazendo a associação dependente” (FERNANDES, 2009, p.81). Assim como na depressão do assalariamento, os determinantes da apropriação repartida do excedente econômico nacional resultaram em um padrão dual de mercantilização do trabalho, no qual sobrevivem diferentes modos de produ-

ção e correspondentes agentes subalternos em “idades econômicas” distintas. Esses dinamismos, superpostos a um modelo nacional de capitalismo maduro e avançado tendem a tornar a classificação pelo trabalho um privilégio de segunda grandeza, que conduz as classes despossuídas tanto a limites e bloqueios para venda de sua força de trabalho, como a uma consequente dificuldade para o desenvolvimento de sua consciência em interesses coletivos, tais como a solidariedade e ao agir como classe.

Um dos principais fatores de bloqueio à universalização da condição operária estaria na já citada concentração produtiva a níveis locais e regionais, a qual ocasionava ‘bolsões’ de concentração operária apartados do restante da população¹⁶. Este fato fica evidente nos primeiros censos das indústrias brasileiras:

Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais (...) empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabiam ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7%

16. Prado Júnior (1970, p.258), destaca duas dentre as dificuldades vivenciadas para o estabelecimento da indústria moderna no Brasil: o nível demográfico e econômico do país e o padrão ínfimo de vida de sua população. “A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas. Os poucos milhares de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6.000km de extensão, e sobre uma área superior a 8 milhões de km²; agrupavam-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros e sem contatos apreciáveis. Era assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável”.

do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente a mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%. (...) Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total. (...) No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. (...) Quanto ao caráter desta indústria recenseada em 1920, ela se conserva mais ou menos idêntica à de 1907, tanto no que diz respeito à sua dispersão como à distribuição percentual da produção¹⁷. (PRADO JÚNIOR, 1970, p.260-261)

Dentre os motivos que conduziram a esta concentração, verificou-se um processo de capitalização lento e débil, oriundo de uma baixa acumulação popular. Diferente de outros países industrializados, eram poucos os segmentos brasileiros que tivessem atingido certo nível de prosperidade financeira através da formação dos grandes centros urbanos. Este fato dificultava a constituição de uma burguesia propriamente ‘nacional’, cuja base de acumulação se desse sobre o trabalho produtivo fabril, tal qual se verificou na expansão industrial dos países centrais.

17. O destaque obtido por São Paulo na condição de ‘maior produtor do país’ deve-se a alguns fatores: o principal foi o desenvolvimento incomparável de sua lavoura cafeeira, que lhe possibilitou um largo excedente a ser capitalizado na indústria; em segundo, a imigração europeia que forneceu uma força-de-trabalho com habilitação técnica em muito superior a aqui existente; e, por fim, a abundância de energia hidráulica, aproveitável sob a forma de eletricidade.

Prado Júnior (1970), analisando o perfil dos industriais brasileiros identificou que parte significativa era originária de famílias modestas, que estabelecendo empreendimentos “a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado a um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas” (Idem, p.263). Como explicitado no capítulo anterior, este era o caso de imigrantes europeus cuja maior parte da indústria foi constituída pelos seus residentes de primeira e segunda geração, a exemplo da família Matarazzo em São Paulo.

Tais empecilhos, de caráter econômico e com severas consequências políticas para a formação da classe trabalhadora, apenas podem ser interpretados à luz da perspectiva de revolução assumida pela burguesia latino-americana, que se converteu na própria contrarrevolução para os outros extratos sociais. Esta, ao viabilizar a transformação capitalista, solapou, concomitantemente, a evolução política do operário e da imensa população pauperizada através do prolongamento de ações de classe “profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe” (FERNANDES, 1976, p.295). A ordem dependente constituída - disposta de forte centralização econômica, social e política e de apoio externo para modernizar as formas de socialização, cooptação, opressão e repressão à organização trabalhista - configurou-se como um reflexo dos interesses das forças sociais conservadoras e de seu permanente temor à fermentação social e revolucionária dos “de baixo”. O prolongamento do viés auto-

crático e anti-revolucionário burguês¹⁸ ocasionou, assim, um problema à massa trabalhadora: o de como superar o seu próprio desgaste, apatia e conformismo diante das parcas possibilidades de canalizar institucionalmente seus anseios por transformações e reformas sociais profundas.

Fernandes (2009, p.100-101), dialogando com tal problema, apresentou a sistematização das três mais influenciáveis tendências para a resolução da dependência e do subdesenvolvimento durante o período “maduro” da Revolução Burguesa¹⁹. A primeira – enquanto a ‘velha promessa’ da perspectiva desenvolvimentista autoritária – consiste numa quebra processual com a rigidez periférica da ordem social competitiva, através do fortalecimento da inserção das nações latino-americanas no âmbito econômico, sociocultural e político das potências hegemônicas. A segunda – a “institucionalização da revolução” – é a aplicação da perspectiva reformista²⁰ nos países capitalistas dependentes. Esta tendência atribui ao próprio capitalismo a responsabilidade pela mudança nos

18. Fernandes (1981, p.3), secundarizando o debate propriamente terminológico do conceito de “revolução” - visto que pensá-la no Brasil exigiria uma concomitante libertação da tutela terminológica burguesa – ratifica e atualiza sobre a obra do Manifesto do Partido Comunista a perspectiva revolucionária no país. Para o autor, Marx e Engels enunciaram o essencial: sob o capitalismo e dentro do capitalismo a revolução de sentido histórico se dá contra a sociedade burguesa e o seu Estado democrático-burguês. Uma revolução que, em sua primeira etapa, substituirá a dominação da minoria pela dominação da maioria; e, em seguida, numa etapa mais avançada, eliminará a sociedade civil e o Estado, tornando-se instrumental para o aparecimento do comunismo e de um novo padrão de civilização.

19. O período maduro da Revolução Burguesa é compreendido como aquele que vai da contrarrevolução de Vargas, do Estado Novo na década de 1930, à segunda metade do governo militar de 64.

20. Cf. LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2007.

seus dinamismos de acumulação, passando da acumulação dual de capital e da sobre-expropriação do trabalho à autonomização do desenvolvimento e à regulação entre as classes. Sua viabilidade se daria pela rápida multiplicação “dos pontos de disseminação dos privilégios estratégicos, de modo a universalizá-los no seio das classes ‘médias’ e a torná-los mais frequentes nos ‘setores explosivos’ das classes ‘baixas” (Ibidem, p.101).

A terceira – *a revolução contra a ordem* – é a proposta de ruptura radical com a dependência, nos moldes do que Lênin (2007) nomeia por uma “revolução explosiva e violenta” contra a hegemonia burguesa e seu consequente aparelho governamental opressor. Florestan Fernandes (1981 e 2009), tomando como ilustração para o processo revolucionário latino-americano a experiência cubana, reconhece essa última via como o nosso “desafio histórico”, o único efetivamente capaz de superar o padrão subdesenvolvido de dominação burguesa, o substituindo por uma sociabilidade igualitária de modernização autônoma e fraterna.

Em síntese, abre-se uma dupla possibilidade de resposta ao *dilema latino-americano*²¹: a revolução institucional “dentro da ordem” com ênfase na reciclagem da esfera estatal ou a revolução “contra a ordem”. A primeira – tendo segmentos da burguesia na composição da vanguarda política – contém as duas primeiras tendências

21. Fernandes (2009, p.38) define o dilema latino-americano como “a mais profunda necessidade histórica e social de autonomia e equidade”. Diante da emergência de reversão de uma permanente situação heteronômica, caracterizada por duas realidades áspers: as estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; e a dominação externa, que estimula a modernização e o crescimento nos estágios mais avançados do capitalismo, mas, que impede a revolução nacional e autônoma.

acima mencionadas e pode ser compreendida a partir de duas vias diferenciadas, de acordo com o setor protagonista escolhido dentro do plural universo burguês: as classes “altas” (nacionais e estrangeiras) ou os setores pequeno-burgueses nacionais (esperançosamente tidos como radicais ou progressistas), articulados ou não em uma frente popular; e, a segunda, exclusiva à classe trabalhadora, atribui a esta o título de único sujeito histórico capaz de viabilizar uma sociabilidade emancipada.

Em breves linhas, se faz necessário compreender as diferentes interpretações assumidas pela revolução “dentro da ordem”, demonstrando desde já a impossibilidade de tal caminho à autonomização econômica dos países latino-americanos, bem como, a sua não contribuição para emancipação de tais nações do imperialismo exercido pelas nações capitalistas centrais.

O “sujeito revolucionário” ao qual esta primeira via supôs - a burguesia nacional e estrangeira - deve ser reconhecida como a já mencionada *plutocracia*. Em outras palavras, um padrão compósito que articula a hegemonia burguesa na periferia capitalista, preservando suas características oligárquicas tradicionais. Vale lembrar que para esta, o “Estado democrático de direito” possui um contraditório condicionante – o superprivilégio de classe – que viabiliza sua legitimidade no plano burocrático-constitucional e, ao mesmo tempo, a nega no plano político e econômico para a totalidade da classe trabalhadora. Como visto, o sufrágio universal, a democracia com participação ampliada e representativa, a adoção de sistemas políticos legitimados popular e constitucionalmente, todos esses elementos aparentemente diferenciadores do período que os antecede – o regime estamental e de castas – apenas coexistem reproduzindo o arcaico, superpondo democracia, autocracia e autoritarismo.

É inegável o caráter de falácia que historicamente adquiriu pela mão das classes altas a “Revolução Democrática” nos trópicos latino-americanos. A socialização do poder político sempre recuou a partir do momento em que provocasse, ainda que de forma indireta e insuficiente, a socialização econômica dos privilégios da ordem social competitiva para outros que não a elite hegemônica. Para este conglomerado de classe, o Estado democrático se constitui como instrumento facilitador de sua hegemonia, adquirindo distintas feições, mas todas mantenedoras do intento de proteger a ordem, a propriedade privada e a associação dependente através da sobre-expropriação do trabalho e da acumulação repartida do excedente econômico:

As burguesias da periferia sofrem desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. De classes padronizadas da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da “democracia” e da “civilização cristã”. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles [...]. E suscita enorme indulgência para com os comportamentos e atitudes que se chocam, precisamente, com os mores da democracia e da civilização cristã, o que significa que, indiretamente, ela amplifica o espaço psicológico, cultural e político para um padrão de liberdade de classe que é extremamente egoístico e irresponsável. No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa. (FERNANDES, 1976, p.316).

Ainda na perspectiva revolucionária “dentro da ordem” – na sua dimensão reformista – se abriu no período contrarrevolucionário burguês uma via interpretativa perigosa, responsável por causar equívocos e confusões para a construção de um projeto revolucionário próprio e original da classe trabalhadora. Estamos nos referindo à tendência da “Revolução Nacional Democrático-Burguesa”, apropriada no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, no período que se estende da década de 1950 à primeira metade dos anos 1960. Esta proposta revolucionária vinculou-se a uma determinada teoria interpretativa da realidade brasileira, alçada nos marcos da tradição da esquerda mundial, presente nas Teses da Internacional Comunista – o *Komintern* – durante a primeira metade do século XX. As teses do *Komintern*, embebidas por um marxismo reducionista e arquetípico de cariz positivista, identificava a existência de “resquícios feudais” nos assim nomeados países “coloniais” e “semicoloniais” da América Latina e do Oriente. Para Mazzeo (2003, p.154-158), essas leituras, ainda que impregnadas por uma visão universalista e fortemente tradicional, derivaram-se muito mais do desconhecimento das especificidades e processualidades históricas dessas regiões do que da absolutização e prevalência de uma vanguarda de presumido núcleo-duro eurocêntrico.

O que se sucedeu, foi a institucionalização de uma teoria de revolução por *etapas*, a qual possuiu por referência o modelo ideal de evolução política clássica dos países centrais. Desse modo, terminou por conduzir uma esquemática qualificação das nações, dividindo-as em três blocos distintos: “países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais” (MAZZEO, 2003, p.157).

A caracterização de um continente “atrasado”, conformado por nações coloniais e semicoloniais de estrutura fundiária arcaica foi, digamos, um diagnóstico bem

aceito pela Conferência dos PCs latino-americanos em 1929, realizada na cidade de Buenos Aires - Argentina²², tanto que subsidiou a construção dos elementos gerais de uma teoria de revolução própria ao continente, tendo por parâmetro “a revolução mexicana, e, fundamentalmente, a revolução chinesa, cujo impacto possibilitou o surgimento de uma ‘via chinesa’ latino-americana” (MAZZEO, p.159)²³.

O que se faz presente nesta programática importada pelos PCs dos países latino-americanos é a defesa da *Revolução Democrática* inspirada nas reflexões de Lênin para a Rússia Tzarista no início do século XX. Para compreendermos a ‘importação’ desta etapa revolucionária e sua posterior adequação programática aos trópicos latino-americanos faremos uma breve síntese sobre este debate em Lênin e, posteriormente, em Mao Tsé-tung, dada a influência da obra de ambos os dirigentes para a interpretação da realidade brasileira. Em Lênin tomaremos por principais referências três de seus textos publicados em 1905: a brochura “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”; e os escritos intitulados “O começo da

22. Estiveram presentes na I Conferência dos PCs latino-americanos 38 delegados dos Partidos Comunistas da Argentina, da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, de Cuba, do Equador, da Guatemala, do México, do Panamá, do Paraguai, do Peru, de El Salvador, do Uruguai e da Venezuela. Fonte: <http://www.moreira.pro.br/cronologia.htm>

23. A incorporação de uma “via chinesa latino-americana”, destoante das peculiaridades da formação social e histórica dessas nações, apenas foi possível a partir de uma determinada interpretação teórica do marxismo. Tal interpretação diz respeito a uma interlocução oriunda de fora, que chegou ao continente com os imigrantes europeus ao longo do século XIX, os quais possuíram um papel crucial como fundadores dos partidos e sindicatos aqui constituídos. Tratou-se de uma literatura marxista militante e simplista, dominada por um ecletismo que interpôs ao pensamento marxiano concepções lassalianas, comteanas, darwinistas e spencerianas (BATALHA apud MAZZEO, 2003, p.155).

Revolução na Rússia” e a “Revolução do Tipo de 1789 ou do Tipo de 1848?”.

Em polêmica com os mencheviques, expressa na obra *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (1905a), Lênin questiona o que considera ser uma ideia absurda: a redução “a velha teoria populista de que a revolução burguesa é contrária aos interesses do proletariado e de que não temos necessidade, por esse motivo, da liberdade política burguesa”. Tal crítica poderia equiparar-se, na perspectiva do autor, ao reducionismo anarquista ao negar qualquer participação do proletariado na política burguesa, na revolução burguesa, no parlamentarismo burguês.

Lênin (1905a) parte de um fundamento básico: o que pressupõe serem “as teses elementares do marxismo relativas à inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo sobre a base da produção mercantil”. Interpretando-as a partir do caso da Rússia czarista conclui que o limite posto a essa nação estava na insuficiência do desenvolvimento do capitalismo, cujas reminiscências do passado – a exemplo da autocracia, monarquia e servidão – comprometiam o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. Para sociedades inseridas na divisão internacional do trabalho, configuradas por relações mercantis, a via do capitalismo era um fato necessário a todas as classes e, em especial, ao proletariado:

Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. Por isso a classe operária está absolutamente interessada no mais amplo, mais livre e mais rápido desenvolvimento do capitalismo. É absolutamente vantajosa para a classe operária a eliminação de todas as reminiscências do passado. (LENIN, 1905a)²⁴

24. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/>

Este posicionamento não pressupunha um abandono da estratégia revolucionária do proletariado, mas uma reflexão tática quanto ao *que fazer* diante da necessária e inevitável revolução democrático-burguesa. Considerada como uma tarefa temporária e transitória dos socialistas, a luta contra a autocracia não abria mão do horizonte socialista, mas era um passo fundamental para este:

A luta pela liberdade política e pela república democrática na sociedade burguesa é tão-somente uma das fases necessárias da luta pela revolução social que derrubará o regime burguês. (...) Se a revolução que está diante do proletariado russo é burguesa, se seu objetivo deve ser a instauração da república democrática, se o inimigo a derrotar é o tzarismo e a propriedade fundiária do tipo feudal, disso deriva então que a classe operária – reafirmando a sua própria autonomia política, a independência de suas palavras de ordem – *deve buscar a mais ampla aliança possível com a burguesia*. (LENIN apud GRUPPI, 1979, p. 48 – grifos nossos)

Partindo de uma análise dialética sobre a situação da Rússia em 1905 – marcada pela incoerência do poder de um Estado absolutista feudal em uma sociedade caracterizada pela emancipação dos servos, formação de um operariado urbano e o crescimento da classe média – Lênin detinha a certeza de que se tratava de uma revolução burguesa destinada a quebrar as amarras ao pleno desenvolver do capitalismo. O caráter ‘burguês’ das manifestações iniciadas já se explicitava na pauta em torno da requisição de direitos políticos e sociais: reforma agrária, tolerância religio-

taticas/cap02.htm#i5>. Acesso em 13 de Julho de 2014.

sa, fim da censura e participação parlamentar²⁵. Contudo, não se pensava em uma revolução burguesa no seu sentido clássico iluminista, dados os limites da burguesia russa em assumir a hegemonia política deste processo enquanto classe revolucionária. Pois, tratava-se de uma burguesia oscilante, de posicionamento dúbio: por um lado, “ainda muito fraca em relação ao tzarismo” e, de outro, “muito forte nela o temor de abrir caminho ao proletariado e à sua revolução” (LENIN apud GRUPPI, 1979, p.50).

Segundo Lênin (1905a), tratando-se de uma burguesia liberal inconsequente e oportunista, seria absolutamente vantajoso que a revolução democrática não superasse todos os vestígios do passado, mas deixasse de pé alguns traços anacrônicos, a exemplo da preservação de relações com estratos monárquicos e a manutenção do exército permanente, impossibilitando o seu efeito inteiramente consequente, decidido e implacável. A prudência

25. O início do movimento revolucionário de 1905 deu-se com o evento conhecido por “Domingo Sangrento”, ocorrido em janeiro deste ano em São Petersburgo. Em passeata mais de um milhão e meio de pessoas – em sua maioria operários e camponeses – marcharam até o Palácio de Inverno do Czar Nicolau II com objetivo de entregar-lhe uma carta em defesa dos direitos do povo e, em resposta, o Czar ordenou que sua guarda reprimisse violentamente a manifestação. Em seu conteúdo, o documento retrata: *“Senhor – Nós, operários residentes da cidade de São Petersburgo, de várias classes e condições sociais, nossas esposas, nossos filhos e nossos desamparados velhos pais, viemos a Vós, Senhor, para buscar justiça e proteção. Nós nos tornamos indigentes; estamos oprimidos e sobrecarregados de trabalho, além de nossas forças; não somos reconhecidos como seres humanos, mas tratados como escravos que devem suportar em silêncio seu amargo destino. Nós o temos suportado e estamos sendo empurrados mais e mais para as profundezas da miséria, injustiça e ignorância. Estamos sendo tão sufocados pela justiça e lei arbitrária que não mais podemos respirar. Senhor, não temos mais forças! Nossas resistências estão no fim. Chegamos ao terrível momento em que é preferível a morte a prosseguir neste intolerável sofrimento”* (BERMAN, 1992, p.236).

tornar-se-ia sob o protagonismo burguês o eixo determinante da revolução. Contrapunham-se assim, dois caminhos distintos para as transformações: um no sentido democrático-burguês – lento, gradual e prudente – pela via de *reformas*; e outro, consequente e decidido a pôr a fim todo o antigo regime, pela via da *revolução*.

Nesta perspectiva, a força capaz de protagonizar o sepultamento do tzarismo, construir e levar a cabo as transformações democráticas na perspectiva da *revolução* seria *o povo*: “isto é, o proletariado e o campesinato, se se tomar as grandes forças fundamentais e se se distribuir a pequena burguesia rural e urbana (também ‘povo’) entre um e outro” (Ibidem). Apesar da curiosa inclusão da pequena burguesia na condição de aliada ao proletariado – enquanto segmento inerente ao conceito de protagonista *povo* – esta proposta não era ingênua ou desproposita por parte deste dirigente:

Lênin recusa a tese segundo a qual a aliança com a burguesia só é possível na condição de que os representantes democráticos dela aceitem determinadas palavras-de ordem, reconheçam a função do proletariado. Recusa a idéia de que a aliança deva ser realizada com a melhor parte da burguesia. Para o proletariado, o que conta é a natureza objetiva do processo revolucionário, seu conteúdo de classe: “A ala intelectual (da social democracia) fabrica um metro para estabelecer qual foi a burguesia boa, corajosa e com a qual vale a pena fazer um acordo. A ala proletária, ao contrário, não busca uma burguesia boa, mas apoia qualquer burguesia - inclusive a pior na medida em que lute concretamente contra o tzarismo” (LENIN apud GRUPPI, 1979, p.48).

A defesa de uma aliança episódica e temporária entre as classes (ou frações de classe) não fazia referênc-

ia a uma *hegemonia* burguesa no processo de revolução democrática a ser efetivado, ao contrário. Segundo Gruppi (1979), o conceito de *hegemonia* – pela primeira vez utilizado por Lênin – negava conhecimentos recíprocos ou acordos verbais com a burguesia. Para Lênin (apud GRUPPI, 1979, p.49) “a hegemonia pertence a quem luta com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para desfechar um golpe no inimigo; pertence àqueles cujas palavras correspondem aos fatos”. A base prática deste conceito poderia ser vista na ideia do que propunha ser o *golpe em comum*: “o armamento imediato dos operários e de todos os cidadãos em geral, a preparação e organização das forças revolucionárias para a liquidação das autoridades e instituições governamentais” (LÊNIN, 1905b).

No texto *O começo da revolução na Rússia* (1905b), Lênin delimita esta hegemonia através da preocupação em especificar a direção a ser dada durante o processo revolucionário. Seria o proletariado, organizado no partido socialdemocrata e portador de independência e autonomia, o responsável por conduzir a revolução ao seu objetivo final: “a libertação da humanidade inteira de toda a exploração”²⁶. Aqui se apresenta a posição crítica do autor quanto a noção menchevique de ‘unidade de vontade’. Para estes últimos – se tratando de uma ditadura revolucionária – a unidade de vontade entre o proletariado e a pequena burguesia é impossível. Contudo, para Lênin (1905a), esta unidade não poderia ser pensada enquanto princípio, mas sim uma ação tática, produto de uma análise conjuntural das situações concretas:

26. LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O começo da revolução na Rússia*, 1905. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/01/25.htm>. Acesso em 14 de Julho de 2014.

A vontade pode ser única num sentido e não ser única noutro. A ausência de unidade nas questões do socialismo e na luta pelo socialismo não exclui a unidade de vontade nas questões da democracia e na luta pela república. (...) Esquecer isto significaria esquecer o carácter da revolução democrática como sendo de *todo o povo*: se é de *todo o povo* significa que *há* «unidade de vontade», exatamente na medida em que esta revolução satisfaz as necessidades e as exigências de todo o povo. O seu futuro é a luta contra a propriedade privada, a luta do trabalhador assalariado contra o patrão, a luta pelo socialismo. Aqui a unidade de vontade é impossível. Aqui encontramos-nos não em presença do caminho que vai da autocracia à república, mas do caminho que vai da república democrática pequeno-burguesa ao socialismo (Ibidem).

Posto nestes termos, a independência de classe do proletariado não o impossibilitaria de junto aos revolucionários da democracia burguesa “marchar ombro com ombro durante a insurreição, ao desferir golpes directos ao tzarismo, ao fazer frente à tropa, ao assaltar as bastilhas do inimigo maldito de todo o povo russo” (Idem, 1905a).

Nesta perspectiva, a diferença entre classes se coloca no limite (ou na ausência desse no caso do proletariado) até onde se deseja conduzir o processo revolucionário. Se a burguesia se limitasse à pauta das *reformas*, no melhor dos casos, se constituiria uma república com vistas à redistribuição da propriedade da terra, em extirpar da vida do campo e da fábrica os traços asiáticos de servidão e iniciar significativas mudanças no nível de vida dos operários. Contudo, o futuro mais provável para esta classe estaria “em um acordo entre o tzarismo e os elementos

mais incosequentes e egoístas da burguesia” (Ibidem). Em campo oposto, o proletariado - que não tem nada a perder - teria por tarefa levar o mais longe possível a revolução democrático-burguesa através da ascensão armada do povo possibilitando uma *revolução completa*:

Uma revolução completa é a tomada do poder pelo proletariado e pelos camponeses pobres. (...) Logo, a tomada do poder, que no início não passará de um acto da revolução democrática, tornar-se-á por força das circunstâncias, contra a vontade (e por vezes a consciência) dos seus participantes, uma revolução socialista. Então, a derrocada será inevitável. (LÊNIN, 1905c)

Já se fazia na socialdemocracia uma distinção entre programa máximo (socialista) e programa mínimo (reformas no âmbito da democracia burguesa). Tal concepção pressupunha que, independente de qual democracia burguesa se constituísse, não caberia ao proletariado ausentar-se da participação de seu governo provisório, tido como uma “ditadura democrática revolucionária”. Tal recusa representaria um erro tático, a negação de uma das etapas revolucionárias. “Lutar pelos interesses do proletariado, pela satisfação das suas necessidades imediatas e pelas condições que tornarão possível *preparar as suas forças* para a futura vitória completa”, seria em Lênin uma prerrogativa do programa mínimo (Idem, 1905a – grifos nossos).

Antes de retomarmos as reflexões acerca do Brasil, cabe-nos um questionamento, necessário para compreendermos os limites do conceito de *povo* formulado por Lênin: Quais são os riscos que o proletariado corre em uma aliança tática com a burguesia, ainda que se tratando dos seguimentos mais progressistas desta classe?

Lênin (1905a) deixa claro em todos os seus escritos acerca da revolução democrática a centralidade do proletariado em sua direção política, no sentido de “não ficar à margem da revolução burguesa, não ser indiferente a ela, não entregar a sua direção à burguesia, antes pelo contrário, a participar nela do modo mais enérgico, a lutar do modo mais decisivo pela democracia proletária consequente”. Entretanto, em seu caloroso diálogo com os mencheviques reconhece problemas que poderiam se dar no percurso revolucionário. Entre o maior destes, o risco da burguesia “vender” a revolução democrática por meio de acordos com o tzarismo. A consequência deste ato para os socialistas seria a impossibilidade de garantia de seu programa mínimo de reformas, a sua diluição na democracia burguesa, no sentido de que o proletariado não conseguirá imprimir a sua marca clara à revolução. Ainda que não impossibilitada a existência de uma revolução burguesa, tratar-se-ia de “um aborto, um nado-morto, um bastardo” de democracia burguesa (Ibidem).

Sendo assim, à frente da revolução, a burguesia sempre a moldaria enquanto uma ação inconsequente e egoísta, cabendo única e exclusivamente ao proletariado ser o protagonista consequente da democracia. Para Lênin – independente das alianças travadas – “não há nada mais ingênuo e estéril do que as tentativas de traçar as condições ou pontos com cuja realização se poderia considerar a democracia burguesa como um amigo não hipócrita do povo” (Idem, 1905a).

No Brasil, as diretrizes estratégicas e teórico-políticas definidas pelo *Komintern* da Internacional Comunista tornaram-se, durante parte significativa das décadas de 1950 e 1960, a direção política e histórica do partido comunista. Em consonância com a projeção reformista e etapista, de superação da dependência e do subdesenvolvimento nacional, o uso

desta tendência justificou-se através de duas constatações. A primeira consistia no diagnóstico de que o Brasil não havia realizado uma revolução burguesa nos moldes iluministas, utópicos e democráticos dos países centrais e, para tanto, pressupunha como necessário a superação do “arcaico”, presente no latifúndio e na dominação imperialista. A segunda baseava-se no reconhecimento das “potencialidades” nacionais, as quais detinham as condições para o país tornar-se uma economia autossustentada, com centros de decisão próprios e autônoma da subordinação capitalista externa.

Desta forma, identificava-se tanto uma não emancipação da sociedade nacional, vulnerável aos interesses monopolistas “de fora”, sobretudo, estado-unidenses; como um engessamento das reformas democrático-populares necessárias para a viabilidade, consolidação e crescimento de um capitalismo propriamente nacional. Ambas as constatações pressupunham apenas uma saída, posta na luta contra as classes “altas”, por um país livre, independente e economicamente soberano.

Tais posicionamentos foram publicizados pelo PCB a partir da Declaração de Março de 1958. Este documento - de significativa influência nacional-desenvolvimentista - expressava o abandono da luta armada em prol da escolha pacífica e eleitoral, mantendo-se a estratégia da Revolução agrária e antiimperialista.

Jacob Gorender (apud PRESTES, 2011), um dos redatores da declaração, ratificou o conteúdo reformista da política traçada ao afirmar que o caminho para o objetivo socialista não negaria a existência prévia de um desenvolvimento progressista, a sua ruptura e posterior substituição utópica, por outro tipo de desenvolvimento. Ao contrário, seria necessário ao desenvolvimento capitalista presente ganhar aceleração, profundidade e consequência, de modo

a ascender a sociedade brasileira a uma etapa “mais alta”. Como em Lênin (1905a), partia-se de uma mesma assertiva: a de que o país sofria de insuficiente desenvolvimento capitalista e cujos resquícios passados comprometiam o desenvolvimento econômico e democrático possível no modo de produção capitalista.

A guinada tática representativa desta nova política partidária moldou-se não apenas pela orientação socialista a nível internacional, mas contou com a influência de elementos próprios à conjuntura da época, que tangenciaram o tom “democrático” das lutas a serem travadas²⁷. Dentre estes elementos destacamos o suicídio de Getúlio Vargas, a posterior estabilidade democrática do país e a dinâmica de aceleração do desenvolvimento nacional protagonizada pelo governo Juscelino Kubitschek. O suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 suscitou, além da comoção popular dos trabalhadores, pressões conservadoras de caráter reacionário oriundas dos setores dominantes afinados ao grande capital internacional. Perante uma conjuntura política frágil e de temor autocrático, os comunistas não apenas se somaram às manifestações populares, como se viram obrigados a rever posicionamentos antes considerados hostis ao conjunto da burguesia, fato que se evidenciou no apelo público do PCB à unidade das forças democráticas e setores trabalhistas já em 1954:

27.No plano internacional, destacamos a crise instaurada ao movimento comunista mundial a partir do XX Congresso do PCUS em 1956. Na abertura do congresso, N. Krushev leu um “relatório secreto” denunciando o culto à personalidade de Stálin e procedendo diversas acusações ao seu governo, tais como autoritarismo, rompimento da legalidade socialista, crimes e outros. As informações contidas no relatório causaram cisões, traumas e autocríticas em todos os partidos comunistas, o que impactou também o PCB e sua estrutura organizativa. (SEGATTO, 2003, p.126)

Nós comunistas [...] estamos prontos a entrar em entendimento com todas as forças políticas, líderes políticos e correntes patrióticas que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo (Voz Operária apud SEGATTO, 2003, p.124).

Assumindo a defesa das “liberdades democráticas e da Constituição” e a “unificação das forças democráticas e patrióticas” o PCB apoiou em 1955 as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência da República, alegando que tal vitória eleitoral poderia “determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil” (PRESTES apud SEGATTO, 2003, p.125).

O apoio político do partido esteve assim, condicionado às candidaturas comprometidas com a sua plataforma progressista, a qual pressupunha a melhoria das condições de vida do povo por meio da defesa da soberania, da indústria nacional e das liberdades democráticas. Com vistas à aplicabilidade dos chamados “princípios universais do marxismo-leninismo”²⁸ a ação parlamentar era compreendida como umas das tarefas transitórias dos socialistas na Revolução Democrática. Não é por menos que o mesmo apoio político se deu nas eleições legislativas e para governadores em 1958 e, posteriormente, para presidência da República em 1960:

Nossa aliança com os partidos de penetração popular (...) é feita em torno da plataforma comum

28. Teses para Discussão. Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, SE, abril/1960 apud PRESTES (2011).

de combate ao imperialismo, luta em prol da independência econômica do Brasil; apoiamos os programas independentemente dos dirigentes partidários. É claro que quando os burgueses brasileiros enfrentam o capitalismo internacional, o fazem em defesa de seus próprios lucros, mas desde que a luta seja contra nosso inimigo comum, nós, comunistas, não temos dúvida em nos aliarmos à burguesia nacional²⁹.

Mesmo impedido de apresentar candidaturas próprias, o PCB forneceu apoio a candidatos que assumissem o compromisso com posições nacionalistas e contrárias ao dito “entreguismo”. Naquele momento receberam apoio aos governos de Estado personalidades como Leonel Brizola (Rio Grande do Sul), Ademar de Barros (São Paulo), Cid Sampaio (Pernambuco) e, para presidência do país, o Marechal Henrique Teixeira Lott. Entretanto, para Leocádia Prestes (2011), o que tal apoio tático expressou foi, na verdade, uma forte ilusão na possibilidade de conquista de uma correlação de forças positiva dentro do Estado, através da pressão de massas e da aliança de classes com setores supostamente possuidores de interesses comuns.

Nesta perspectiva, a atuação partidária apostava em uma aliança de classes com centralidade na burguesia nacional, articulada à classe trabalhadora e com a colaboração dos setores despossuídos urbanos e rurais, na forma de um “movimento revolucionário antiimperialista e antifeudal” (PRESTES apud IANNI, 2004, p.247). Para o PCB, a burguesia estaria dividida em dois representativos blocos: os setores dependentes ligados aos interesses internacionais - os latifundiários e a burguesia comercial - minoritários, porém hegemônicos e poderosos; e os seto-

29. Correio da Manhã, nº 16, 26-9-1958; *apud* PRESTES (2011).

res nacionais representantes do capital produtivo no país, prejudicados pela opressão imperialista sobre o mercado interno. A estes últimos, definidos como *setores democráticos e progressistas*, seria atribuído o papel estratégico de consolidação da questão democrática “e de um capitalismo de caráter nacional que, ao desenvolver-se dissolveria os ‘resquícios feudais’ presentes na formação social brasileira” (MAZZEO, 2003, p.159).

O peso posto sobre a burguesia “nacional” advinha da crença em sua importância histórica e universal para realizar a construção da primeira etapa da revolução brasileira, caracterizada pelo PCB como “democrática, antifeudal e antiimperialista”³⁰ (Idem, Ibidem). Essa, reconhecida como o momento prévio e necessário a uma futura transição socialista, procederia através da consolidação de um governo democrático-nacional, capaz de unificar em termos políticos e econômicos a nação e, ao mesmo tempo, desenvolver tanto as reformas democráticas, como as forças produtivas capitalistas (a expansão das empresas estatais e a nacionalização das estrangeiras). Nessa ótica, a pequena burguesia e igualmente a classe operária deveriam dar apoio e direção à burguesia

30. Prestes (*apud* IANNI, 2004, p.247) no IV Congresso do PCB, assume como proposta de política partidária o apoio à uma perspectiva de revolução burguesa eurocêntrica. Na qual, a moderna sociedade burguesa é reconhecida como produto histórico do declínio da sociedade feudal, e o desenvolvimento da superestrutura capitalista e de sua classe hegemônica – a burguesia nacional – são tidos como etapa prévia e necessária a revolução proletária. Fernandes em Nós e o Marxismo (2009, p.9-13) ao retomar a leitura do Manifesto à luz dos “povos dependentes América Latina” desconstrói essa tendência e sinaliza a impossibilidade de se tomar o desenvolvimento do capital industrial na Inglaterra como padrão histórico, dado o seu caráter autossustentado e de disposição de vantagens relativas, tais como o controle do comércio exterior, a impulsão sobre enormes colônias, a espoliação colonial e a hegemonia industrial e política, ao contrário do quadro crônico de dependência latino-americana.

nacional que, limitada e “débil”, seria incapaz de sozinha levantar a bandeira da democracia e da independência nacional contra o feudal-imperialismo.

As mudanças consubstanciadas na Declaração de Março de 1958 foram consolidadas na Resolução do V Congresso do PCB em 1960³¹, o qual reafirmou o caráter antiimperialista, antifeudal, nacional e democrático da Revolução Brasileira, bem como, a necessidade de um governo sob esta orientação, a ser conquistado pela frente única, nos quadros do regime vigente³². O programa então constituído – de forte influência nacionalista – levou a transformação do PCB em um partido de ideologia nacional-libertadora, cujas ações consideravam a aliança entre classes um elemento inevitável.

A escolha nacional-libertadora para atuação partidária não se deu por acaso. Esta foi a tática condizente a realização do programa mínimo da Revolução Brasileira, que, na perspectiva leninista, dizia respeito a satisfação das necessidades imediatas do proletariado e o preparo das forças socialistas para a vitória. Nesse sentido, a luta pelas reformas de base tornou-se um fator fundamental na intervenção partidária, “um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários”³³. Em síntese, para Segatto (2003, p.130), o capitalismo de Estado era a antessala do socialismo³⁴.

31. Dentre as pontuais críticas realizadas no V Congresso do PCB à Declaração de 1958, destaca-se o informe acerca da insuficiência de análise sobre as contradições dentro da frente única. Para os comunistas, “não foram devidamente evidenciados os interesses divergentes das forças participantes da frente única, nem o processo de luta pela sua direção, em que se empenham, em particular, o proletariado e a burguesia ligada aos interesses nacionais” (PRESTES, 2011).

32. Teses para Discussão. Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, SE, abril/1960 *apud* PRESTES (2011).

33. *Novos Rumos*, 27/3/1964 *apud* SEGATTO (2003, p.129).

34. As reformas de base em questão referiam-se as reformas agrária, bancária, administrativa, urbana, fiscal, eleitoral e outras;

A proposta de uma “Revolução Democrática” para o Brasil em muito se assemelhava a construída para a China na década de 1930 por Mao Tsé-tung. Se formos a análise maoísta sobre a interpretação da sociedade chinesa – em sua caracterização da relação entre estrutura e superestrutura – verificaremos o quão grave tornou-se a tentativa do *Komintern* em equalizar formações sociais tão distintas, a partir da interpretação comum dos conceitos de ‘semicolônia’, ‘resquícios feudais’, ‘burguesia nacional’ e ‘classes altas’. A fim de melhor ilustrarmos nossa crítica à proposta Democrático-Nacional, apresentaremos a seguir uma breve síntese da reflexão maoísta acerca da Revolução Burguesa na China durante a década de 1930.

No texto “Sobre a tática da luta contra o imperialismo japonês” (1935), Mao identificava um profundo retrocesso no país devido a aliança de segmentos da burguesia com o imperialismo nipônico. Estes ordenavam uma típica contrarrevolução, passando o país por etapas decrescentes, da condição de semi-independência à de semicolônia e, ao fim – enquanto obtivesse sucesso as recorrentes ofensivas imperialistas japonesas – o começo da etapa da transformação da China em colônia.

Seriam duas as contradições fundamentais na sociedade chinesa: a contradição entre a China e o imperialismo japonês e a contradição entre o feudalismo e as massas populares. Ambas, tornavam mais agudos os antagonismos entre as classes e suas frações. No que tange à

sendo realizadas em conjunto a outras medidas: limitação drástica das remessas de lucros dos monopólios estrangeiros e ampliação do monopólio estatal do petróleo; nacionalização das empresas estrangeiras; ações contra a inflação e carestia; controle do câmbio e do comércio exterior; revogação da legislação que limitava os direitos de cidadania (Lei de Segurança Nacional e Decreto nº 9.070 sobre greves), etc. (*Novos Rumos*, 01/05/1963 apud SEGATTO, 2003, p.129).

natureza desta sociedade, o dirigente comunista caracterizava as classes sociais segundo a sua relação com o imperialismo: as classes operárias e as camponesas – de natureza anti-imperialista – enquanto a força mais decidida a barrar a contrarrevolução chinesa; e a pequena-burguesia, igualmente pela resistência, cuja “posição econômica, como a dos camponeses é a de pequenos produtores, e os seus interesses são irreconciliáveis com o imperialismo” (MAO, 1935). Se os operários, camponeses, pequena-burguesia, bem como, a ‘juventude estudantil’ encontravam-se imbuídos em um vasto movimento anti-japonês – todos afetados pelo desemprego e a ruína parcial ou total de suas possibilidades socioeconômicas – a análise devia ser mais cautelosa no que dizia respeito a burguesia.

A burguesia estava dividida em frações: a burguesia nacional, a burguesia compradora e a classe dos senhores de terras. Estas duas últimas frações, qualificadas enquanto os *lacaios do imperialismo* constituíam o “campo de traidores à Pátria”. Segundo Mao (1935 e 1937), a questão não era saber se seriam ou não escravos do estrangeiro. Já haviam perdido todo o sentido da nacionalidade. Considerado que o interesse de tais grupos era inseparável ao do imperialismo, a avaliação poderia ser realizada sem maiores delongas pelo dirigente revolucionário: eram “o inimigo jurado do povo chinês” (Ibidem). Entretanto, se esta assertiva era evidente para tais segmentos, a avaliação que pese sobre a burguesia nacional era diferente. Ainda que constitutiva de uma mesma classe, a burguesia nacional não poderia ser equiparada aos seus seguimentos mais reacionários:

Isso porque a burguesia nacional não é o mesmo que a classe dos senhores de terras ou a burguesia compradora: há uma diferença entre elas. A burguesia nacional é menos feudal que a classe dos senhores de terras e menos compradora que a classe compradora. Uma parte dela, a ala direita, tem mais laços com o capital estrangeiro e com a propriedade da terra do que a outra. Não especulemos agora sobre a possibilidade ou impossibilidade de modificação da atitude dessa ala. O que nos interessa, diz respeito àquela parte da burguesia nacional que tem poucos ou nenhuns laços desse gênero. Pensamos que na nova situação, quando a China está em perigo de ser convertida em colônia, essa parte da burguesia nacional pode mudar de atitude. (Ibidem)

Se em Lênin o *povo*, enquanto sujeito responsável por realizar a Revolução Democrática, incluía segmentos da pequena-burguesia, em Mao este conjunto de frações de classe seria um pouco mais amplo. O retorno da China à condição de Colônia era avaliado como um fator de potencial incômodo para os segmentos mais progressistas da burguesia nacional, cujo recrudescimento do caráter feudal e imperialista apenas ofereceria a bancarrota da indústria e do comércio nacionais. Dado este fato, se formulava a hipótese de que a aversão da burguesia nacional ao imperialismo a aproximaria dos interesses dos operários e camponeses. Para Mao (1935), a probabilidade desta aproximação se dava pela “*fraqueza* da sua burguesia nacional” – consequência principal da política e da economia duma semi-colônia – razão que a faria mudar de atitudes:

Negar que a burguesia nacional pode hesitar e mesmo juntar-se à revolução num período de

grandes convulsões, representaria, para o nosso Partido, abandonar ou pelo menos minimizar a sua tarefa de bater-se pela *hegemonia*. Com efeito, se a burguesia nacional fosse em tudo semelhante aos senhores de terras e aos compradores e mostrasse a mesma fisionomia odiosa que os traidores à nação, o problema da luta pela direção não se poria mais ou seria mínimo. (MAO, 1935 - grifos nossos)

O que se apresenta até aqui não são “coincidências” programáticas entre o Brasil e a China, mas a realocação de uma proposta de Revolução Democrática em nosso país – ignorando sua particularidade sócio-cultural e histórica – através da universalização de tipologias aplicáveis aos países de capitalismo dependente. Em outras palavras, diagnosticada a ausência ou insuficiência da Revolução Democrático-Burguesa em economias nacionais mantenedoras de ‘restos’ feudais e subordinação imperialista, o receituário era válido. Deste modo, para melhor compreendermos os limites que resultaram desta ‘receita revolucionária’ entre nós, precisaremos melhor o seu conteúdo, a partir da concepção maoísta de construção de uma “Frente Única Nacional”.

Se formos à interpretação da proposta maoísta de revolução, notaremos que a retomada do conceito de *hegemonia* em Mao não é um acaso, mas é a tática necessária a sua proposta de aliança entre classes. Segundo o revolucionário, uma vez examinada a situação da revolução e da contrarrevolução, seriam facilmente determináveis as tarefas táticas do Partido (MAO, 1935). No caso chinês, a apreciação da força da contrarrevolução japonesa e o contraponto ainda débil das forças revolucionárias conduziam para uma dupla convicção tática: a primeira, relativa ao caráter processual da Revolução Democrática, tendo

em vista que a derrota ao imperialismo e seus lacaios não poderia ser efetivada em um “par de dias”, mas estimava um longo tempo para se “acumular grandes forças”. E, a segunda, dizia respeito às “forças motrizes da revolução”, “constituídas, no essencial, pelos operários, pelos camponeses e pela pequena burguesia urbana, às quais pode juntar-se atualmente a burguesia nacional” em uma “*larga* Frente Única Nacional revolucionária” (Ibidem – grifos nossos). Nesta etapa se estabelece um limite à luta existente entre o capital e o trabalho:

Claro que também há um choque de interesses entre a classe operária e a burguesia nacional. (...) Mas se a burguesia nacional adere à Frente Única anti-imperialista, a classe operária e a burguesia nacional passam a ter interesses comuns. No período da revolução democrático-burguesa a república popular não expropriará qualquer propriedade que não seja imperialista e feudal por natureza, assim como não confiscará as empresas industriais e comerciais pertencentes à burguesia nacional; pelo contrário, ela encorajará o respectivo desenvolvimento. Nós protegeremos a burguesia nacional desde que ela não apoie os imperialistas e os traidores.

A “Frente Única Nacional Revolucionária” – enquanto um conglomerado de classes – teria por tarefa transformar a China em uma nação independente e autônoma, resguardando a sua integridade territorial através da constituição de uma República Popular. Não se tratando diretamente de uma revolução socialista, mas de uma fase precedente da mesma, esta Frente Revolucionária era caracterizada como um “vasto recrutamento de forças anti-imperialistas”, juntando-lhes até mesmo “os representantes dos que, não se opondo ao imperialismo europeu

e norte-americano, em virtude das suas afiliações, podem opor-se ao imperialismo japonês e seus lacaios” (Ibidem). Apesar de um tanto difícil, estava prevista aqui uma firme direção, a ser exercida pelo Partido Comunista e o Exército Vermelho, condizente com os interesses essenciais da massa basilar do *povo*- os operários e camponeses – apartada da condição de “cidadãos”³⁵.

No que tange ao caso brasileiro, devemos partir aqui de uma assertiva básica: neste país nunca ocorreu um momento em separado de revolução democrática e contrarrevolução, com distinções no posicionamento burguês. O que os segmentos organizados da classe trabalhadora não haviam se dado conta é que, em países como o Brasil, a Revolução Burguesa já havia se iniciado sem a ajuda da classe trabalhadora. Na verdade, com a sua mais completa exclusão política. Ainda que reconheçamos as dificuldades na constituição de um padrão típico de ‘burguesia nacional’ entre nós, dadas as fragilidades do processo brasileiro de industrialização e expansão urbana, tais dificuldades econômicas não poderiam ser automaticamente revertidas em uma ‘fragilidade política’ que equiparasse a burguesia nacional um provável aliado anti-imperialista.

Podemos dizer que esta perspectiva revolucionária demonstrou-se como um equívoco de leitura histó-

35. O impacto desta proposta não ocorreu sem maiores polêmicas. Crítico ao que nomeou ser a atitude de “porta fechada” de influência trotskista na China, Mao (1935) reconhecia na luta revolucionária centrada exclusivamente nos operários e camponeses pobres uma “varinha mágica”. Para este, seria impossível superar o imperialismo com forças “absolutamente puras” e um “caminho reto”. Ao contrário, o que a conjuntura histórica demonstrava era o anseio de quase totalidade da nação por um país livre. Nesse sentido, Mao (1935) intitula a futura República – produto desta fase revolucionária – não mais enquanto democrática, e sim popular, dada a adesão tanto da pequena burguesia como da burguesia nacional à luta anti-feudal e imperialista.

rica, tanto pela ingenuidade em se apostar num processo de autonomização do capitalismo dependente, engessado a um suposto “feudalismo”, como em uma burguesia especificamente brasileira, capaz de tornar-se hegemônica através de um viés revolucionário “à francesa” ou “à inglesa”. Fernandes na obra *Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina* (2009), ao analisar esse sujeito coletivo - ao qual o PCB denominou por “burguesia nacional” - desmistifica seu potencial transformador do *status quo*. Para o autor, os segmentos mais radicais dessa classe, diante do acentuado monopólio político-econômico das classes altas, tendem a reduzir-se a duas atitudes: seja a adaptação em massa aos condicionantes políticos do setor burguês-oligárquico como meio de sua salvação econômica, tornando-se, na maior parte, seus prestativos intelectuais; ou, para aqueles menos “flexíveis”, que permanecerem fiéis a ideais humanitários ou a princípios radicais, restaria-lhes a intimidação e isolamento.

Aos trabalhadores brasileiros, a aposta em uma “via chinesa latino-americana” confrontou-se com sua frágil organicidade de classe, produzindo consequências ainda mais negativas, como a neutralização de seus mecanismos reivindicativos próprios e originais, do qual a apatia e surpresa diante do golpe de 1964 foi o mais claro exemplo. Tal equívoco de análise apenas protelou o retardamento da solidariedade e identidade classista entre a base dos trabalhadores, que guiados por uma aliança pueril à burguesia, nunca avançaram para além de propostas nacional-populistas.

Deve ficar claro assim, como experiência histórica, que a era das revoluções burguesas no Brasil nunca se deu e qualquer semelhança traduziu-se como um falseamento da história, subsidiado pelas potências capitalistas

centrais e pelo viés autodefensivo das burguesias periféricas. O que a construção de outra vivência, de cunho radicalmente democrático, exigia dos sujeitos políticos que nela se encontravam era a interpretação da sua formação econômica, social e política concreta, em seus determinantes e dinamismos próprios, os quais são reveladores dos limites das classes e, igualmente, das soluções que lhe são possíveis e imanentes. A história nos demonstra que não coube aqui superpor de forma mecanicista um programa revolucionário pré-determinado – burguês ou proletário – ditando externamente a natureza da nossa transformação e o seu consequente drama histórico. Tal atitude apenas reproduziu de forma anacrônica e autoritária a resposta aos problemas e demandas do presente.

Nesse sentido, refletir sobre um processo emancipatório no Brasil, que tenha consciência do seu “sujeito revolucionário” – a classe trabalhadora – pressupõe tanto conhecê-la em sua pluralidade, como destituí-la de ilusões quanto ao seu opressor: uma burguesia nacional associada, dependente e pró-imperialista, sendo essa caracterização uma condição universal, em maior ou menor medida, a todas as suas frações. Em um país onde a institucionalização do trabalho assalariado desagregou os trabalhadores em uma cidadania restrita aos “com” em demérito dos “sem” acesso ao trabalho, e viabilizou-se pela repressão das manifestações de autonomia do movimento social - convertendo as classes oprimidas em geral, e o seu setor operário em particular, em inimigos da ordem³⁶ - a palavra

36. Por cidadãos vamos compreender a partir do inicial domínio monopólico estatal no Brasil “apenas os membros da comunidade nacional localizados em ocupações regulamentadas pelos preceitos legais, o que transformava em pré-cidadãos todos aqueles cujo trabalho a lei desconhecia” (VIANNA, 1998, p.130). Até a primeira metade do século XX é a profissão que fornece o acesso às políticas sociais,

“revolução” recebe um significado que independe da interpretação da classe trabalhadora.

Neste aspecto, concordamos com Fernandes (1981) quando o mesmo afirma que as transformações estruturais desencadeadas por iniciativa burguesa nas sociedades capitalistas avançadas – qualificadas separadamente pelo seu considerável impacto econômico e sócio-cultural: agrária, urbana, demográfica, nacional e democrática – aqui terão de transcorrer invariavelmente como bandeiras das classes trabalhadoras. Em outras palavras, “os condenados da terra têm fazê-lo e, se eles não o fazem, a história estaciona” (Idem, p.2). Contudo, isto não diz respeito exclusivo à construção de uma inédita Revolução Democrático-Burguesa, mas sim ao caráter da nossa luta socialista, cujo programa mínimo (reformas) e máximo (revolução), como antes apresentado por Lênin, se confundem e tem uma relação orgânica e estreita.

O que esta experiência histórica nos deixa de legado é um verdadeiro impasse. De um lado, a crença reiterada por respeitáveis intelectuais e organizações da esquerda de uma “centralidade operária para a questão democrática” (CHASIN, 1985, p.10-13); e, de outro, a completa desmistificação de qualquer esperança sobre

hierarquizando-as de acordo com a ocupação do indivíduo no processo produtivo, em um sistema diferenciado de benefícios. A certidão de nascimento cívico, que nos remonta aos princípios da cidadania liberal, vai ser efetivada através dos três parâmetros da cidadania regulada: a regulamentação das profissões; a carteira profissional, como evidência jurídica fundamental para o gozo de todos os direitos trabalhistas; e o sindicato público, por categoria profissional, atrelado à estrutura estatal através do Ministério do Trabalho (SANTOS, 1987, p.69). À este modelo engessado de cobertura social sucede, dentro da vigência autocrática burguesa, a universalização excludente no contexto de centralização autoritária pós-64, em que a “inclusão” dos setores não-regulamentos profissionalmente se dá a preço da privatização de parte dos serviços públicos (FAVERET; OLIVEIRA apud Vianna, 1998).

uma burguesia de via colonial, incapaz de efetivar as tarefas econômicas ou políticas que lhe seriam inerentes. Resultou daí que a mais simples edificação democrática no Brasil esteve diretamente atrelada às massas trabalhadoras, à sua organicidade, identidade e direção política. Nesse sentido, o conjunto dos trabalhadores avançou no Brasil até o que Fernandes (2009, p.28-30) designou por ser a primeira tarefa política da classe operária em sua emancipação política: a disputa pelas instituições, políticas e direitos deturpados sob a égide burguesa; e o confronto *por dentro* da sociedade civil – na busca por ampliá-la para além do estrato burguês oligárquico – atacando seu caráter e sua essência não civilizada, tanto quanto os privilégios que excluem a massa dos trabalhadores.

Nossa transição em *classe em si* vincula-se ao fim do ciclo autocrático burguês³⁷ e é produto da falência da nossa contrarrevolução burguesa, cujo recrudescimento totalitário a tornou incapaz econômica, social e politicamente de coexistir altas taxas de acumulação monopolista e sobre-expropriação do trabalho com contenção democrática. Produzindo da sua dominação, de forma contraditória, compensações frutíferas aos ‘de baixo’, vistas ao fim dos anos 1970 na diferenciação do regime de classes, na aglutinação da massa da população pobre – formalmente empregada ou não – em torno das bandeiras democráticas e no surgimento de uma vanguarda operária e sindical mais organizada e disposta a impulsionar a luta de classes em termos proletários. As lutas que irrompem neste período no campo da legalidade, na formação de partidos de base

37. Referimo-nos ao processo de transição democrática, que se estende do final da década de 70, com a perda de legitimidade do regime militar junto à sociedade brasileira, até as primeiras eleições democráticas em 1989, caracterizado como “liberalização autorgada, gradual, segura e consentida” pelo bloco do poder (ANTUNES, 1985, p.28).

popular, sindicatos, centrais sindicais, associações, reivindicações por direitos e políticas sociais, cumpriram um papel educativo fundamental, prévio a qualquer ruptura: de mobilização dos despossuídos, politização revolucionária de suas demandas e formação de seus quadros. Contudo, como analisaremos nas páginas a seguir, o avanço organizativo vivenciado neste período não significou diretamente uma ruptura qualitativa em termos programáticos para os trabalhadores na sua infindável busca pelos caminhos de uma “Revolução Brasileira”.

Capítulo III

**Fundamentos históricos e
teórico-metodológicos da
Estratégia Democrático-Popular**

Após uma breve síntese da formação das classes sociais no Brasil e análise crítica dos primeiros ensaios de um programa revolucionário propriamente nacional pelos trabalhadores, se faz necessário neste capítulo um avanço analítico sobre o que consideramos ser o objeto de nosso estudo: a chamada “Estratégia Democrático-Popular”, cujos contornos iniciais adquiriram forma ao fim do ciclo autocrático-burguês no período de transição entre as décadas de 1970 à 1980. Para tanto, tomamos por ponto de partida os fundamentos teóricos desta estratégia, presentes na obra *A Revolução Brasileira* do historiador marxista Caio Prado Jr., escrita em 1966, na condição de contribuição crítica ao debate democrático-nacional do PCB e a sua posterior interlocução com a proposta programática “dentro” e “fora” da ordem de Florestan Fernandes (1973, 1981 e 2011) de clara inspiração leninista.

3.1. Da “Revolução Brasileira” à “Revolução Democrática”: tática e estratégia socialista em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes

A Estratégia Democrático Popular - enquanto o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora brasileira após a contrarrevolução burguesa e que segue confiante entre parte considerável da esquerda até os dias atuais - têm suas raízes lançadas ainda nos anos 1960. Atribuímos a dois personagens a gênese deste projeto. Em primeiro lugar, identificamos o seu “embrião” nas reflexões do historiador marxista Caio Prado Júnior (1966), na sua tentativa pioneira e contundente de se opor

à concepção democrático-nacional do PCB e apresentar-lhe uma proposta crítica, de fundo estratégico e teórico-metodológico, a desconstruir a perspectiva revolucionária dominante, de caráter “agrário, antifeudal e antiimperialista”. Em segundo, ao sociólogo Florestan Fernandes (2009 e 2011) por sua defesa programática da realização de uma “Revolução burguesa em atraso” de caráter democrático no Brasil sob protagonismo da classe trabalhada, através das lutas por direitos e reformas sociais que se constituíam “dentro” e “fora” da ordem.

Para Prado Jr. (2004), a teoria marxista da *Revolução Brasileira* - predominante até meados dos anos 1960 - constituída pelo pensamento da esquerda nacional e de influência internacional, se formulava às avessas do método dialético, prevalecendo em seu lugar um “signo de abstrações”, de “nominalismos” e de “esquemas estéreis de vanguarda” que nada mais fizeram do que “permanecer anos marcando passo”, a comprometer e atrasar o desenvolvimento de um processo revolucionário propriamente democrático e nacional (Idem, 28-30). Na visão caiopradeana, comprometida com uma interpretação moderna da formação social brasileira, a concepção então vigente era permeada por equívocos, produtos de uma leitura rígida e dogmática da nossa longa tradição militante, que ao formar-se no âmbito imediato e cotidiano da ação, supervalorizou a prática, obtendo por resultado uma intensa fragilidade teórico-científica. Isso ocorreu de tal modo que, ao desconhecer a realidade política, social e econômica nacional, inculcou-lhe teorias e exemplos clássicos estrangeiros, admitidos como um devir histórico, sem indagações quanto à sua real efetividade e aplicabilidade concreta:

Se fez no caso da interpretação da Revolução brasileira, uma presunção, admitida apriori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, escusa dizê-lo, é inteiramente descabida. E parece ressuscitar velhas concepções obsoletas que realmente causam espanto encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo. [...] Isso é, de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. Uma tal prefixação de etapas através de que evoluem ou devem necessariamente evoluir as sociedades humanas, faz hoje sorrir (PRADO JR., 2004, p.33).

Partindo de premissas que de modo algum poderiam ser “dadas”, mas que apenas resultariam do processo real da vida e da ação dos seus sujeitos históricos, Prado Jr. (1966) apresenta o caráter da revolução a que buscava qualificar, diferenciando-a, de antemão, das convicções pré-determinadas de ordem doutrinária e apriorística que tinham por referência o amoldamento ao modelo leninista relativo à Rússia czarista. A revolução a que almejava fundamentar e construir – como socialista que também era – não poderia prescindir de uma “natureza” pré-determinada (“anarquista”, “socialista”, “democrático-burguesa” ou outra qualquer). Ao contrário, apenas poderia ter por fonte os fatos que a constituem, verificáveis no seu próprio curso, “que não são da responsabilidade dos comunistas e que não caberia a eles determinar” (Idem, p.18). É nesse sentido – o do reconhecimento de uma dialética que independe da vontade dos indivíduos – que inicia sua reflexão, tentando romper com a perspec-

tiva etapista em voga, a qual supunha possível “encaixar” o Brasil dentro de uma previsível e obrigatória sucessão de sistemas econômicos, sociais e políticos.

Preocupado em proceder “a uma rigorosa e honesta revisão da análise e interpretação dos fatos brasileiros, e à elaboração de uma teoria revolucionária que efetivamente se ajuste a esses fatos” (Idem, p.32), o autor lança as bases do que se concretizaria em futuro relativamente breve como o fundamento de uma nova teoria da Revolução Brasileira. Esta se iniciava por um caminho preciso, o de aliar o método dialético à análise histórica do presente.

Através deste movimento, fiel à afirmativa de Marx (2009, p.32) de que a história tem por seus pressupostos os homens vivos e reais, “não num qualquer isolamento e fixidez fanáticos, mas no seu processo, perceptível empiricamente e sob determinadas condições”, o historiador recoloca no Brasil uma crítica semelhante à que Marx realizou em *A Ideologia Alemã* aos empiristas e aos idealistas alemães do século XIX, aos quais a história representava, respectivamente, “uma coleção de fatos mortos” e “uma ação imaginada de sujeitos imaginados”:

O Homem é nos fatos de que participa simultaneamente autor e ator, ser agente e ser pensante; e é agente na medida em que é pensante, e pensante como agente. Não pode assim – e de fato não é assim que se passam as coisas – dirigir os acontecimentos, nem mesmo considerá-los adequadamente e os analisar de fora deles. (...) Em consequência, a solução dos pendentes problemas econômicos, sociais e políticos, e as reformas institucionais que se impõem, hão de ser procuradas e encontradas nas mesmas circunstâncias em que tais problemas se propõem.

Nelas e somente nelas se contêm as soluções cabíveis e exequíveis. É no mesmo processo histórico de que participamos na atualidade, e em que se configura a problemática que enfrentamos, que se configuram também as respostas a essa problemática e as diretrizes que se hão de seguir (PRADO JR., 2004, p.14).

Os fatos e acontecimentos a que o autor se refere, os quais se materializam em problemas pendentes para o conjunto da população explorada, seriam parte e produto da *herança colonial brasileira*, de uma economia e organização produtiva tolhida para os interesses internos e voltada para fora, num “ciclo” permanente de reatualização do *status* de país exportador de produtos primários³⁸. Numa organização como essa, os laços de dependência com o exterior – agora sob o jugo imperialista - criariam limitações de ordem estrutural ao progresso das atividades produtivas do país, no que diz respeito a uma relação orgânica entre industrialização, mercado, consumo e crescimento interno. O que se sucede, ao olhar de Prado Jr, é um modelo de organização econômica colonial que, independente da modernização das suas forças produtivas, mantêm-se ignorando as demandas materiais básicas da força de trabalho, relegando à mesma uma posição de interminável miséria e marginalidade.

O “vício mais profundo da economia brasileira” estaria posto na insuficiência de oportunidades para a absorção da força de trabalho, o que conduziria os trabalhadores à forma “de um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada” (PRADO JR,

38. Sobre a formação da ordem social competitiva no Brasil cf. item 1.2 A “questão social” na formação sócio-histórica brasileira: autocracia, democracia restrita e lutas sociais.

2004, p.158), de baixos padrões materiais, culturais e organizativos, a conviver com formas de exploração semelhantes à do trabalho escravo. Insuficiência essa que, além da raiz sócio-cultural escravista e pejorativa à condição de trabalho, viria a ser constantemente realimentada por uma estrutura industrial monolítica - tardia e dependente a empreendimentos externos – que não necessitou em seu processo de acumulação de grande interação com a massa da população, de modo a corresponder-lhe com recursos, garantias sociais e ocupações regulares. Nesse sentido, a linha mestra da revolução brasileira seria a “superação do estatuto colonial”, com vistas “a configuração de um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações” (Idem, p.134). O homem, autor e ator dessa revolução, ou seja, o sujeito revolucionário brasileiro, encontrar-se-ia no campo, não na condição de servil camponês numa abstrata “luta pela terra” como supunham os teóricos e dirigentes operários da esquerda tradicional, mas como trabalhador, promovendo sua mobilização na base de relações empregatícias³⁹.

Em uma conjuntura em que a implantação do regime socialista não poderia ser ainda colocada, pois faltariam “as condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa suficientes para transformação daquele vulto e

39. A escolha do autor pelo campo, tendo na grande unidade de produção agropecuária o ponto de irradiação da luta revolucionária, se deu, principalmente, por reconhecer nesta “as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessava” (PRADO JR., 2004, p.136). O campo deteria, segundo sua análise, os dois aspectos centrais para difusão da Revolução Brasileira: elevada concentração de força de trabalho e potencial reivindicatório.

alcance” (Idem, p.165), Prado Jr. identifica na “reforma do sistema” através de um desenvolvimento geral e sustentado da economia colonial a resposta ao que se apresentava no momento, a única capaz de superar as deficiências advindas do estatuto colonial e preparar o terreno para mudanças mais profundas. As diretrizes a serem tomadas diante de tal problemática, compunham um programa revolucionário peculiar, voltado estrategicamente ao fim de imbuir às atividades econômicas nacionais a solução ao que considerava o maior problema socioeconômico brasileiro, a saber, o estado de grave pauperismo de amplos contingentes populacionais.

Para tanto, propunha como tática mudanças de caráter estrutural ao modelo de desenvolvimento econômico capitalista eurocêntrico então vigente, o qual baseava-se na produção de mercadorias e possuía por objetivo último o lucro advindo da livre iniciativa. Aqui, seria a distribuição a propiciar o desenvolvimento sustentável, através da intervenção e controle econômico externo em um movimento inverso, no sentido da distribuição-mercado-produção. Tal mudança teria por responsável o poder público, que tensionado pelas reivindicações por melhores condições de vida dos trabalhadores majoritariamente rurais, seria levado a promover uma distribuição menos desigual das riquezas geradas pelas atividades econômicas. Este raciocínio – desencadeado pela crença na capacidade da força política de uma suposta ascensão organizativa do operário do campo – conduz ao Estado o destaque de “agente transformador”, como uma entidade de equilíbrio, possível de ser hegemônica pelos trabalhadores e assim direcionada a ter por função prioritária servir aos seus gerais interesses e necessidades.

Contudo, para que as mudanças se tornassem possíveis, através do total controle das atividades econômicas pelo Estado, a iniciativa privada também deveria sofrer intervenção, sobretudo no seu caráter “livre”, dado que este a tornava propícia aos estímulos espontâneos e destrutivos do mercado. Este momento revolucionário, ao não se configurar como uma ruptura radical com a socialidade capitalista, mas a sua reestruturação econômica, não previa a supressão da propriedade privada ou então a sua coletivização. O que se propunha, em sentido contrário, era uma mudança na sua função social, que sob orientação e intervenção decisiva do poder público representaria, “sem dúvida, um poderoso fator de propulsão das atividades econômicas, perfeitamente suscetível de se enquadrar no novo sistema proposto, sem introduzir nele perturbações excessivas” (Idem, p.165).

A relação poder público/propriedade privada – na condição de empreendimentos combinados sob direção dos trabalhadores – tornaria capaz a reversão do ônus histórico colonial e seu consequente círculo vicioso de reprodução da pobreza, dependência e atraso. Segundo Prado Jr. (Idem, p.167-170), as diretrizes que haveriam de se seguir consistiriam em dois pontos fundamentais, ambos parte e produto da planificação e “interiorização” da vida econômica: a atividade produtiva e o mercado consumidor. O primeiro, voltado para o interesse nacional, teria por objetivo potencializar e atender as demandas essenciais da massa da população, em especial a produção daqueles bens e serviços básicos até então negligenciados e reprimidos em sua oferta, oferecidos a um custo acessível e reduzido. O segundo, o mercado interno, passaria por uma reorganização, desvinculando-se progressivamente dos interesses financeiros e especulativos a que se

encontrava subordinado sob a égide da livre iniciativa. Dessa dupla articulação – a se auto-proporcionar estímulos recíprocos – resultaria um sistema produtivo diferenciado, autossustentado, seguro e de consumo elevado, capaz de garantir a todos os trabalhadores ocupação e emprego com remuneração adequada.

Já para Fernandes (2011a), o delineamento do programa político presente na *Revolução Brasileira* de Prado Jr., apesar de conter em si a preocupação com os ideais básicos do socialismo – o conhecimento e a transformação da realidade – não possuía uma “irrefutável substância socialista”, mas apenas uma considerável “intenção socialista” que esmorecia ao balizar-se em “interesses nacionais de origem capitalista e de significação burguesa” (Idem, p.129-132). Prado Jr. em seu desejo por constituir os caminhos de uma “progressiva integração da massa rural na vida social e política do país” (1966, p.168) chegou apenas a uma formulação que Fernandes denominou como o primeiro argumento de fundamento socialista: “naturalmente, a existência e o florescimento de uma política econômica nacionalista, não importando que ela favoreça, circunstancialmente, classes sociais com controle de poder” (Idem, Ibidem).

A restrição programática a este argumento, distanciada de sua previsão a longo prazo – haja visto que a intenção do autor sempre foi traçá-la nas lutas da ordem do dia, sem atribuir-lhe “objetivos últimos, bandeiras e programas deterministas”⁴⁰ – tendeu a encaminhar A *Revolução Brasileira* à projeção de uma revolução burguesa, recaindo no mesmo erro sob o qual fundamentou sua crítica: o etapismo revolucionário. Afinal, qual o significado do Estado ou da propriedade privada regulável nos marcos

40. PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p.31.

do capitalismo sustentável, senão a possibilidade de se constituir junto à burguesia o desenvolvimento necessário para a revolução socialista? A reestruturação econômica do país e a superação do estatuto colonial não representavam, em essência, uma etapa revolucionária? Na ótica de Fernandes, mesmo que crítico à proposta democrático-nacional, o programa de Prado Jr. “seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* em crescimento acelerado” (Idem, p.129).

A projeção das atividades de esquerda segundo os interesses capitalistas – ainda que tendo por centralidade o combate e a reparação das iniquidades socioeconômicas impostas às camadas pauperizadas – nos levou no máximo, por experiência histórica, à subalternidade aos planos obscurantistas das elites dependentes e à intocável ordem capitalista periférica, prova empírica apresentada no golpe ultraconservador e antidemocrático de 1964. Isto faria necessário, na perspectiva de Fernandes, a construção de outro programa - claramente socialista - “que não se atenha ao plano dos interesses econômicos, sociais e políticos comuns e que leve em conta, substancial e prioritariamente, os fins, as medidas e os meios políticos que possam conduzir a ‘revolução brasileira’ no sentido do socialismo” (Idem, p.132). Nesta concepção, Fernandes ultrapassava “os limites do presente”, tão preconizados pelo rigor metodológico de Prado Jr., e lhes impunha uma objetivação histórica revolucionária, “segundo os ideais, os valores e os meios políticos do socialismo” (Idem, p.130-131).

Em suma, o que pretendia Fernandes era a introdução do socialismo como força histórica no processo político de construção da revolução brasileira, de modo a

convertê-la a outro destino social que não o de uma ordem social competitiva “aperfeiçoada”, em nível de capitalismo avançado. Por essa razão, constrói argumentos ao que compreende serem os dois níveis de atuação política necessários à esquerda:

Um, que contivesse as possibilidades de interação construtiva com as exigências do presente, nos limites dos mecanismos sociais, econômicos e políticos que constroem e mantêm a conjuntura histórica existente. Outro, que levasse em conta os caminhos reais da construção do socialismo no Brasil. (...) Mas como condição para que o segundo se imponha ao primeiro nos raciocínios de natureza prática, principalmente em reflexões e previsões de médio e largo prazo (Idem, *Ibidem*).

Para Fernandes (2011b, p.241), a viabilidade destes argumentos residiria no movimento de desgaste e reciclagem da contrarrevolução – precisamente ao fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 - no terreno histórico de desmoronamento da ditadura e de liberação das “pressões de baixo para cima”. Seria apenas e através de tais pressões, protagonizadas pelas massas populares e o proletariado, que se constituíriam as medidas necessárias para a prática política de ‘curto prazo’, qual seja, a destruição da autocracia burguesa e o desencadear da revolução *dentro da ordem* imposta pelas classes subalternas. O que o autor busca apontar, ainda que de maneira não tão explícita, é a formulação de um *programa socialista* para o conjunto da classe trabalhadora, que têm por primeira tarefa o que denomina como “a revolução burguesa em atraso” de características nacionais. Tal fato, justifica a impossibilidade política de uma aliança de clas-

ses com a burguesia, que dada a sua condição antinacional, antidemocrática, reacionária, contrarrevolucionária e imperialista, nada mais fez que solapar qualquer perspectiva de participação dos trabalhadores por vias democráticas, constitucionais ou representativas, negando-lhes em todas as suas dimensões a vivência cidadã:

*A revolução democrática põe-se como alternativa histórica - para todos, dos “miseráveis da Terra” aos trabalhadores semilivres e aos setores de ponta do proletariado. O que equivale a dizer que a revolução democrática se configura, nesta etapa, como sendo de “toda a sociedade”, inclusive para aliviar a burguesia de um fardo que ela não soube como enfrentar – a condução da revolução nacional – e para libertar a Nação da tutela imperialista, quebrando as últimas cadeias coloniais. Ao impor seu padrão de autonomia e de autorrealização como classe, o setor de ponta do proletariado e do movimento sindical não diz um simples “basta!” à ditadura. Ele exige que o regime de classes, sob o capitalismo funcione para todas as classes (o que deveria ser normal) e busca instaurar a célebre norma do “homem livre na pátria livre”, traída pela Abolição e pela República, no respeito universal aos trabalhadores e aos cidadãos pobres comuns. [...] O que repõe o Brasil na história que se abre para o futuro: aos vários períodos amorfos da república burguesa poderão suceder-se outros períodos orgânicos de uma possível *república popular* (FERNANDES, 211f, p.232 – grifos nossos).*

A etapa retorna assim, pelas mãos de seu crítico, ao cenário contemporâneo. Esta se explicita em seus desenvolvimentos teóricos posteriores, onde seus dois

iniciais argumentos, escritos em pleno vigor da ditadura, adquirem em sua “crise de legitimidade institucional” a forma de uma revolução “dentro” e “contra” a ordem. A primeira - aberta pela desobediência popular e proletária ao arco do despotismo burguês e possibilitada pelo seu salto à condição de “classe plenamente constituída” - significa a requisição operária da “revolução secundária” da burguesia latino-americana, pondo em seu lugar um processo alternativo, fundado nos interesses de classe dos trabalhadores e na massa dos destituídos, a chamada *revolução burguesa em atraso*. A segunda é o longo-prazo de outra sociedade, sem dominação-exploração de classe.

A instabilidade do regime configurar-se-ia como o inicial objetivo, “instabilizá-la é o primeiro passo para levá-la à derrocada, o ponto de partida da revolução dos oprimidos nas áreas as quais o capitalismo nasceu, cresceu e atingiu sua maturidade vinculando o capital a várias formas mascaradas de colonialismo” (FERNANDES, 2009, p.19). A revolução “dentro da ordem” pelas reformas e direitos negados com centralidade na luta democrática se converteria, progressivamente, no fator de reversão da ordem, dada a incapacidade burguesa de abrir mão de seu ranço totalitário-oligárquico. Isso implicaria operacionalmente, ao olhar de Fernandes, um primeiro passo: retirar a *questão da democracia* “do limbo em que ela se acha e ao qual foi lançada pelas forças contrarrevolucionárias” (2011e, p.174).

Através de uma operação inicialmente semântica, os trabalhadores deveriam reconstruir a *sua* compreensão de democracia, de forma a não cair no recuo de uma nomenclatura cívico-burguesa esterilizável, em que “participação e mobilização se conjugam à representação, ao consenso e ao parlamentarismo” e onde a liberdade adquire

um sentido esvaziado, naturalizado pela desigualdade social e a individualidade liberal (Idem, Ibidem). Nesta perspectiva de análise, um mesmo regime político poderia adquirir formas distintas, quer se tratasse de uma ‘democracia’, ‘pseudodemocracia’ ou ‘democracia’, diferenciadas pela composição de classe que lhe protagoniza e sustêm.

Tanto a ‘democracia’ quanto a “pseudodemocracia” possuiriam um requisito em comum: a *estabilidade política permanente*, cujos principais beneficiários são os estratos dominantes das classes possuidoras. O pressuposto aqui é a garantia da revolução democrática a partir “de fora”, segundo os custos políticos da modernização capitalista e com o devido suporte do ‘núcleo duro’ imperialista a nível internacional: as multinacionais, as nações capitalistas hegemônicas e a superpotência norte-americana. O resultado desta magnífica combinação não poderia ser mais desastroso para os trabalhadores. Trata-se, na verdade, da redemocratização pautada na “autodefesa do sistema” e que “permite reciclar os regimes ‘autoritários’ vigentes, mobilizar novos ‘líderes leais’ e patrocinar sua influência carismática e ‘populista’ junto às massas” (FERNANDES, 2011h, p.219). A diferença entre estes dois regimes é sutil e varia conjunturalmente, a depender do pluralismo e elasticidade política possível dentro do marco dos interesses burgueses periféricos. Mas, a essência de uma ‘democracia’ e uma ‘pseudodemocracia’ é a mesma: diz respeito a capacidade capitalista “de adaptar-se a regimes políticos semiditatoriais, desde que a estabilidade política possa ser garantida por meios não ditatoriais ou semiditatoriais” (Idem, p.217). Resumindo, tais modelos não passam de variações de uma mesma democracia amorfa ou de “fachada”, um “pacote político” exportado e imposto à América Latina:

As transformações democráticas desejadas e impulsionadas pelas multinacionais e pela dominação direta ou indireta das nações capitalistas centrais e de sua superpotência não leva à liberação nacional ou à soberania inviolável das “nações hospedeiras”. Elas são, estrategicamente, transformações que democratizam o controle do poder *para fora*, que tornam a soberania das nações associadas e periféricas um condomínio das nações centrais e hegemônicas. O que significa, em última instância, que a revolução democrática será vã, na periferia, se não for acompanhada de luta sem quartel pela independência nacional e contra o imperialismo (Idem, p.222).

Tirada esta primeira conclusão, seria de boa cautela examinarmos com cuidado essa semântica, considerando que já fomos antes enganados por ela. Democracia se possui um significado único para o capital, o mesmo é para o trabalho, mas em sentido diretamente oposto. Fernandes conceitua precisamente este significado ao afirmar que “a era em que se podia conciliar democracia com desenvolvimento maduro do capitalismo pertence à história. A expansão da democracia traz consigo ondas sucessivas de reformas anticapitalistas e, no ápice, a transição para o socialismo” (Idem, p.221). A luta pela democracia, articulada à totalidade da vida social – suas dimensões política, econômica e sociocultural – teria por prioritário imperativo a formulação e a condução à vitória de um *programa alternativo* que liquidasse o arrocho e a superexploração do trabalhado, orientado no sentido da destruição pela raiz das condições de manutenção da autocracia burguesa, sem abrir espaço para mistificações do tipo ‘democradura’ ou ‘pseudodemocracia’. Isso significava a superação da contrarrevolução na formação social brasileira, através da demolição da sua dupla base de sus-

tentação: a dependência imperialista e a superexploração da força-de-trabalho.

Ao fim da década de 1970 e início dos anos 1980, o autor tinha clara a sua hipótese para o futuro. Delineava-se em sua percepção “o início de uma nova época histórica, de refluxo da reação e da contrarrevolução, e de fluxo da revolução nacional e da revolução democrática” (2011g, p.104). Nesta perspectiva – onde as reflexões de Florestan Fernandes em muito se aproximam às ideias leninistas acerca da Revolução Democrática – a proposta de uma revolução “dentro da ordem” se articula e se confunde com a revolução “contra a ordem”. Sendo assim, estaria posta aos destituídos a possibilidade histórica de construir uma ordem social própria e uma *sociedade civil transitória*, que ligasse o processo da “revolução nacional-democrática e anti-imperialista” à emergência e vitória do socialismo. Como elo e impulso ao encontro destes dois momentos revolucionários Fernandes proporá uma tática semelhante ao que Chasin nomeou por “socialismo de acumulação” (2000, p.109):

Como base e perspectiva legítimas para a assimilação crítica do chamado socialismo de acumulação, pois, em que pese o devido reconhecimento das positivities deste, seja como momento efetivo de ruptura com o modo de produção capitalista, seja como fundamental combatente antiimperialista, ou ainda como ponderável efetuator da satisfação das necessidades materiais das massas, um verdadeiro pensamento transformador em nossos tempos. (CHASIN, 2000, p.110)

O denominado “socialismo de acumulação” ficará mais conhecido nas obras de Florestan Fernandes como a

recorrente tática de “acumulação de forças”. Considerando que partíamos de um ponto inicial, referente aos primeiros, mas ainda prematuros indícios de amadurecimento político-organizativo da classe trabalhadora no país, Fernandes (2011e, p.176) dividiu em dois os momentos de exercício da tática de “acumulação de forças”. O primeiro deles corresponderia ao período de fim do ciclo contrarrevolucionário e do apontar da “revolução democrática”, em que o “acúmulo de forças” se expressaria tanto na criação de instrumentos próprios da classe – sindicatos, partidos e associações – como na ação desses na disputa interna dos espaços políticos monopolizados pelas forças da contrarrevolução⁴¹ (a exemplo da presença popular na Assembléia Nacional Constituinte - ANS e na criação de candidaturas próprias nas eleições diretas de 1989). Já o segundo, posterior a esse, o tático e o estratégico combinar-se-iam num momento maduro, expresso tanto na organização dos trabalhadores, como na ocupação dos espaços políticos da sociedade civil, cuja luta pela democracia avança para ação “de modo maciço e repartido à desobediência civil sem tréguas”, “sistemática e generalizada” (Idem, Ibidem).

A inspiração das linhas gerais da obra política de Florestan ao pensamento de Lênin é explicitada no brevíssimo texto *A atualidade de Lênin* de 1978, no qual o autor afirma ser apenas o socialismo revolucionário – em suas pa-

41. Como exemplo desta disputa por dentro dos espaços monopolizados da contrarrevolução, Chasin (2000, p.107) sugere o apoio das massas à oposição política parlamentar, hegemônica pelo MDB. Diante da avaliação de fragilidade e timidez em que esta oposição se encontrava, o autor acreditava ser possível desvencilhá-la de seus entraves politicistas e orientá-la ao caminho das massas. Neste movimento, os trabalhadores buscariam fazer com que essa oposição parlamentar se tornasse a sua oposição democrática, a pressionando para assumir um programa econômico segundo os seus interesses.

lavras, o marxismo-leninismo – capaz de oferecer uma alternativa aos impasses do capitalismo monopolista na era atual. Nesta perspectiva, reconhece nas reflexões deste uma fonte contemporânea aos impasses vividos no continente latino-americano, por “adaptar o marxismo às condições concretas da contrarrevolução institucionalizada e às implicações da eclosão do imperialismo para o seu fortalecimento, dinamização e internacionalização” (FERNANDES, 2011i, p.142). Dentre os escritos de Lênin, Fernandes destaca a obra *“As duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática”* como referência teórica para interpretação do momento vivenciado no país e na América Latina, bem como, para os desafios presentes à constituição de uma revolução nacional, de centralidade democrática.

Fernandes constitui em sua análise um paralelo entre o modelo autocrático-burguês brasileiro e a Rússia Tzarista, partindo do pressuposto que, tanto em um quanto em outro, as classes dominantes possuiriam um perfil arcaico e contrarrevolucionário, o que impossibilitava qualquer fantasia ou utopia de uma democracia constitucional e representativa permeável à emergência do ‘povo’ sob este modelo de dominação. Esta comparação é enfática, sobretudo, no que diz respeito à burguesia nacional:

Na realidade, tanto a aristocracia agrária quanto a burguesia comercial, industrial e financeira só procuram restringir a sociedade civil às suas fronteiras e submeter a sociedade política a seus interesses. Incorporando a dominação imperialista externa, esta última surge como uma espécie equivalente do czarismo: com mediação militar, sob qualquer modalidade de conciliação ou através de um demagogo providencial “a serviço das massas e do Estado nacional” ela pode

prometer o que quiser. Mas só dará tirania de classe e reciclagem da contrarrevolução institucionalizada. (Idem, p.145)

Posto nestes termos, uma Revolução Democrática ‘autêntica’ não seria um episódio histórico local, viável apenas à superação do Tzarismo na Rússia, mas uma demanda presente também às muitas nações periféricas, a exemplo do Brasil, Venezuela e México, ou mesmo Paraguai, Bolívia e o Haiti, todos estes demandantes de uma democracia anti-imperialista. É importante ressaltar que nesta análise, diferente da proposta Democrático-Nacional feita pelo PCB em tempos atrás, Fernandes não compartilhou da tese acerca de uma possível “insuficiência do capitalismo” em tais países. Ao contrário, o que pretende é a superação do status dependente destas nações na divisão internacional do trabalho, causa da superexploração do trabalho e consequência direta do pauperismo das classes trabalhadoras. Da mesma forma, a “eliminação das reminiscências com o passado”, como apresentado por Lênin para o caso russo, se colocam aqui em outro patamar, em torno da superação da condição do trabalho “semilivre” de parte da população pauperizada, submetida a trabalhos aviltantes e sem garantias formais, o que distingue-se de uma condição servil ou feudal.

Ainda que não fizessem referência direta à Lênin na maioria de seus escritos, as propostas da tática de “acumulação de forças” por Florestan Fernandes (2011e) ou o “socialismo de acumulação” em Chasin (2000) se assemelham ao que o revolucionário russo preconizava em 1905 como o “preparar das forças proletárias” para a vitória socialista, na relação entre programa máximo (socialista) e programa mínimo (reformas no âmbito da democracia burguesa) do partido socialdemocrata. Tal concepção pressupunha que

a estratégia socialista não impossibilitava o envolvimento dos socialistas com temas fundamentais como liberdade política, reformas e democracia, tidas como pautas importantes ao programa mínimo. Esta preocupação pode ser verificável no curto texto de Lênin escrito em 1903 sobre a “Era das Reformas”, onde dedica-se em poucas linhas ao que seriam as ações táticas ‘dentro da ordem’:

Sem liberdade política, todas as formas de representação operária serão puro logro, o proletariado continuará aprisionado, nas trevas, sem ar e sem espaço, necessários à luta por sua plena emancipação. Nesta prisão, o governo abre agora uma pequena fenda em vez de uma janela. E uma fenda que dá maiores vantagens aos gendarmes e aos alcaguetes, guardiães dos presos, que aos próprios reclusos. (...) Mas a classe operária russa, valendo-se dessa fenda, adquirirá novas forças para a luta, derrubará todos os muros do maldito cárcere russo e conquistará a livre representação de classe num Estado democrático burguês. (LÊNIN, 1903)

Já era de muito tempo esperada a ‘fenda’ democrática na autocracia burguesa brasileira. Diríamos que, ao fim da contrarrevolução Burguesa no Brasil, a conquista da liberdade política tornava-se um passo fundamental para a constituição da nossa classe-em-si e a sua correspondente autonomia política através da apropriação de seus instrumentos organizativos próprios e fundamentais. Contudo, ao iniciar da década de 1980 nos era desconhecida a amplitude desta ‘fenda’, tornando-se perigoso e até mesmo ingênuo apostar todas as fichas na disputa de espaços parlamentares ou acreditar em um Estado ‘ampliado’ de direi-

to. Entre nós, a constituição de uma cidadania liberal - ao garantir direitos civis, políticos e sociais - já representava um grande salto histórico na relação entre as distintas classes sociais e a superação de seu anterior padrão restrito.

Assim como em Lênin (1905a), para Florestan Fernandes (2011) a luta democrática em questão deveria ter claro o seu sujeito revolucionário – “assentado na perspectiva e na ação dos trabalhadores” – e para os quais se supunha inadmissível a coexistência entre democracia e intensificação do pauperismo, fenômeno ocasionado pela histórica política de trato ao trabalho e arrocho salarial no país.

É interessante aqui observar que ao compartilhar da concepção leninista de um sujeito orientado “na perspectiva e na ação dos trabalhadores”, Florestan não fala apenas de uma classe determinada, mas de uma composição de classe dotada de *hegemonia*, ainda que não explicitado diretamente este termo. A nomenclatura utilizada ao longo da sua bibliografia para se referir ao conjunto dos trabalhadores é muito variada e demonstra a preocupação de Fernandes em evidenciar as sequelas ocasionadas pelo padrão dependente de acumulação sobre os trabalhadores: seja na condição de os ‘de baixo’, ‘classes trabalhadoras’ ou ‘trabalhadores livres e semilivres do campo e da cidade’. Entretanto, são em poucos textos que Fernandes evidencia o termo *povo*.

Aqui, o *povo* não expressa o conteúdo da classe trabalhadora brasileira, mas sim uma aliança entre segmentos de classes para objetivos táticos durante a ‘Revolução Democrática’. Como diria o sociólogo, “não contamos com Júpiter na revolução democrática” (FERNANDES, 2011h, p.216). Excluídas as multinacionais, as nações imperialistas e a sua respectiva burguesia nacional associada, o interesse por uma autêntica “Revolução Democrática” seria da

maioria da população. E este contingente, “deixando-se à parte os que tem crise de consciência”, abrangeria “alguns setores das classes médias, especialmente a chamada pequena burguesia e a grande massa dos deserdados, isto é, o setor de ponta do proletariado industrial e urbano, as classes trabalhadoras vinculadas aos serviços e à terra e principalmente o trabalhador semilivre do campo e da cidade” (Idem, p.217 - grifos nossos).

É interessante observar aqui uma mudança analítica em Fernandes no que diz respeito a burguesia e suas frações. Antes de iniciar-se o processo de abertura democrática, entre o final de 1960 aos primeiros anos da década de 1970, as obras deste autor desacreditavam qualquer ação cujo aliado fosse algum dos seguimentos burgueses, como visto no livro “Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina” (1973). Contudo, em seus escritos a partir de 1978/1979 esta composição de caráter popular se torna não apenas válida, como responsável em conduzir a ‘revolução burguesa em atraso’ em atos consecutivos: com a implantação rápida e inicial de uma democracia de participação ampliada e o advento, em seguida, de uma democracia representativa e constitucional (em um sentido politicamente plural, como nas experiências francesas ou italianas), ou – dadas as possibilidades históricas – a constituição de uma ‘revolução contra a ordem’, ao exemplo paradigmático de Cuba⁴².

Se formos à Lênin (1905a), verificamos o sentido desta orientação tática, quando este – ao defender o programa mínimo do partido bolchevique – concebe a “Revolução Democrática” como uma insurreição popular,

42. Cf. Repensando a Revolução Burguesa no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011g.

“onde participam também grupos não proletários (...), isto é, também a burguesia” (LÊNIN apud GRUPPI, 1979, p.52). Sendo o proletariado o dirigente desta insurreição popular armada, seu produto seria um “governo provisório revolucionário” de composição plural e objetivos claros: instaurar “a república democrática, a assembleia constituinte e o governo revolucionário provisório no regime da ditadura democrática dos operários e dos camponeses” (Idem, Ibidem). Como em Fernandes, tal posicionamento não suplantava o horizonte socialista. Para Lênin, o ‘governo revolucionário provisório’ dizia respeito ao modelo político necessário aos trabalhadores e camponeses pós derrubada da *autocracia*, não podendo ser confundido com a “ditadura socialista da classe operária”, ou seja, o socialismo.

Mantendo-se a estratégia socialista, a Revolução Democrática possuía uma ação tática peculiar, a qual objetivava unir “a pressão de baixo para cima à pressão pelo alto, com a participação do governo” (Idem, p.55). No sentido preconizado por Lênin, Fernandes vai dedicar-se a adaptar esta programática à realidade brasileira, com a peculiaridade que em seus escritos a “pressão pelo alto” assume a forma de uma pressão *dentro e através* da ordem:

O que antes se entendia como “apatia das massas” começa a dissipar-se; e, ao mesmo tempo, começa a configurar-se (...) uma atividade das classes subalternas a partir de dentro e através da ordem burguesa. Esta já não pode excluí-las ou isolá-las; e, *exatamente por esta razão, elas podem modificá-la e, em um limite extremo de tensão, destruí-la*. E não mais em função de uma oportunidade ocasional (...), mas como produto de acumulação de forças e da transformação des-

ta em poder real: as classes subalternas passam a dispor assim, de alternativas históricas, de meios políticos institucionais, o que muda a qualidade do processo histórico (a oposição entre revolução e contrarrevolução cede lugar a formas crescentemente mais complexas e eficazes de objetivação econômica, social e política da revolução) (FERNANDES, 2011g, p.106, grifos do autor)

Sem dúvidas, havia um otimismo considerável ao findar da autocracia burguesa nas possibilidades abertas aos ‘de baixo’ no cenário político brasileiro. A crise do modelo político-econômico e a abertura democrática iluminavam esperanças de um “alargamento da ordem” ou de uma cidadania irrestrita em um modelo de “democracia ampliada” hegemônico pelos trabalhadores. Entretanto, o que tais esperanças demonstrariam em futuro breve, até mesmo aos mais brilhantes pensadores marxistas, é que o otimismo da vontade estaria em descompasso com o pessimismo da razão.

3.2. O fim do ciclo autocrático-burguês: entre a “Revolução Democrática” e a autorreforma do sistema

A fim de compreender tanto as repercussões futuras que este esboço político-programático apresentado por Florestan Fernandes teria na organização da classe trabalhadora, como os seus limites dentro da já falida ordem autocrático-burguesa, se fez necessário retornar ao solo histórico sob o qual foi extraído. Em outras palavras, aos

aspectos conjunturais do fim do longo período autocrático-burguês de que derivaram suas análises: a aceleração do desenvolvimento econômico; a evolução político-organizativa da classe trabalhadora e a contra-proposta “democrática” das classes dominantes.

3.2.1. Aceleração do desenvolvimento econômico

Como antes explicitado, a aceleração do desenvolvimento econômico nacional teve por substrato uma exigência originária “de fora” para “dentro” com a passagem do capitalismo competitivo para a sua fase monopólica, no período designado por *imperialismo total*. Despojada de qualquer conexão subjetiva com seu referencial eurocêntrico democrático, a nossa arcaica burguesia adentra na era da industrialização intensiva, realizando as tarefas que lhe caberiam no contexto histórico global através de um forte recrudescimento autocrático executado pelas forças armadas. Referimo-nos, deste modo, a uma maturidade de classe, apta a guiar e administrar a industrialização intensiva como etapa mais complexa e alta da transformação capitalista. Classe esta que nunca visou à autonomia do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas apenas a sua própria autonomia dentro da sociedade de classes e a possibilidade que teria de chegar ao fim e ao fundo da transformação capitalista, sem remover a situação de dependência e os efeitos que ela desencadeia sobre o subdesenvolvimento relativo do país⁴³.

Dada tal condição - a de uma evolução de classe que agrava o desenvolvimento desigual interno e apenas

43. Cf. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Cap. 7.

se mantêm sob a forma do capitalismo dependente - o término do ciclo da revolução Burguesa, como era de se imaginar, recaiu sobre uma ampla e estrondosa crise. Sob uma precária base estrutural e histórica, somou-se à falácia do “milagre econômico nacional” uma crise internacional do capital, obrigando ambos a reformular suas bases de dominação burguesa e acumulação capitalista.

A crise internacional do capital – explicitada a partir da segunda metade da década de 70 como a primeira grande recessão do pós-segunda guerra – foi, segundo Harvey (1989), um processo de “transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e político a ele associado”, o qual ocasionou “modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas, geopolíticas, poderes e práticas do Estado” (Idem, p.118). O padrão monopolista de acumulação passava por uma profunda reconfiguração, tanto nas condições de produção de riquezas, como nas de reprodução material da força de trabalho, o que traduzia, em sentido mais amplo, uma alteração do seu modelo rígido para outro, de organização flexível. O padrão até então hegemônico - o fordismo⁴⁴ - antes sustentado por um

44. O Fordismo, que alcançou seu auge nos “trinta anos gloriosos” do pós-segunda guerra (1945-1975), caracterizou-se como “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 1989, p.121). Aliado aos princípios de administração científica de F. W. Taylor, o fordismo/taylorismo como “modo de específico de viver e de pensar e de sentir a vida” (Gramsci apud Harvey, Ibidem) caracterizou-se por seis elementos: produção e consumo em massa; controle dos tempos e movimentos da força de trabalho; trabalho parcelar e fragmentação das funções; separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; centralização e verticalização das unidades e a constituição do trabalhador coletivo-fábrica.

“pacto” entre o capital, o trabalho e o Estado (predominante nos países centrais) supunha uma inter-relação entre alta produtividade em linhas de montagem, remuneração ao trabalho voltada ao consumo em massa, moderação das pautas sindicais e garantia estatal para a regulação e reprodução da força de trabalho dentro e fora do chão de fábrica⁴⁵. A partir de 1973 – mas com sinais de queda da produtividade e da lucratividade corporativas desde o fim dos anos 1960 – a vigência dos lucros em massa entra em declínio e este “pacto” perde sua base concreta de viabilidade.

Dentre os inúmeros fatores desta crise destacamos o aumento do investimento em capital constante, com a consequente elevação do desemprego, impacto nas taxas de consumo, sobrecarga à política de proteção social e o acirramento competitivo entre países pela supercapitalização do excedente econômico⁴⁶. Afinal, a entrada de “novos personagens” em cena – com a recuperação econômica da Europa e do Japão, a política de substituição de importações e o

45. Referimos-nos aos dois modelos clássicos de Estado de proteção social: o New Deal de Roosevelt nos EUA e o Welfare State europeu, com emergência, respectivamente, no pós-1929 e no pós-1945. O New Deal caracterizou-se por uma política de forte intervenção estatal na vida econômica, com incidências na política urbano-industrial, agrícola, monetária e social estado-unidense, com destaque para a geração de empregos e revitalização do consumo via incentivo estatal, demarcando um recuo antes nunca visto ao liberalismo predominante. Já o Welfare State, originário do ‘consenso pós-guerra’, atuou na base da universalização das políticas sociais e expansão de benefícios sociais, efetivando-se através de um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego.

46. Somam-se aos aspectos destacados a decisão da Organização de Países Exportadores de Petróleo – OPEP, por aumentar os preços do petróleo, assim como a decisão árabe por interromper as exportações petrolíferas para o ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973, os quais ocasionaram uma crise de insumo energético na base produtiva das grandes corporações multinacionais.

incremento do parque industrial latino-americano e a onda de industrialização fordista no sudeste asiático – abalaram a hegemonia político-econômica dos Estados Unidos como única potência capitalista. O que todos esses elementos evidenciaram foi uma latente “incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser mais bem apreendidas por uma palavra: rigidez” (Idem, p.135). A ausência de flexibilidade em investimentos em larga escala, por longo prazo, de grande produtividade e com contratos rígidos de trabalho impunham a essa crise uma resposta a nível organizacional, a fim de responder a capacidade excedente inutilizável dos grandes monopólios corporativos. Tal resposta produziria desde cedo fortes e desfavoráveis impactos às nações periféricas.

O novo paradigma produtivo, ilustrativo da descentralização produtiva, do avanço tecnológico e do trabalho flexível na última metade da década de 1970, surge como o apontar de profundas modificações nos produtos e padrões de consumo e na divisão social do trabalho até então conhecida sob as bases manufatureiras, atribuindo maior destaque ao indivíduo polivalente, substituto progressivo do “operário-massa” e a combinação entre mais-valia absoluta e relativa. Soma-se a este fato o crescimento contemporâneo de novas e diferenciadas formas assalariadas de trabalho, a produção em pequena escala e a diferenciação na estrutura produtiva, através da incorporação progressiva de inovações tecnológicas: a automação, a robótica e a microeletrônica.

Podemos afirmar que Florestan Fernandes estava correto em suas projeções, quando identificou na contraditória relação econômico-política entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a manutenção da contrarrevo-

lução preventiva uma tendência “a convulsionar a médio e largo prazo todo o sistema de classes sociais” (1976, p.360). Entretanto, se a crise internacional do capital e a reorganização do seu padrão de acumulação tornavam agudas as contradições brasileiras e impunham mudanças estruturais no plano do Estado, as raízes desta ‘convulsão’ não poderiam ser pensadas automaticamente como causa direta e exclusiva da crise internacional e sim, compreendidas nas particularidades próprias a esta economia periférica.

Segundo Chasin (2000), a crise posta seria a do último “milagre”. Depois do ‘milagre’ da cana-de-açúcar, o ‘milagre’ da mineração, o ‘milagre’ do café e, finalmente, o ‘milagre’ da industrialização subordinada ao imperialismo, fechávamos o nosso ciclo contrarrevolucionário burguês e apontávamos para o futuro a longa herança do “fracasso de uma política econômica, o fracasso do que, numa terminologia errônea, vem sendo chamado de ‘modelo’, e não simplesmente ‘o cansaço’, desgaste ou esgotamento da ditadura implantada em 1964” (Idem, p.60-61). O dito “milagre”, possível unicamente através da socialização de seu saldo negativo para as classes subalternas, foi uma política de desenvolvimento submetida à dependência da acumulação imperialista internacional e ao interesse de sua fiel plutocracia nacional.

As suas bases indissolúveis de sustentação e “progresso” – o *pacto com a classe média* através da produção de bens de consumo duráveis para o seu lócus restrito e elitizado e a *exportação de bens primários e manufaturados* – foram à ruína quando o seu esforço de “potência produtora-exportadora” deparou-se com seus limites de economia subdesenvolvida e dependente. Em outras palavras, para sustentar o que de fato representou o “milagre”, como um curto, mas concreto período de acumula-

ção capitalista, a economia brasileira precisou estruturar o crescimento do seu complexo parque industrial sobre uma desfavorável balança comercial, dependendo diretamente da importação de bens de produção e insumos básicos. Perpetuava-se, neste movimento, o nosso caminho *via colonial*, já explicitado por Prado Jr. e Chasin (2000), no qual um país de economia exportadora com a nossa condição periférica apenas poderia ser, sob esta divisão internacional do trabalho, um concomitante e irreversível ‘modelo importador’ sem maiores expectativas de emancipação econômica e tecnológica.

É justamente sobre este ponto, a alimentar o nosso vínculo imperialista, que se irradiou o que a partir de 1973 fica evidente como a “crise do milagre econômico”. Poderíamos sistematizar os inúmeros fatores de ordem material que levaram à sua falência em dois elementos: o elevado endividamento externo obtido no processo de importação, o qual gerou volumosas quantidades de divisas “para fora” e uma exorbitante inflação “para dentro” e, sobretudo, o impacto do esgotamento de uma fase internacional de acumulação do capital. Esta última, além de incidir sobre a propriedade dos capitais estrangeiros aqui presentes e sua reorganização produtiva, somou a estagflação interna (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) a onda inflacionária vivenciada mundialmente, exemplificada na quebra oficial da bolsa de valores de Nova York em 1975, ou pelo embargo comercial de petróleo árabe ao ocidente. Para a burguesia nacional, incapaz de abdicar do seu modelo desenvolvimentista, o desaquecimento da economia brasileira justificou-se exclusivamente sobre o *outro*, tomando as dificuldades mundiais do modo de pro-

dução capitalista, particularmente a reorientação por que passou o comércio petrolífero, como pretexto para disfarçar os seus próprios limites.

Ao apoiar-se politicamente na crise internacional do capital, que precipitou e agudizou a nossa, mas que de forma alguma a ocasionou, o que de fato a burguesia contrarrevolucionária buscava era mistificar o sentido do *fracasso geral do milagre*, enquanto uma falaciosa proposta político-econômica, “que jamais poderia encaminhar soluções, nem mesmo em parte, para os básicos problemas materiais que atingem de longa data as classes dominadas no Brasil” (CHASIN, 2000, p.62). O seu exaurimento como projeto de desenvolvimento nacional dava-se na sua perpetuação heterônoma e totalitária, a qual além de manter a subordinação econômica a interesses “estranhos”, reproduziu em patamares cada vez mais altos as dívidas sociais com os trabalhadores.

3.2.2. Evolução político-organizativa da classe trabalhadora

O segundo aspecto apontado – *o avanço político e organizativo da classe trabalhadora* – recai como produto e resposta ao longo aviltamento dos trabalhadores sob uma história rica em ditaduras e “milagres”, mas pobre efetivamente de soluções econômicas de resolução nacional e carente de verdadeira tradição democrática.

Fechando todo e qualquer espaço político para as classes subalternas, o que a contrarrevolução produziu como saldo histórico do fim de seu longo ciclo foi uma indisfarçável pressão dos “de baixo”, que na condição de

“malditos da Terra” pouco tinham a perder diante de uma classe dominante que nunca lhes garantiu nada. O contexto de emergência do proletariado urbano e da massa dos desvalidos na cena história brasileira ao fim da década de 1970 somava na conjuntura nacional e internacional variantes propícias para tal feito, de forma a impulsionar o que para muitos teóricos foi relatado como a surpreendente “novidade” trabalhista no país.

Enquanto no Brasil vivenciava-se a crise de legitimidade do modelo político-econômico da ditadura militar, com a irrupção popular de lutas por reparações materiais e humanitárias, tais como as lutas contra a carestia, pela anistia e o pluripartidarismo; o que se vislumbrava a nível mundial era o desmoronamento das estratégias de desenvolvimento inspiradas pela metrópole estadunidense na periferia capitalista através da admirável vitória da Frente Sandinista na Nicarágua em 1979, a luta armada de libertação em El Salvador nos anos 1980 e em outras partes da América Central e assim, o fim do então fácil controle da região pelo imperialismo norte-americano. Apesar deste otimista quadro histórico na América Latina, a surpresa de muitos e progressistas intelectuais brasileiros advém do caso específico do setor de classe que se moveria no país, originário nos “sobrantes” do pacto colonial, diferenciado do modelo proletariado clássico. Tal setor seria avaliado pelo pensamento acadêmico da época como “incapaz de desenvolver uma consciência de classe típica, ou seja, anticapitalista e portadora de valores societários que apontassem para uma alternativa socialista” (IASI, 2006, p.362).

Segundo Iasi (2006), o coletivo de trabalhadores que se moverá corresponde a um setor ao qual o grande capital havia depositado todas as suas expectativas, dada a escolha por um “novo proletariado” ausente das “décadas

de lutas passadas, recrutado entre migrantes, localizado fora da cidade de São Paulo em um novo pólo industrial (o ABC), plenamente convicto da separação profilática das lutas econômicas reivindicativas e a dimensão política” (Idem, Ibidem). Deste modo, questionou-se entre muitos pensadores os motivos que possibilitaram a este atípico operário tornar-se o sujeito político responsável pelas grandes greves nos anos de 1970 e pela criação na década de 1980 de instrumentos políticos da dimensão da CUT e do PT. Para Chasin (2000, p.81) a história apenas podia surpreender aos que de história nada entendiam. Em seu pensar, era absolutamente correto que a história retomasse o seu curso, e o que dificultava tal percepção era a ‘bruma’ do historicamente *velho* que impedia a muitos a percepção da “reemergência do novo”, ou seja, o reencontro do fluir da história, a superação do passado arcaico na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora. “Por que, então, tanta dúvida, receio, incompreensão e até mesmo certa perplexidade quando, a partir de maio de 1978, assim como que de repente os trabalhadores, alteando a cabeça, reingressam na cena sócio-econômica-política nacional?” (Idem, p. 79-80).

Nas palavras de Luís Inácio da Silva (apud Chasin, 2000 p.82), a origem mais imediata de tais lutas, operacionalizadas nas greves, “foi que o estômago do trabalhador estava colando. Foi a verdade que tivemos coragem de dizer ao trabalhador e que poucos haviam dito”. A raiz desse movimento era produto histórico do próprio “milagre” que se voltava aos trabalhadores como um cruel “feitiço” através da fome e miséria das massas trabalhadoras. Se o arrocho causava a fome, a fome movia a greve e a unificação pela base dos trabalhadores constituía-se como uma reação natural à defesa da própria sobrevivência. Bastava a percepção simples deste movimento dialético da realidade

para pôr fim as suposições teóricas de um possível *espon-taneísmo das massas*, como se a luta de classes fosse algo exótico à formação social brasileira e seu irromper não pudesse ser aqui teleologicamente e coletivamente construído. Para a infelicidade dos apologetas da autocracia ou de sua autorreforma a luta já vinha sendo plantada nos últimos quatorze anos, nos alicerces da plataforma econômica do regime perpetuado em 1964 e que agora encontrava o seu devir necessário:

Antes de cruzarem os braços, em maio de 1978, os trabalhadores vinham mantendo as mãos sempre muito ocupadas e a boca em longo e contrariado silêncio: não diziam de sua fome progressiva. Se a fome não era nova, e não era (e hoje, evidentemente, nem de longe é coisa ultrapassada), é preciso compreender que havia atingido um ponto agravado, onde as premências da necessidade dissolviam pela esperança qualquer ilusão ou crença enganadora com que, durante anos se acenara para futuros “bolos”, gordos e impossíveis. Já não havia, fazia tempo, confeitos no horizonte. E, nas vitrinas de todos os comentários, crescia a exibição do fracasso do “milagre econômico”. Extinguia-se clima e motivo para mais esperanças. (CHASIN, 2000, p.82).

Foi justamente o recrudescimento autocrático burguês e a socialização de seu fracasso para os “de baixo” que possibilitou a formação de uma identidade classista entre estes trabalhadores e a possibilidade concreta de sua organização enquanto classe contra a mesma autocracia. Os ideais inculcados pela dita “revolução democrática” de caráter militar, tão presentes no adestramento moral e cívico – o imaginário social da ‘dignidade do trabalho’, do ‘desenvolvimento do bem comum nacional’ e da ‘sobera-

nia popular’ – encontravam uma permanente contradição com a reprodução material e espiritual da força de trabalho. A não-correspondência entre os valores introjetados e a totalidade das relações sociais de produção tornava-se, a cada dia mais, uma tarefa impossível para a ditadura e seu poderoso aparato coercitivo e tecnoburocrático, incapaz de conter a ação dos trabalhadores de São Bernardo do Campo que transformavam a negação particular vivida cotidianamente em fusão de classe através da ação política⁴⁷.

As massas populares, a pressionar e alargar a velha e anacrônica ordem imprimindo-lhe suas próprias cores, se compunham basicamente de dois setores: de um lado, forças sociais espontâneas, desorganizadas e destituídas de vínculos formais de trabalho, herdeiras dos setores degradados do pacto colonial; de outro, a ‘nata’ do proletariado, coração da produção fabril periférica, formada nos centros urbanos e setor de ‘ponta’ do movimento sindical. Tomada a inter-relação desses dois elementos e seu fortalecimento mútuo – tendo a massa dos deserdados a voz sindical operária – ambos passavam a configurar uma profunda mudança qualitativa da situação sócio-política do país. De tal forma que tornou possível, pela primeira na história, a disputa de um projeto irrestrito de nação. É sobre esta conjuntura e no avanço das pautas políticas construídas pelos sobranes do pacto colonial que se constitui um novo consenso para a organização da classe trabalhadora, centrado na requisição por um verdadeiro ordenamento democrático e na aspiração de um modelo econômico alternativo:

No momento de crise da concentração vertical do poder burguês menos de uma década e meia

47. Sobre a construção da consciência de classe cf. IASI, M. L. As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 1, p.219-357.

foram suficientes para provocar uma irrupção tão dramática, que altera todo o processo político e planta a esperança no solo histórico da sociedade de classes – não em nome da burguesia e para a burguesia, mas pela ira da plebe e pela voz política do proletariado (FERNANDES, 2010b, p.229).

O movimento sindical que se inicia entre 1977 e 1979, como a feição operária desta luta de massas, é responsável por cerca de 300 greves neste último ano. Sua vertente política “é duplamente evidenciada, primeiro porque fere a base material do poder autocrático; fere o arrocho salarial. Segundo, porque rompe a legislação repressiva, como a lei Antigreve e põe a nu o projeto de ‘abertura democrática’”⁴⁸ (Antunes, 1985, p.46). É exatamente neste triênio que Antunes (1985) identifica o ressurgimento do movimento grevista dos trabalhadores, cujo objetivo maior foi a inviabilização da política salarial e o fim da política

48. O “novo sindicalismo”, nascido das grandes greves da década de 70, vai dar início a um modelo distinto de movimento sindical, independente, classista e de massas. Esta nova estrutura sindical nega a sua conformação tradicional - o “sindicalismo oficial” - que a partir do primeiro governo de Vargas marcou o sindicato por uma função corporativa, atrelado ao Estado, enquanto órgão de integração social. A nova concepção e prática sindical expressa traços de descontinuidade com o período anterior, pois se constitui “desde a base, no campo autônomo e independente, pondo na ordem do dia o sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores” (ABRAMIDES, 1995, p.97). Tal movimento inaugura a chamada “democracia de base”, através da formação de comitês de fábrica, comissões operárias, delegações sindicais e a realização de assembleias de centenas a milhares de trabalhadores. Esta nova metodologia de luta vai ser captada por outras instâncias de organização da sociedade civil, “extrapolando o limite da fábrica, para atingir o espaço da cidade, dos estádios” e da comunidade, através do associativismo, conselhos populares, e novas instâncias (Idem, Ibidem).

econômica vigente. A onda grevista somente no primeiro ano atingiu significativos setores do operariado industrial – metalúrgicos, químicos, gráficos e têxteis – realizando um 1º de Maio unitário com mais de 200 mil trabalhadores. Tratava-se de “uma organização piramidal, em cujo topo se encontrava os elementos forjados no seio da massa” (Idem, p.48), conscientes da verdadeira face do Estado e do Ministério do Trabalho, que ao se intitularem representantes de todo o povo, permaneciam em perfeita sintonia com o capital, reproduzindo os nossos traços arcaicos da relação entre classes⁴⁹.

Vislumbra-se “um maio de cruzar de braços” e um “março de greves declaradas” (CHASIN, 2000, p.83). Com estas expressões Chasin sintetiza os dois momentos do itinerário proletário: da sua reemergência enquanto sujeito coletivo em 1978 com ações abrangentes, ainda que em condições primárias e concentradas basicamente no estado de São Paulo; à sua afirmação do ano de 1979 até a primeira metade dos anos 1980, como movimento operário de caráter nacional, urbano e agrário, cujo momento seria o das grandes mobilizações, das lutas populares e sindicais, da realização da 1º CONCLAT e da fundação da CUT como referência para a classe trabalhadora⁵⁰. Tratava-se de um triunfal

49. A dita “sintonia com o capital” fica clara na denúncia realizada pelo Banco Mundial ao fim do ano de 1977 acerca da manipulação de 34% do índice salarial pelo ministro Delfim Neto.

50. No dia 12 de maio de 1978 a Scania Varbis de São Bernardo do Campo paralisou as suas atividades, em seguida foi acompanhada por outras empresas, a exemplo da Ford e a Mercedes, em um surto grevista que submeteu as máquinas à um estado de “quarentena”. Após a paralisação e o 1º de Maio, em outubro do mesmo ano, os metalúrgicos realizavam a primeira greve geral da categoria desde 1964. Cf. ABRAMIDES, M. Beatriz C.; CABRAL M. do Socorro Reis. O Novo Sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1995;

retorno dos trabalhadores à cena política, da qual nunca se ausentaram, considerando que o salto político-organizativo em menos de um ano – do protagonismo metalúrgico à sua aglutinação de classe – anteviu árduos passos, que mesmo na adversidade da primeira metade da década de 1970 fizeram-se presentes de formas discretas e locais, a exemplo das ‘operações tartaruga’ no interior das unidades fabris⁵¹.

É evidente assim, que o reerguer dos sindicatos fazendo de ‘letra morta’ a Lei Antigreve, rompendo com a estrutura sindical atrelada ao Estado e incorporando como sujeito fundamental na luta democrática a classe trabalhadora, preparou uma luta aberta, explicitamente assumida, construída por longo tempo e aspirante a um horizonte de inegáveis avanços e conquistas:

O sindicato reassume o seu papel, os piquetes voltam à existência, o enraizamento do movimento no interior das empresas se aprofunda, e as assembléias sindicais, à luz do dia e das praças, transformam-se, como nunca dantes, em caudais de massas. A luta dos trabalhadores vai para as ruas, domina os jornais e ocupa todas as consciências; faz renascer a esperança de milhões, intimida e exaspera minorias raivosas, intranquiliza e leva à perplexidade os acomodados de todos os tipos (CHASIN, 2000, p.89).

ANTUNES, R. Crise e Poder. São Paulo: Cortez, 1985 e ANTUNES, R. O que é sindicalismo? São Paulo: Brasiliense, 1980.

51. Nestas, a resistência operária, aviltada da liberdade pelo recrudescimento autocrático e violentada pelo arrocho salarial, utilizava-se de ações “indutivas” semelhantes as dos iniciais movimentos da 1ª Revolução Industrial. Segundo Antunes (1985, p.82), as lutas se davam de modo esparso dentro da fábrica, através da diminuição do ritmo de trabalho, fazendo cair consideravelmente a produtividade capitalista e, com isso, forçando indiretamente o patronato a dialogar e a conceder aumentos salariais.

É a partir deste curto período de tempo que podemos compreender historicamente os futuros contornos e determinações dados aos chamados “novos” movimentos sociais brasileiros. O avanço organizativo da classe trabalhadora estaria posto em dois momentos, o “da resistência democrática que caracteriza todo o período anterior a maio de 78, para o do movimento democrático de massas propriamente dito. Quando o ressurgimento das lutas operárias atinge a sua afirmação” (CHASIN, 2000, p.89).

Tal afirmação traduz a intencionalidade dos trabalhadores neste último período, em ultrapassar as restrições da mera resistência conjuntural, alargando-as e impondo-lhes uma direção emancipatória. Desta forma, a primeira característica do *movimento democrático de massas* esteve no aumento do alcance mobilizador dos “de baixo”, para além do espaço de valorização do capital produtivo: a ampliação das greves para as cidades, o campo e o setor de serviços; o reforço aos comitês de fábricas, comissões operárias e oposições sindicais; a realização das assembleias gerais de fábrica com a participação de milhares de trabalhadores e a articulação entre reivindicações sindicais-corporativas (por salário, liberdade, autonomia sindical, direito de greve, melhoria nas condições de trabalho e controle sobre o mesmo) com as de cunho político-nacional. Estas últimas se expressavam nas ações contrárias à dependência imperialista: a “remessa de lucros, a ocupação de regiões e setores produtivos pelo capital estrangeiro e contra a privatização das empresas estatais” (ABRAMIDES, 1995, p.72). Já a segunda característica deste movimento democrático consistia na consolidação de instrumentos políticos próprios, dirigidos por um programa de caráter contra-hegemônico.

O ‘ponto’ de aglutinação e impulso organizativo para tal movimento, simbólico a todos os grupos em ascendência e luta no período - do operariado às massas populares⁵² - consolidou-se, justamente, em torno da luta democrática e pela requisição das reformas sociais e direitos até então negligenciados. Em torno do trabalho, da saúde, da educação, da assistência, do direito à cidade e à agricultura familiar, dentre tantas outras bandeiras, buscou-se articular o que Fernandes denominou por “reformas burguesas em atraso” a um projeto societário contra-hegemônico. Tais articulações nos anos 1980 iriam dar materialidade ao que foi denominado por *Projeto Democrático-Popular*, tendo no Partido dos Trabalhadores (PT), na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) sua vanguarda, e nas lutas por reformas de inegável teor civilizatório, sua gênese.

Tanto pelo cunho nacional e patriótico agregado às lutas internas, como pela conjuntura internacional de “crise” do modelo socialista soviético, a qualidade do socialismo a que este projeto de classe optou apenas pode ser compreendida numa perspectiva de reformulação dos arquétipos socialistas existentes. Nas palavras de Fernandes (2011c) “seja no uso dos planos, dos conteúdos e valores axiomáticos do humanismo socialista, seja da necessidade de uma utopia central” (Idem, p.243).

52. Gohn (1996, p.112-122) destaca dentre os movimentos sociais emergentes no contexto da crise da ditadura, para além do “novo” sindicalismo, o Movimento pela Redemocratização do País (1975), a Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975), o Movimento pela Anistia (1976), o Movimento dos Transportes Coletivos (1979), o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo e Belo Horizonte (1979), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (1979).

3.2.3. A contraproposta “democrática” das classes dominantes

Quanto à burguesia, seja ela para nós pequena, média, grande, nacional ou internacional, cabia a esta classe um único projeto para o país: a sua *autorreforma*. Os indícios desta ação apresentaram-se já nos primeiros nuances da falência declarada da autocracia. É no discurso do presidente Geisel em 1974, quando o mesmo anunciou “que as ‘leis de exceção’ podem ser substituídas por dispositivos constitucionais que garantam os princípios e ideias de 64” (GEISEL apud CHASIN, 2000, p.73), que se evidencia por dentro da ditadura militar um novo perfil de “gestão autocrática”, via o aperfeiçoamento do regime político e do modelo econômico dependente que sempre lhe foi imprescindível. Segundo Antunes (1985), este movimento representou um processo de *liberalização outorgada*, a autorreforma de reequacionamento do poder, que iniciada por Geisel em sua “política de distensão” e aprofundada pela “política de abertura” de Figueiredo, saiu o fracasso da desconcentração militar sob a égide conservadora de roupagem civil.

Fernandes (2011d), preocupado em proceder uma análise objetiva da conjuntura histórica do fim da ditadura militar, realiza a partir da segunda metade dos anos 1970 um “balanço socialista” sobre os efeitos da nossa “Revolução Burguesa”. Partindo da afirmativa que estaríamos diante de uma contrarrevolução – autoproclamada a partir do aparato político, militar e legal do Estado como uma revolução – reconhece como duas as manifestações assumidas pela autocracia, ainda que ambas sob a forma política da ditadura de classe: a *Junta Militar*, que compreendeu os governos de Costa e Silva, Castello Branco e Médici; e a

*autorreforma de Geisel e Figueiredo*⁵³. Se o primeiro passou por uma “crise de existência, em termos da continuidade e do aprofundamento da contrarrevolução”; o segundo passou por uma “crise de sobrevivência” (FERNANDES, 2011d, p.204), e, nos dois casos, manteve-se a unidade autocrática, ainda que sob formas distintas, mas sobre a mesma estratégia de contenção das forças sociais pela sua autêntica “revolução democrática”.

Ao contrário dos seus contemporâneos, a exemplo do militante Raul Pont, que via com otimismo os limites do governo Geisel, identificando na crise conjuntural e na construção da “Frente Nacional de Redemocratização” os indícios da “paralisia ou retirada da capacidade de ação unitária das classes dominantes, tanto no plano político como na própria ação repressiva mais dura e seletiva”⁵⁴ (PONT, 1985, p.40), Fernandes lhes critica com veemência. Para o autor, a ditadura, que sempre conviveu com uma forma política do “conflito tolerado” - tendo como maior

53. Alves (apud ABRAMIDES, 1995, p.69), ao contrário de Fernandes (2011d), identifica como três as fases do regime militar, cujo governo de Geisel inauguraria sua última etapa. A primeira fase, abrangendo os governos Castelo Branco e Costa e Silva, lançara as bases do estado de segurança nacional, corporificado na constituição autoritária de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando o quadro geral da repressão, e na prática, a engrenagem da coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores do Estado concentravam-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização em longo prazo.

54. A “Frente Nacional de Redemocratização”, apesar da eclética composição oposicionista burguesa ao regime militar, dispunha de um programa político com bandeiras que Pont considerava “dialogáveis” com setores organizados de trabalhadores. O autor destaca em seu conteúdo “a luta pela anistia, ampla total e irrestrita, a imediata extinção dos atos de exceção, a volta do habeas-corpus, a liberdade sindical, o direito de greve, a liberdade de organização política, o governo provisório, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e outros” (PONT, 1985, p.56).

exemplo de sua “válvula de escape” o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - assumia através de focos artificiais de normalização da vida democrática a saída para o que hipoteticamente muitos supunham ser a feliz derrocada do sistema militar.

A crise de sobrevivência, ainda que sinalizando para o fechamento do ‘ciclo revolucionário’ e a necessidade da construção de um novo padrão de acumulação, impunha com continuidades e rupturas uma processual transição da *democracia restrita* para a *democracia relativa*, ou da ‘democradura’ para a ‘pseudodemocracia’ através da permanência do sistema por outros meios. O que subentende que seus últimos gestores deixaram um legado claro, na condição de “fios condutores” pelos quais o regime tentou se auto reciclar em uma “nova” república, concretizada nos anos 1980 através da eleição indireta do presidente Tancredo Neves por meio do Colégio Eleitoral, e a posterior posse de José Sarney, frustrando o expressivo movimento de 1984 das ‘Diretas já’.

O que dizer então da Assembleia Nacional Constituinte? Esta, que deveria possibilitar à sociedade civil a trajetória à democracia, tendo como objetivo a produção e a difusão de uma constituição moderna e avançada, viu-se penetrada pelas forças conservadoras através da defesa de um aparente “mudancismo democrático”. Em outros termos, este período final da contrarrevolução burguesa tratou de gestar e executar algumas garantias futuras às classes dominantes: o “desaparecimento gradual e a absorção sem choques da contrarrevolução” e, de outro lado, a amortização da revolta dos oposicionistas, “contendo as pressões radicais de baixo para cima, de origem popular e operária, e afunilando ou esterilizando as pressões radicais de cima para baixo, de origem ‘esclarecida’ e de ‘reforma do capitalismo’” (FERNANDES, 2011d, p.207).

Contudo, tais ressalvas realizadas pelo autor, muito próximas a uma perspectiva fatalista de manutenção da autocracia burguesa em “democracia possível”, não o impossibilitaram de reconhecer em futuras obras o desgaste e a desagregação existente no bloco dominante, enquanto um caminho contraditório, propício à incidência revoltosa dos trabalhadores sobre as estruturas estatais. Nesse sentido, a nomeada “crise de sobrevivência” apontada nos governos de Geisel e Figueiredo seria reforçada por seus sucedâneos, não apenas pela insatisfação das classes trabalhadoras e massas populares, mas, principalmente, pelo estreitamento das bases burguesas de sustentação econômico-política, “tanto em termos do suporte imperialista e das multinacionais, quanto em termos da solidariedade dos setores dominantes da grande burguesia e das classes médias”⁵⁵ (Idem, p.206).

Após a frustrada execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento do mandato Geisel (1975-1979) e pressionado pelos setores do capital à retomada dos índices de crescimento, o governo militar na figura do presidente Figueiredo colocará em prática a política do “desaquecimento econômico” ao desgosto dos setores populares. Ao fim do ciclo contrarrevolucionário, o único consenso preventivo à autofagia das elites estava na reatualização da velha intransigência patronal e governamental “de defesa do acossado mecanismo do arrocho a que estão atrelados visceralmente” (CHASIN, 2000, p.96), num sistema que não concebe saída para a acumulação fora do mesmo. O

55. Segundo Pont (1985, p.54), as primeiras fissuras no bloco dominante partiram de setores específicos das camadas médias e da ideologia humanista da Igreja. Aos poucos, a CNBB, a Ordem dos advogados do Brasil, os parlamentares liberais do MDB começaram a assumir uma crítica pública ao governo ditatorial, tendo eco em grupos das classes médias e empresariado.

“desaquecimento” era a tentativa de salvar, na medida do possível, o capital e transferir o ônus da crise aos trabalhadores, indo da negação do movimento grevista, haja vista o receio de seu “contágio” sobre os outros setores da economia, à perpetuação da concentração salarial.

O término da ditadura caracterizou-se, desta forma, por uma bipolaridade programática no seio da sociedade civil. Como era de advir da luta de classes, existiam dois projetos coexistentes de nação: um, que centralizado na “questão democrática” - entendida como socialização da riqueza e da participação política - convulsionava a classe dos subordinados à luta por um novo tempo, das conquistas democráticas imediatas à superação do modo de produção capitalista num *continuum* permanente. E, outro, que fundamentado no “aperfeiçoamento democrático” do capital, designava por nada mais que a *autorreforma da autocracia*, de modo a garantir seus princípios e ideias sob a forma legal de um “Estado de Direito Constitucional”.

Apesar de já termos demonstrado em linhas gerais o que seria o programa socialista pela leitura crítica de Prado Jr. e Florestan Fernandes, é no filósofo marxista José Chasin que ele ganha uma clara proposta operativa⁵⁶. Preocupado

56. O diagnóstico antes realizado por Prado Jr. – o da coexistência no presente do *modus operandi* da unidade de produção colonial sob uma forma capitalista não-clássica – influenciou importantes autores marxistas contemporâneos, com destaque à J. Chasin, principal responsável pelo desenvolvimento da categoria de *via colonial*. Utilizando-se de intelectuais considerados até então “heréticos” pelas fileiras do PCB, precisamente Gramsci e Lukács, Chasin “eleva e possibilita apreender, em sua dimensão ontológica, o elemento morfológico da gênese colonial – preconizado por Caio Prado Jr. - que vem sendo mantido por uma débil burguesia”, incapaz no presente de realizar mais do que um “transformismo pela metade” (MAZZEO, 2003, p.31). Tendo por modelo auxiliar e provisório o debate da via prussiana, mas reconhecendo sua não aplicabilidade às particularidades do modo

em contribuir para o debate tático e estratégico dos militantes mais avançados de sua época, o autor lhes oferece em 1977 uma proposta de “dupla resolução básica”, capaz de sintetizar e acrescentar novos detalhes políticos e conjunturais aos caminhos e descaminhos programáticos traçados. “Derrotar toda e qualquer versão ou modalidade de uma política econômica que tenha por fundamento o superavilamento e a superdepreciação do valor da força de trabalho” seria o primeiro passo de sua proposta, que correta e firmemente conduzida numa luta contrária ao regime político autocrático levaria à unificação das vastas camadas trabalhadoras, “pelas suas mais prementes e legítimas aspirações” (CHASIN, 2000, p.74). A partir deste momento, condizente à elevação organizativa e da consciência de classe dos trabalhadores, se abririam as possibilidades de fazer frente e até mesmo superar as políticas econômicas e autoritárias típicas dos “milagres” brasileiros.

Dado o primeiro momento, cujo conteúdo é semelhante ao que Fernandes denominou por ser a nossa “Revolução Democrática”⁵⁷, Chasin aponta sua próxima resolução: a das tarefas de curto, médio e longo prazo. Nestas, o filósofo atualiza os argumentos caiopradeanos à luz de uma programática “dentro da ordem”, que muito mais se aproximou de um projeto capitalista autônomo de desenvolvimento nacional. Do mesmo modo que Prado Jr., Chasin acreditava que um programa oposicionista na perspectiva do trabalho conduziria “à defesa e à luta

de produção capitalista constituído no Brasil, Chasin (2000) aprimora a retórica caiopradeana na análise das circunstâncias configurantes no que denomina por “capitalismo híper-tardio brasileiro” (Idem, p.57).

57. Cf. FERNANDES, Fernandes. Reflexões sobre o presente. In: Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b.

por uma correta participação do estado nas atividades econômicas no país” (Idem, p.75). No seu sentido geral, as tarefas de curto e médio prazo diziam respeito sobre o avançar de uma luta antiimperialista, contrária à transnacionalização da economia e as “deformações” subdesenvolvidas que a dependência externa historicamente acarretou. O que o autor pressupunha estar em jogo era a disputa pela denominada “questão democrática”, não pensada simplesmente como a democracia institucional e representativa, mas na sua totalidade – econômica, política, social e cultural – que obrigava os “de baixo” a agir sobre as estruturas fundamentais do país e a tomar para si a sua base econômica, girando-a através de um *programa econômico alternativo* para as massas.

Para dar concretude ao eixo prioritário de sua programática – o desenvolvimento de uma indústria e economia nacionais, de controle estatutário e voltadas para os interesses das demandas populares – Chasin propõe uma ampla *Frente* a ser composta pela “articulação de forças sociais distintas e contraditórias, que assim se mantêm, mas que convergem sobre um programa dado, num momento histórico determinado” (Idem, p.76). Os seus sujeitos – em composição muito semelhante à proposta de “Frente Única Nacional Revolucionária” como antes preconizada por Mao – seriam três: os trabalhadores urbanos e rurais como cúpula dirigente, articuladora e mobilizadora, enquanto o único componente capaz de oferecer solidez e consecução ao programa revolucionário; “a burguesia das pequenas e médias empresas que o capital monopolista (nacional e internacional) leva ao estrangulamento”, destinando-as a suprir o mercado interno, “dos chamados bens de consumo operário”; e, por fim, “as camadas médias, particularmente as intelectua-

lizadas, motivadas em especial por reivindicações próprias à democracia cultural, e em geral pelas agruras materiais que o desequilíbrio tende a lhes brindar” (Idem, p.77). Da união destes três segmentos, supostamente prejudicados pela dependência externa, Chasin apontou o “novo” e deteve, ao conhecer as reflexões de seus contemporâneos, a capacidade de projetar com as determinações conjunturais do fim do “milagre” o que a partir dos anos 2000 viria a ser a concretização da estratégia socialista para a classe trabalhadora.

Capítulo IV

A consolidação Democrático- Popular

4.1. Neoliberalismo e refluxo do movimento democrático de massas

Partimos da assertiva que o neoliberalismo – enquanto a expressão política da crise sistêmica capitalista, assumida pelos estados nacionais em sua gerência aos ciclos de acumulação em um novo patamar de desregulamentação, liberalização e privatização da vida social – tem por principais fundamentos sócio-políticos e materiais três elementos, que serão analisados a seguir: a falência do “socialismo real”, a crise do “capitalismo democrático” e a reconfiguração do mundo do trabalho.

A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, é o evento simbólico que marca a derrocada do campo socialista liderado pela ex-URSS⁵⁸. Se os vetores que conduziram à publicização das “crises” e tensões existentes em cada Estado socialista tinham um conteúdo particular, próprio às formações históricas, ideológico-culturais, políticas e sociais de cada nação, o que caracteriza o fim do auto-proclamado *socialismo real* não é apenas a contenção destas singularidades como tanto tem sido divulgada pelos ideólogos burgueses, mas, sobretudo, a natureza dos sistemas políticos consolidados. O caráter global e estrutural dessa crise, presente em todos os países socialistas, vêm da “contestação prioritária do Estado e da sociedade

58. Em termos geográficos, consideramos como dois os grupos de países que constituíram esse campo socialista: as nações pertencentes à extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Cazaquistão, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguízia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e o Uzbequistão – e os constituinte do antigo bloco socialista do leste europeu – Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Checoslováquia, Tchecoslováquia, Romênia, Albânia e Iugoslávia.

política articulados com a ordem pós-revolucionária, massivamente deslegitimados” (NETTO, 2007, p.14).

É conhecido pelas obras de Marx, em especial seus escritos no *Manifesto do Partido Comunista*, um duplo momento no período da transição socialista. Após a tomada abrupta do Estado e a ascensão proletária à condição dominante, o período pós-revolucionário deveria encaminhar primeiro a concentração da “produção nas mãos do Estado - quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante - para aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível” (2008, p.44). Para, após a completa revolução no modo de produção com o fim da propriedade e das relações burguesas, proceder ao segundo momento, no qual “o poder público perderá todo o seu caráter político” e a produção será “concentrada nas mãos dos indivíduos associados” (Idem, p.45):

O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em luta contra a burguesia, o proletariado necessariamente se constitui em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então junto com elas, suprime os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole a sua própria dominação de classe (MARX, 2008, p.46).

Na perspectiva marxista, o governo de transição assumiria uma forma política socializada sob o controle dos trabalhadores e em sua decorrência, nas expressões de Lênin (2007, p.107), o “Estado definha”, exprimindo “ao mesmo tempo a lentidão do processo e a sua espontaneidade”. São nas dificuldades da socialização do poder polí-

tico pós-revolução que Netto (2007) identifica o “nó problemático” da crise do dito “socialismo real”, na qual “uma limitadíssima socialização do poder político passou a travar (e, nesta medida, logo em seguida a colidir com) o aprofundamento da socialização da economia” (Idem, p.14-15). Mais precisamente, o sistema político adotado nessas sociedades – o do Partido-Estado centrado numa pesada burocracia pública de perfil tecnocrático e de planejamento econômico rígido e centralizado – em nada semelhante ao dos “produtores associados”, demonstrou-se incapaz de realizar um dos aspectos essenciais da transição: “a passagem, no âmbito das forças produtivas, de um padrão de crescimento extensivo a outro, intensivo” (Idem, Ibidem).

Celso Frederico (1994) reconhece neste “padrão extensivo” aquela primeira tarefa da transição, onde o desenvolvimento das forças produtivas em países pós-revolucionários não-industrializados e, em sua maioria, de economia camponesa, deveriam ter por dever prioritário a consolidação das suas bases urbano-industriais. Tomando como exemplo a experiência da URSS, o autor identifica uma negação dos princípios originais da teoria marxista de revolução: a inexistência entre democracia operária e potencialização das forças produtivas. A política aqui, reduzida à administração, havia se tornado “uma ditadura burocrática voltada à autoperpetuação” e empenhada “em extrair o sobretrabalho da classe operária” (Idem, p.48):

A ideia do comunismo como a sociedade dos produtores livremente associados, libertos de todas as formas de poder político e dedicados à elaboração consciente de uma nova forma de planejamento social, degenerou-se na ditadura de uma burocracia distante de todos e entregue à execução de planos econômicos concebidos de forma tecnocrática (FREDERICO, 1994, p.48).

Apesar de não estarmos nos referindo especificamente a uma sociedade produtora de mercadorias, pois o mercado como esfera de valorização já não se mantinha, isso não significava que o trabalho havia perdido o seu caráter desumanizador e alienante, subserviente aos interesses do “outro” e não ao “livre desenvolvimento de cada um” (MARX, 2008, p.46). Nessa perspectiva, as relações entre a massa de burocratas parasitários e o operariado, o desenvolvimento das forças produtivas e a dilapidação de recursos naturais firmaram uma economia planificada em bases perenes e antagônicas. Ao transformar os trabalhadores “num vasto continente de funcionários públicos desmotivados para o trabalho e acostumados a se relacionar passivamente com um Estado provedor”⁵⁹, imputando-lhes tanto uma gestão designada ‘de cima’ com métodos de disciplina militar e uma política econômica bélica descolada de suas necessidades de reprodução material (bens e serviços), o “socialismo real” abriu o seu próprio fosso no caminho da estagnação e reencontro ao modo de produção capitalista.

Diante de tão graves limites, ao chegar ao ápice de suas possibilidades, as formas sócio-políticas da industrialização urbano-industrial tornaram-se inaptas para viabilizar a transição a uma nova forma de socialização política e econômica, que não a baseada em relações de opressão. Aqui “estavam comprometidos os termos da projeção marxiana: não se iniciava a transição sobre os seus pressupostos necessários, mas sim cabia ao Estado articulado com a revolução criar tais pressupostos” (NETTO, 2007, p.22). O caso clássico da Perestroika de Gorbachev, implementada em 1985 pela URSS, é a ilustração dessa inevitável *involução* à ordem social competitiva. Neutralizada as massas trabalhadoras de

59. FREDERICO, Celso. Crise do Socialismo e Movimento Operário. São Paulo: Cortez, 1994.

sua capacidade organizativa na fase anterior, destituindo a autonomia partidária e transformando seus sindicatos e associações em “correias de transmissão” do aparelho estatal, restou apenas à burocracia a tarefa de realizar a transição ao comunismo. Ao fim, como era de se esperar, o que se obteve foi o esboço de uma classe burguesa forjada no interior do aparelho estatal “graças ao processo de privatização e transferência dos bens públicos para os membros do aparelho” e a paulatina gestação de um “capitalismo burocrático”, “nascido do assalto à riqueza pública controlada pelo Estado-Partido” (FREDERICO, 1994, p.42-43).

O que deve aqui ser compreendido é que a falência do “socialismo real” não foi uma derrota apenas para os trabalhadores dessas nações pós-revolucionárias, mas representou uma ameaça tanto às conquistas civilizatórias do trabalho, como a teoria moderna que o suscitava a movimentar-se⁶⁰. Terminado o período da Guerra Fria, o capital perdia o seu contraponto ideológico, político e econômico. E, apesar da crise que o assolava, a maior desde o ano de 1929, pode reestruturar-se e alterar o padrão regulacional entre as classes sociais, ainda que sobre bases perenes de triunfo burgueses. A distinção do período que então se abria - e perdura até os dias de hoje - é o do caráter de

60. Segundo Netto (1996, p.96), há uma translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural, conformando-os sob uma tese segundo a qual estaria dado o exaurimento do programa social da modernidade, fundado no capítulo iluminista do projeto ilustrado. A pós-modernidade seria assim, o sintoma cultural das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, marcada pela dissolução das antigas identidades sociais classistas e por uma práxis reiterativa ou imitativa de potencial fetichizador, de influência pragmática e irracionalista. Com isso, a dita “ciência pós-moderna” atrelada à razão formal-abstrata e ao ecletismo teórico apresenta-se como incrédula nas grandes narrativas emancipatórias e apegada às “novas (e heterogêneas) ideias”.

sua crise: “endêmica, cumulativa, crônica e permanente” (MESZÁROS, 2009, p.12), cujo ponto de arranque revela-se tanto no fim do “socialismo real”, como no do “capitalismo democrático”, objetivado no Estado de Bem-Estar. Tendo por ponto em comum entre ambos a impossibilidade de compatibilizar democratização econômica, social e política com os limites próprios ao da acumulação do capital, mesmo que sob uma ditadura realizada sob o nome e interesses dos trabalhadores⁶¹.

Depois de vivenciar o que Mandel (apud NETTO, 1996, p.90) nomeia por “ondas longas expansivas” – um padrão de crescimento ascendente no imediato pós-guerra marcado pelo controle dos ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais, monetárias e de pleno emprego – o período atual se configuraria como o das “ondas longas recessivas”, enquanto “uma nova fase, sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas presenciando a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas” (ANTUNES, 2009a, p.12). Segundo a tese central de István Meszáros (2009), a nova forma de ser da crise é inerente às engrenagens capitalistas, cujo novo patamar flexível de acumulação intensifica a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, numa disfunção radical entre produção para as necessidades sociais e auto-reprodução do capital”. Ao comprimir o tempo de vida útil da mercadoria numa busca desenfreada por mais-va-

61. Meszáros (apud ANTUNES, 2009a, p.10) denomina como “sistema de capital pós-capitalista” os exemplos de “socialismo real” vivenciados na URSS e demais países do leste europeu. Para o autor, esses países “pós-capitalistas” demonstraram-se incapazes de romper com o sistema de sociometabólico do capital (o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital), exemplo claro na manutenção da generalizada subsunção real do trabalho.

lor, pautada na descartabilidade e superfluidade, o capital converte a sua processualidade em incontrolável potencial destrutivo, secundarizando os imperativos próprios à sociabilidade humana, numa degradação global sem precedentes da força de trabalho e dos recursos naturais.

Como possibilidade conjuntural, o “capitalismo democrático” perde a sua materialidade histórica. A nova fase flexível de acumulação expressa não apenas a crise de uma configuração possível do Estado sob a gerência do capital, mas “evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo” (NETTO, 2007, p.70). Através do argumento de uma possível “crise fiscal”, que nada mais é do que a captação do fundo público pelo setor privado⁶², o Estado provedor dos anos de ouro – agora estigmatizado como ‘arcaico’, ‘burocrático’ e ‘paternalista’ – têm redimensionado o seu caráter interventor, voltado prioritariamente ao amortecimento das crises. Segundo Iamamoto (2008) e Botelho (2008) o seu redimensionamento se dá a

62. Segundo Oliveira (apud IAMAMOTO, 2008, p.113), o fundo público é formado por parte dos lucros dos empresários e do trabalho necessário de trabalhadores, apropriados pelo Estado sob a forma de impostos e taxas. No capitalismo tardio, o papel do fundo público é central tanto para a reprodução do capital como para a reprodução da força de trabalho, pois permite a socialização dos custos da produção. Coexiste desta forma, uma tensão na disputa pelo fundo público na qual a classe trabalhadora luta pelo financiamento de suas necessidades e o capital busca a participação do Estado na sua reprodução por meio de subsídios e participação no mercado financeiro. Pela sua força hegemônica, o capital tem conseguido cada vez mais se apropriar do fundo público, exemplos na tributação regressiva (tributos menores para os altos rendimentos) e no ônus da dívida pública sobre os trabalhadores.

partir de dois mecanismos principais: a dívida pública e a preservação territorial de capitais.

A primeira – como principal ingrediente da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros – é a internalização estatal dos impactos da especulação financeira, em tempos de decréscimo do montante público arrecadado. A “indústria da dívida” funciona com o endividamento dos governos através de títulos emitidos pelo Tesouro Público, sujeitos à taxa de juros acima da inflação e do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, o que ocasiona a austeridade e a redução orçamentária pública para setores não rentáveis ao capital. O reescalonamento do empréstimo é orientado segundo os “programas de ajuste estrutural para o desenvolvimento” impostos pelas agências multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC) – num “pacote” universal de crescimento, caracterizado tanto pelo enxugamento das despesas e da massa salarial pública, afetando programas, políticas e garantias sociais, como na eliminação e privatização das empresas estatais, de forma a converter títulos da dívida em títulos entregues aos credores, num crescente processo de geração de desigualdades e aumento da pobreza.

O segundo é a capacidade deste Estado em presidir “grandes equilíbrios”, numa constante tensão entre suas funções de regulação interna – a proteção de mercados locais através da contenção da saída de capitais, evasão de empresas privadas e investidores – e a subordinação às instituições financeiras supranacionais. No mesmo instante em que demonstra fragilidade para com estas últimas, é forte ao nacionalizar suas políticas gerenciais, as quais se expressam nas políticas de ajuste estrutural com incidência nas relações de propriedade, nos gastos com pesquisa e desenvolvimento, nas operações de salvamento de bancos

e empresas quebradas, na “promoção do ‘agrobusiness’ com incremento de subsídios às exportações, na redução dos gastos sociais e uma política previdenciária e trabalhista regressiva, com nítidos compromissos com o interesse do grande capital” (IAMAMOTO, 2008, p.122). Deste modo, o novo padrão de *Estado intervencionista* implica, necessariamente, o encolhimento da ação reguladora pública na esfera social e uma redefinição dos papéis do mercado, Estado, capital e trabalho. Em outros termos, a proposta neoliberal conforma o que para Botelho (2008, p.79) é “um Estado que desregula, regulando de uma outra forma”⁶³.

Apesar da teorização neoliberal se apresentar desde muito cedo, ainda nos anos 1940, com a obra de *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek⁶⁴, este projeto político-ideológico só adquire materialidade histórica quando os alvos de suas críticas acima apresentados – as experiências anticapitalistas e o Welfare State – entram em indisfarçável declínio. A insustentabilidade de uma economia planificada e a crise de uma economia capitalista indutora de crescimento e bem-estar eram a “medida necessária” para retraduzir nos dias atuais aquela anterior

63. No caso brasileiro, conforme caracterizam Behring e Boschetti (2007), o que ocorre é uma abrangente Contrarreforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política de coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso. Uma contrarreforma que foi possível a partir de algumas condições gerais, que precedem os anos 1990: a crise econômica dos anos 1980 e as marchas e contramarchas do processo de democratização do país (Idem, p.152). A seguridade social é fortemente atingida neste processo, o que se explica pelo lugar que ela ocupa no processo de produção e reprodução social e, portanto, sua relação tanto com o movimento de valorização do capital quanto com as conquistas das classes trabalhadoras.

64. Cf. ANDERSON, Pierry. *Balanço do Neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.9-10.

programática. É justamente neste arco de contradições que Netto (2007, p.77) identifica a “essência” do arsenal neoliberal: “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”. Se no plano teórico assumia-se uma pública defesa da *contrarrevolução monetarista* demarcada pela soberania do “mercado livre” e da sua respectiva liberdade indivisível, no plano sócio-cultural o que se têm é o triunfo dos direitos civis sobre os políticos e sociais, restringindo estes últimos à serviços estatais focalizados no pauperismo⁶⁵. O neoliberalismo converte-se assim, no próprio “pensamento antidemocrático contemporâneo”, de forma a “libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia” (PRZEWORSKI apud NETTO, 2007, p.80).

Enquanto o sonho vermelho ruía e as garantias sociais esfacelavam-se, atordoando os movimentos de resistência de todo o mundo e impondo-lhes a urgente necessidade de repensar seus instrumentos e programática, o trabalho passava por uma dentre as maiores transformações de seu *modes operandi* no sistema capitalista de produção. Apesar dos ideólogos neoliberais atribuírem as causas da crise de acumulação ao controle “excessivo” e “nefasto” do movimento sindical e, de forma generalizada, à incidência do movimento

65. Segundo os documentos dos organismos internacionais, a produtividade dos gastos públicos está relacionada à restrição da atuação pública às políticas nas quais é indispensável à atuação do Estado e a consequente transferência da execução de outras ações às instituições privadas. “A produtividade do gasto público não estaria relacionada com o alcance e efetividade dos programas e projetos, mas sim com a ‘excessiva abrangência’ dos programas sociais que ocupam espaços nos quais seria mais adequado atuarem as instituições privadas por serem mais eficientes e eficazes” (SILVA, 2008, p. 27).

operário “com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 2003, p.11), os remédios propostos – a quebra das trincheiras operárias, injetando-lhes uma “nova e saudável desigualdade” – apenas reforçava na esfera da política, declaradamente nos anos 1980⁶⁶, algo que já vinha se constituindo desde a metade dos anos 1960 no âmbito do trabalho⁶⁷.

Como terceiro aspecto, a reconfiguração do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo caracteriza-se por um movimento dinâmico de “metamorfoses”, que atingem a essência do que se denomina como “classe operária tradicional”, empregada pelo capital produtivo e com vínculos formais de emprego. Identifica-se um processo crescente de desproletarização, subproletarização e desemprego estrutural, ocasionando uma aguda “crise” em sua materialidade e, em especial, na sua subjetividade, sobretudo nos países centrais que vivenciaram a consolidação de um modelo rígido de acumulação a partir do segundo pós-guerra. O “novo paradigma produtivo”, ilustrativo da descentralização produtiva, do avanço tecnológico e do trabalho flexível, altera a necessidade crescente do que Marx (2004) denominou por “trabalho socialmente combinado”. As mudanças trazidas pelo “novo” padrão de acumulação, em detrimento da forma rígida antecedente, ocasionam profundas modificações na divisão social do trabalho até então conhecida sob as bases manufatureiras,

66. Se o Chile de Pinochet foi a experiência piloto do regime neoliberal, ainda nos anos 1970, sua implementação nos países ocidentais de capitalismo avançado veio de fato na década seguinte, a partir dos governos Thatcher na Inglaterra (1979), Reagan nos Estados Unidos (1980) e Kohl na Alemanha (1982).

67. Cf. HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.

tornando cada vez mais desnecessário um grande parcelamento de ações executadas por diferentes trabalhadores, com maior destaque ao indivíduo polivalente e a reduzida, desigual e diferenciada equipe profissional, substitutos progressivos do *operário-massa*.

As determinações atuais do processo de acumulação impõem assim, mudanças nas características generalizadas da divisão social do trabalho. A “nova” divisão técnica do trabalho, característica do capitalismo tardio⁶⁸ mantém, destrói e reconfigura os elementos essenciais da divisão do trabalho no período dos monopólios, atualizando o que já sinalizava Marx (2004, p.127): uma sociedade onde “mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção”. A heterogeneização do trabalho, como consequência da flexibilização da produção, se expressa na expansão das múltiplas formas de trabalho assalariado: via setor de serviços, em tempo parcial, temporário, precário, subcontratado, doméstico, artesanal e familiar, marcado pela incorporação de um amplo contingente feminino com pouca ou nenhuma vivência organizativa, em detrimento do padrão típico masculino de trabalhador fabril. É neste contexto de incertezas e inovações que se reatualizam as redes de pequenas firmas, artesãos e funcionários a domicílio, como parte de processos mais amplos de flexibilização, terceirização e subcontratação.

A combinação de diferentes regimes de exploração da força de trabalho conduz a agudização das disparidades entre os trabalhadores⁶⁹, através de um modelo

68. MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

69. Harvey assinala para uma “estrutura do mercado de trabalho em

“desigual e combinado” de produção de mercadorias, que preserva no interior do mais recente modelo produtivo o avanço tecnológico com formas antigas e precárias de trabalho, mais-valia relativa com mais-valia absoluta. Ao contrário do que muitos autores propugnam a acumulação flexível do capital não afirmou o “fim do trabalho”, mas o diversificou e intensificou suas taxas de exploração, “demonstrando que o cancelamento do conceito tradicional de emprego com horário determinado, registrado em carteira e com direitos sociais não erradica o trabalho assalariado, nem a sua função” (ALVES; TAVARES, 2006, p.438). Este trabalho que assume cada vez mais o caráter informal, altera a configuração da relação forma/conteúdo entre patrão e trabalhador, dissimula a exploração e assume uma falsa “roupagem” de progresso.

Para Meszáros (2009) o período atual é o de “sub-desenvolvimento crônico” e não mais o de bolsões de sub-desenvolvimento isolados da grande sociedade. Agora, o ônus capitalista chega ao auge de sua socialização, voltando-se não apenas para a “multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas ‘desprivilegiadas’, mas para *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade” (Idem, p.68). Diante de tais mudanças, vivencia-se uma profunda transformação

condições de acumulação flexível”, caracterizada de modo genérico por dois grupos de trabalhadores: o ‘centro’ e a ‘periferia’. O ‘centro’ é composto por trabalhadores em tempo integral, superqualificados, com vínculos empregatícios estáveis, boas condições de crescimento e uma polivalente formação profissional. O segundo grupo, que cresce de forma desproporcional com relação ao primeiro, seria formado por trabalhadores com habilidades facilmente disponíveis, com pouca ou nenhuma especialização e menos acesso a oportunidades de carreira, na condição de uma “força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 2010, p.143-144).

na *forma de ser* da classe trabalhadora⁷⁰, do seu reconhecimento e identidade enquanto classe, dada a multiplicidade de formas que assume e da incapacidade de seus instrumentos políticos clássicos – partidos e sindicatos – darem respostas à organização de diferenciados sujeitos, marcados pela fragmentação e complexificação das suas relações salariais.

Segundo Mattos (2009, p.16), do ponto de vista da subjetividade coletiva, o recuo do sentimento de pertencimento a uma coletividade social – a identidade de classe – e o não reconhecimento aos projetos de transformação social orientados por uma perspectiva de classe dos trabalhadores, têm produzido um indiscutível refluxo da capacidade de mobilização, organização e confronto com as atuais formas de dominação e exploração capitalista. No mesmo sentido, Antunes (1999, p.67-70) identifica nas recentes metamorfoses impostas ao *ser do trabalho* a responsabilidade pela mais aguda “crise” já vista na história do movimento operário. A crescente individualização da contradição entre o capital e o trabalho, deslocada do plano da totalidade à esfera das microrrelações, se defronta com um contexto político-econômico sistematizado em cinco tendências: a flexibilização das conquistas trabalhistas como ônus da desregulamentação dos mercados; o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados, onde experiências como as do “sindicalismo-casa” se generalizam; o crescimento do processo de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, cada vez mais distanciadas dos movimentos sociais autônomos; e, por fim, integrado a este

70. Cf. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

adverso panorama, o crescimento da ofensiva ideológica e manipuladora do capital aos movimentos de esquerda, coibindo e isolando suas práticas de corte anticapitalista.

A crise atinge intensamente o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos, aturridos e com uma prática defensiva, distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60 e 70, que propugnavam pelo controle social na produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democracia, ou o que é mais perverso, debatendo no universo da agenda do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente a onda privatista é expressão do que estamos nos referindo (Idem, p.40).

Parte-se assim, da análise de um momento histórico em que a classe trabalhadora sofre, no seu enfrentamento com as novas configurações do modo de produção capitalista, uma série de derrotas que iniciadas na década de 1970 em escala mundial, adquirem solo fértil no Brasil a partir dos anos 1990. Ao contrário da imensa maioria dos outros países que amargavam um processo de descenso organizativo ao fim dos anos 1970 e durante a década de 1980, o trabalho no Brasil irradiava o cenário político-nacional com o crescimento do “novo” sindicalismo, a eclosão de greves de grandes amplitudes e a constituição do que Chasin (2000) designou por ser o nosso “movimento

democrático de massas”. É a partir da posse de Fernando Collor de Mello em março de 1990, sobre a derrota do líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, que este cenário modifica-se. Diferente da política de apaziguamento operada por Figueiredo frente às lutas democráticas e trabalhistas ou da incerteza liberal de Sarney, Collor legitima nas urnas o projeto neoliberal que defendera na campanha. Para Boito Jr. (1999, p.139-142), instaura-se a partir de então uma defasagem entre a plataforma do movimento popular e sindical – ofensiva ao grande capital monopolista, nacional e imperialista – e a nova conjuntura, a qual impunha um recuo no sindicalismo com a adoção de uma linha defensiva, marcada pela mudança na concepção e estratégia da CUT.

A adoção do “sindicalismo propositivo”, nas expressões de Jair Meneguelli, então presidente da CUT no ano de 1990, significava a necessidade de “deixar de dizer apenas não e começar a dizer sim, apresentando propostas alternativas” (MENEQUELLI apud BOITO JR., 1999, p.142). A mudança na concepção e estratégia do movimento trazia, na renúncia da postura reivindicativa grevista e da luta democrática preconizada na década anterior, o recurso a “uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder” (Idem, Ibidem). Abandonado o confronto direto com o modelo econômico, firmava-se a partir do IV Concut⁷¹ o que Tumolo

71. Para autores como Giannotti (2007), Mattos (2005) e Boito Jr. (1999), a fase “heróica” desta central, nos seus aspectos movimentista, libertário, socialista e conflitivo, encerrou-se em 1988, no III Concut, o último congresso de massa da classe trabalhadora no país. A partir do IV Concut, Tumolo sinaliza para a exacerbação de divergências entre as suas correntes internas, que levariam à formação de uma polaridade: de um lado, a tendência Articulação, junto à Nova Esquerda, a Vertente Socialista, a Força Socialista e a Unidade Sindical. Do outro, as tendências

(2008, p.129) avaliou como uma proposta de “ação sindical pautada no trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte de cidadania”. Cidadania essa fundamentada em uma concepção democrático-burguesa, distanciada da perspectiva mais radicalizada assumida inicialmente pelo movimento de massas. Aqui, participação e controle social adquirem uma face “participacionista”, de disputa por *dentro e através* dos canais institucionais se utilizando de “propostas realistas”, “tecnicamente sofisticadas”, capazes de, em torno dos interesses imediatos do trabalho, consensuar políticas sociais e acordos com a burguesia nos conselhos tripartites⁷².

Além do que Antunes (1999, p.40) designa como o “estranhamento próprio do toyotismo”, “dado pelo ‘envolvimento cooptado’, que permite ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho” e que se materializa no plano da política sob a forma colaborativa entre as classes, no Brasil essa cooptação adquire contornos, digamos, mais profundos. Considerando que o movimento democrático de massas tinha por “coluna vertebral” a or-

originárias das “oposições sindicais”: a CUT pela Base, a Corrente Sindical Classista, a Convergência Socialista e outros grupos menores.

72. Segundo Mattos (2009, p.16), ainda no governo de Collor de Melo, a CUT começou a integrar conselhos tripartites de administração de fundos e políticas públicas. O exemplo máximo das consequências desta integração veio com a participação no CODEFAT, administrando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), num processo em que a central se afundou cada vez mais. Utilizando-se do incentivo à formação profissional e aceitando a premissa da “empregabilidade” – trabalhadores estão desempregados por falta de qualificação – a CUT passou a receber quantias bastante significativas do FAT para o financiamento de cursos de requalificação profissional, agências de emprego e cooperativas de trabalhadores, na mais plena aceitação da política de emprego e renda do governo federal nos anos da gestão de FHC.

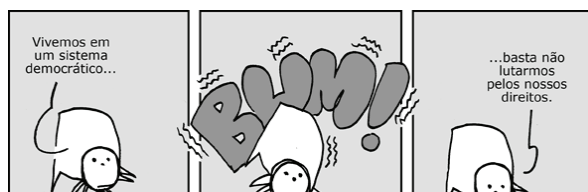
ganização operária e que sua plataforma política suscitava os setores populares a se movimentarem, a alteração na mesma impunha limites à luta da classe trabalhadora em sua totalidade. Desta forma, o redesenho estratégico da CUT contava – para além dos impactos da reestruturação produtiva e dos consideráveis rebatimentos da derrocada do Leste Europeu, da dissolução da URSS e do dito “fim do socialismo real” - com singularidades próprias à formação do movimento social brasileiro, as quais aguçavam tais consequências, expressas tanto na herança do ranço autocrático burguês na estrutura sindical, como na fragilidade programática da classe trabalhadora.

Trata-se, neste primeiro aspecto, “da continuidade da estrutura sindical corporativista, montada nos anos 1930, que resistiu à Carta de 1946, ao golpe militar de 1964 e, apesar de todo o discurso sobre autonomia do ‘novo sindicalismo’, foi mantida no essencial pela Constituição de 1988” (MATTOS, 2009, p.16). A opção corporativa da CUT consolidou-se sobre a política da sua tendência majoritária – os “sindicalistas autênticos” – adeptos da atuação através do aparelho sindical oficial, em detrimento da postura preconizada pelas “oposições sindicais”, críticas à estrutura sindical e defensoras da organização autônoma e local, através das comissões de fábrica. A partir de uma estrutura sindical de Estado reformada para tempos democráticos – menos atrelada ao modelo autoritário e fiscalizador do Executivo federal e voltada a um modelo liberal de gestão sindical atrelado ao judiciário – abriu-se um canal propício à burocratização e à consonância estratégica com as centrais sindicais internacionais de linhagem social-democrata, a exemplo da filiação à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres).

Para isso, o movimento sindical brasileiro dispunha de meios representativos e financeiros originais, independentes da filiação e trabalho de base: a unicidade sindical – como a representatividade autorgada pelo poder público – e o imposto sindical obrigatório sobre os trabalhadores. Nas palavras de Mattos, “nada mais, literalmente, corruptor do que mecanismos deste tipo, cuja consequência imediata é o afastamento objetivo entre os interesses das direções e o de suas bases, caldo propício a todo tipo de transformismo político” (Idem, *Ibidem*).

Outro aspecto, não menos importante, estava no discurso genérico e defensivo de simpatia pelo socialismo, distinto do “socialismo real”, mas frágil em sua perspectiva revolucionária, cujo conteúdo, “bem como os meios para se chegar a ele, nunca foram definidos – a CUT e o PT faziam questão de não defini-los, argumentando que o socialismo no Brasil deveria ser (re)inventado” (BOITO JR., 1999, p.139). Como a transição socialista não se apresentava na ordem do dia e o crescimento do movimento democrático-popular se encontrava nas lutas cotidianas e nos meios de viabilizá-las, até mesmo com a adesão a estruturas contrárias a sua estratégia anticapitalista, o horizonte mais próximo foi o encontro dos “de baixo” à sua própria cooptação “dentro da ordem”. Para Tumolo (2008, p.131-132), ao contrário do que se preconizou, “a estratégia têm sido, em linhas gerais, a de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente”.

4.2. A cultura autocrática: um legado da nossa Contrarrevolução burguesa



André Dahmer

Fernandes (1976), ao fim da obra *A Revolução Burguesa*, questionando-se diante da conjuntura de 1973 se o que vivíamos seria uma persistência ou colapso da autocracia, desenvolve um conceito analítico chave para refletir sobre o seu presente, o que denominou por ser o irromper da nossa futura “democracia de cooptação”. Para o sociólogo, o que as classes burguesas aspiravam ao fim do seu ciclo contrarrevolucionário era a estabilização de condições normais para o crescimento da ordem social competitiva, de forma a manter suas vantagens e privilégios sem abrir mão do controle que antes dispunham sobre seu status político e material, sobre a classe trabalhadora e as bases da superestrutura estatal. A fim de realizar tal feito, na medida em que a queda de sua legitimidade deparava-se com o crescimento da insatisfação popular, impôs-se à classe dominante reciclar “os mecanismos rotineiros de dominação de classe direta ou mediada, por novos controles formais e, especialmente, por controles coercitivos de caráter estatal” (Idem, p.364):

E aqui está o busílis da questão. Essa articulação política entre os mais iguais, democrático-oligárquica em sua essência e em suas aplicações assume, de imediato e irremediavelmente, a forma de uma cooptação sistemática e generalizada. A cooptação se dá sempre implicando a mesma coisa: a corrupção intrínseca e inevitável do sistema de poder resultante. Além disso, a cooptação se converte no veículo pelo qual a variedade de interesses e valores em conflito volta à cena política, nela se instala e ganha suporte e rejeição. Desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação (Idem, p.358).

Nessa perspectiva, os esforços de “distensão política”, realizados pelas classes burguesas dentro dos marcos da “defesa da revolução” e do seu tempo econômico ofereceriam os contornos necessários para a estabilidade da *democracia de cooptação*, através de um duplo dinamismo: da institucionalização do poder político excedente, instrumentalizado constitucional e legalmente em certas funções ditatoriais permanentes do “Estado constitucional”; e, pela abertura da cooptação “para baixo”, para a dissidência esterilizada e esterilizável dos setores insurgentes (Idem, p.363). Apesar de uma projeção atenta e correta quanto ao seu devir, Florestan Fernandes erra em parte nas suas conclusões, na sua postura cética em acreditar ser possível a coexistência entre “democracia burguesa” e “democracia de cooptação”. Em suas reflexões, esta última apenas se efetivaria como permanência e reciclagem da autocracia burguesa, possuindo supérflua flexibilidade em nações capitalistas subdesenvolvidas, cuja acentuada “concentração da riqueza e do poder deixa um escasso ex-

cedente para dividir na compra de alianças e lealdades. Por isso, ela concorre para exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência” (Idem, p.365).

Ao escrever este livro quatro décadas após as avaliações de Fernandes, detemos de precisão histórica para problematizarmos algumas de suas posições. Não só a “distensão política” se realizou como vivemos sob a égide de um Estado de Direito e a democracia burguesa nunca foi tão feliz em garantir a rentabilidade lucrativa da ordem social competitiva com a abertura de parcas concessões ao trabalho. A concretude da “democracia de cooptação” se deu não apenas pela manutenção de um perfil limitado na institucionalização política e, sobretudo, econômica; como, o programa político construído pela classe trabalhadora, em linhas muito próximas às citadas por Chasin (2000), favoreceu a cooptação “para baixo”.

Entretanto, as previsões de Florestan Fernandes (1976) não estariam de todo erradas. Finalizada a última etapa de nossa revolução burguesa e levado a cabo a sua morna transição democrática, a burguesia brasileira não se autocondenou a uma contrarrevolução permanente. Todavia, nos deixou como legado uma *cultura autocrática* a nível econômico, político e social, intrínseca à inserção subalterna do país nos marcos do capitalismo dependente, da qual a *democracia de cooptação* – como meio de gestão do poder estatal – lhe que é um dos elementos mais destacados⁷³.

73. A autocracia é compreendida aqui enquanto uma forma de poder estatal que converte a unidade externa da classe burguesa num elemento de socialização política comum, em nível da nação. Sendo assim, a superação da natureza deste Estado autocrático exige muito de sua burguesia nacional. Para “vencer esta circularidade histórica, elas careciam de um excedente de poder bem diverso, que não lhes desse, apenas, ‘autonomia de classe para dentro’, mas também ‘autonomia de classe para fora’, que servisse

Antes de falarmos das consequências desta ‘cultura autocrática’, em especial no que tange a consolidação da Estratégia Democrático-Popular via governo petista, precisamos explicitar os seus fundamentos. Esta cultura está condicionada a uma permanente reciclagem do processo democrático, o qual se mantém voltado para anular o ímpeto das forças sociais “de baixo” e preservar o atual padrão de acumulação do capital. Não queremos dizer com isso que não possuímos uma democracia formal ou direitos de cidadania assegurados, ambos existem nos limites possíveis a um país de capitalismo dependente em tempos de neoliberalismo. Mas, o que se apresenta aqui é a nossa peculiaridade: uma democracia e cidadania de *essência flexível*, facilmente enrijecida a partir do momento em que a organização e a pressão da classe trabalhadora expressem um caráter mais amplo, independente e não cooptável.

O ‘contraponto’ nacional aceitável à hegemonia burguesa é somente plausível desde que tutelado e domesticado, onde possíveis posturas irreconciliáveis de segmentos dos trabalhadores sejam facilmente neutralizadas ou apartadas, tudo isto dentro dos marcos de um pseudo “Estado Democrático de Direito”. Diante de uma real ameaça de classe e não sendo possível a cooptação e institucionalização das lutas sociais, o que se passa aos nossos olhos é uma intensa judicialização das relações sociais e a mais perversa criminalização dos movimentos sociais autônomos.

de substrato para uma ruptura com o imperialismo” (FERNANDES, 1976, p.353). Se tal feito fosse realizável, os setores dominantes procederiam a uma típica revolução “dentro da ordem” – contrária ao imperialismo, à dependência externa e o desenvolvimento desigual interno - “trazendo nas mãos um Estado democrático e a bandeira de um nacionalismo revolucionário” (Idem, p.354).

O fato das classes sociais, em especial a trabalhadora, não terem constituído uma ruptura profunda com a contrarrevolução burguesa, mas apenas um ‘pacto democrático’ ao seu fim, conduziu não à erradicação desta contrarrevolução, mas à sua diluição na sociedade civil. O que esta ‘diluição’ resulta – sob a forma de uma *cultura autocrática* – é numa curiosa contradição: a perda pelos setores ultraconservadores da burguesia do monopólio do poder do Estado, mas a preservação de sua expressão econômica, política e social como diretriz para as relações entre as classes. Não é por menos que escrevemos hoje sobre um país subdesenvolvido e profundamente desigual, que reproduz os traços típicos de sua histórica heteronomia, a exemplo da presença de focos de trabalho análogos ao de escravo e de relações de trabalho ‘semilivres’; de uma força policial altamente militarizada; do genocídio étnico da juventude negra⁷⁴; dos consideráveis índices de feminicídio⁷⁵; de práticas patrimonialistas; e ao fim, da manutenção da estrutura latifundiária e agroexportadora aliada à presença “democrática” de aberrações como a ‘bancada parlamentar ruralista’ ou a ‘bancada parlamentar evangé-

74. Dados do “Mapa da Violência” (2013) demonstram que na última década (2002-2011) foram assassinados 307.629 negros/as no país. No que tange a vitimização de jovens negros, esta “passa de 71,6% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos – para 237,4% em 2011, maior ainda que a pesada vitimização na população total, que nesse ano foi de 153,4%”.

75. No que diz respeito às taxas de feminicídio, os dados também seguem alarmantes. Segundo o “Mapa da Violência” (2013), o número de homicídios femininos nas três últimas décadas (1980-2011) atingiu o número de 96.612. Contudo, apenas na última década (2000 -2011) este representa quase 50% do total (48.166). Segundo o próprio documento, “o número de homicídios de mulheres aumenta 17,2% na década, duplicando o aumento do número de assassinatos masculinos que, no mesmo período, foi de 8,1%. Nos estados da Bahia e Paraíba este número mais que triplica, seguidos por Tocantins, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Goiás.

lica’.

Se formos à raiz deste fenômeno político, verificamos que a *cultura autocrática* é própria da necessidade de autoprivilegiamento e autoproteção das classes possuidoras que, em nome da estabilidade política, estatizam a violência contra os ‘de baixo’, ultrapassando os limites do seu ‘braço armado’ (polícia e exército), mas a condensando nas políticas sociais e demais esferas públicas de interlocução com os trabalhadores. Prova disto é a ressignificação de direitos constitucionais, reinterpretados segundo a ótica de antigas mistificações como a ‘defesa da ordem’, a ‘proteção do regime democrático’ ou a ‘preservação da civilização ocidental’.

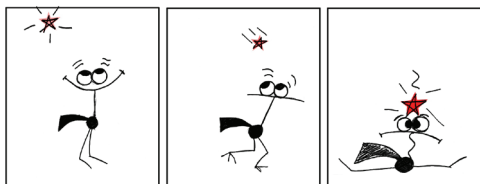
Em sua estrutura, esta *cultura autocrática* reatualiza – sob feições mais amenas – o *modus operandi* do período contrarrevolucionário nos seus dois traços característicos: o caráter **antissocial** e **antinacional**. Antissocial com referência “expropriação do trabalho, à exportação do excedente econômico, à intensificação das desigualdades econômicas e, por consequência, o agravamento das tensões sociais”, sendo este último elemento muitas vezes traduzido pela falsa aparência de uma “prosperidade generalizada” dos setores populares (Fernandes, 2011e, p.162). No que diz respeito ao caráter antinacional – enquanto a restrição e até mesmo negação aos setores populares do usufruto de um patrimônio político e sociocultural comum – podemos resumir em duas as suas ações que, detendo um caráter distinto, possuem um impacto político complementar: a primeira é a *neutralização das vanguardas políticas da classe trabalhadora*, sobretudo, as representativas dos seus instrumentos organizativos clássicos (partidos e sindicatos) que compartilham da estratégia democrático-popular; e, caso não sendo possível a cooptação, a expulsão dos seus segmentos mais radicais. O que temos neste

primeiro elemento é a explicitação da alternativa oferecida pelas classes dominantes aos movimentos sociais na sua relação com a sociedade política: ou sua incorporação pacífica e ‘domesticada’ ou a mais completa exclusão.

A segunda característica do modelo antinacional está no *privilegio exclusivo dos interesses privatistas*, cuja capacidade construtiva da dominação burguesa em atender às demandas dos trabalhadores dá-se prioritariamente com auxílio e vantagem ao capital privado. Parafraseando Florestan Fernandes (2011e), para estas camadas da população, submetidas a uma *cultura autocrática*, o Estado não dá com uma mão o que tira com a outra. Ele tira com ambas e devolve tão pouco que não há como conciliar dentro da ordem criada pela contrarrevolução Nação e Estado.

Tomando por eixo de análise o conceito de *cultura autocrática* e de sua correspondente forma política (a democracia de cooptação), analisamos a seguir o que consideramos ser a consolidação da Estratégia Democrático-Popular, através da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república. A partir desta experiência – de conquista do poder por uma organização de estratégia socialista e a sua não ruptura com este ordenamento democrático – pontuamos os limites dados a esta programática socialista, bem como, a respectiva gestão de um governo de apelo popular em moldes antinacionais e antissociais.

4.3. O PT e a democracia de cooptação



O que Fernandes denominou por “democracia de cooptação” alcançou no Brasil a sua concretude histórica na consolidação da Estratégia Democrático Popular, através da posse em 2002 do PT à presidência, na figura do ex-sindicalista metalúrgico Luís Inácio da Silva. É justamente no Partido dos Trabalhadores que a proposta político-programática pensada por Chasin e, em parte por Florestan Fernandes ganha corpo. Inicialmente apresentado em sua plataforma política de 1979 como um partido de massas - “de composição operária que pretendia unificar o conjunto dos assalariados em torno de um programa radical de reformas democráticas com um objetivo socialista” (IASI, 2006, p.382) - o PT demonstrava na sua radicalidade anti-capitalista alguns equívocos centrais, que o aproximavam da nossa hipotética ‘Revolução Brasileira’ caiopradeana: a fragilidade da qualidade do socialismo adotado como meta estratégica e a concepção de classe assumida.

O socialismo que almejava alcançar – com independência e autonomia de classe – pressupunha uma “originalidade”, própria ao caráter “novo” atribuído às lutas sociais, populares e sindicais das quais foi portador. A novidade estaria assim, no absoluto compromisso com a

democracia “tanto como expressão da luta contra a ditadura e pela democratização da sociedade como, principalmente, forma de funcionamento institucional do partido” (Idem, p.384). Nesta lógica, o socialismo a ser construído deveria ser composto, acompanhado da qualidade “democrático”. De modo mais claro, seria algo próprio, inédito e contraponto as duas formas historicamente conhecidas na experiência política mundial: o socialismo reformista social-democrata e o socialismo “burocrático” e totalitário advindo do chamado “socialismo real”:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo⁷⁶.

Construída no dia-a-dia, no solo privilegiado das lutas cotidianas e crítica aos modelos e referenciais “importados”, esta perspectiva socialista era formulada com o olhar para ‘dentro’, exigente de um estudo que se propunha sistemático das possibilidades da formação social brasileira, em termos históricos, econômicos, sócio-culturais, políticos e institucionais. É no seu 4º Encontro Nacional, em 1986, a partir da compreensão de um capitalismo nacional dependente, com potencial de desenvolvimento e díspare regionalmente que se aponta o norte do nosso socialismo,

76. Discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do PT (apud IASI, 2006, p.387).

no entendimento que as particularidades da experiência brasileira e os limites históricos impostos à classe trabalhadora não possibilitariam a tomada imediata e consciente do poder de Estado. Entre nós e a outra sociedade existiria pela frente um longo percurso de *acumulação de forças* e de amadurecimento político-organizativo dos trabalhadores, onde “tratar-se-ia de ‘construir’ um poder de base, nos movimentos populares, sindicatos ou na criação de conselhos de forma a constituir uma *alternativa de poder popular* (Idem, p.393)”. Nem tão inédito quanto se gostaria, o socialismo aqui é captado novamente por etapas cumulativas e graduais, que por ‘dentro’ da ordem se construiria a luta para um dia se alcançar o “fora” da ordem.

Ainda que contivesse semelhanças com a inicial programática pensada por Florestan Fernandes há algumas diferenças entre os dois programas. Se pelo primeiro, fiel às orientações leninistas, a ‘Revolução Democrática’ era pensada como um continuum, em que o “dentro” e o “contra” a ordem na sua concomitância se confundem na construção da revolução socialista, agora a concepção apreendida de *acumulação de forças* pelo PT se interpõe entre os dois momentos, impondo-lhes um destaque quase exclusivo à etapa “dentro da ordem”. Deste modo, o desenvolver da programática petista – desde o seu nascedouro – já demonstrava dificuldades na compreensão da relação entre tática e estratégia, supervalorizando a primeira em detrimento da segunda.

É com uma equivocada apreensão da leitura de Gramsci que o PT amolda esta elaboração tática à relação eleitoral com o Estado, a burguesia e o horizonte socialista. Mantendo a afirmativa em 1987 de que existiriam dois momentos distintos de construção da revolução, um prévio, respectivo ao acúmulo – voltado à educação das massas

através da luta por reformas, direitos, garantias sociais e a construção de formas autogestionárias de poder – e outro relativo à ruptura propriamente dita, se fez necessário dar uma maior “forma” a este objetivo estratégico, carente de maiores detalhes em um período de acirrada disputa política interna e de uma conjuntura nacional demandante para tal feito. Para isso, é apresentada uma nova divisão, “entre as tarefas relacionadas à ‘tomada de poder político’ e a efetiva ‘construção do socialismo’” (Idem, p.414-415):

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção de outra sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder do Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia⁷⁷.

Surge desta forma, uma transição antes da transição, na qual a conquista e a posterior dominação socialista do aparelho do Estado se dariam de modo processual, condizentes tanto à proporção do acúmulo de forças na “sociedade civil” – no terreno de disputa entre os aparelhos privados de hegemonia da burguesia e dos trabalhadores – como à sua incidência nas instâncias estatais, ocupando-as e alargando-as para os interesses do *povo*. Em linhas gerais, esta foi a orientação tático-estratégica *dentro e através* da ordem formulada pela esquerda brasileira à sua suposta ‘Revolução Democrática’, a qual adaptou aos trópicos uma atuação popular que contivesse em si a dupla prerrogativa da “pressão de baixo para cima” concomitante “à pressão pelo alto, com a participação do governo” (LÊNIN apud GRUPPI, 1979, p.55).

77. Resoluções do 5º Encontro nacional do PT - 1987 (apud Iasi, 2006, p.415).

O sentido da ‘Estratégia Democrático-Popular’ se deu justamente na perspectiva de construção de um programa “democrático, popular e antiimperialista” hegemônico pelos trabalhadores e elo de vínculo e condução à outra sociedade.

Democrático, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para *todos* aqueles prejudicados pelas características arcaicas do capitalismo brasileiro – dependente, latifundiário e monopolista – seja através da realização das tarefas burguesas em atraso: a reforma agrária, urbana, o combate às desigualdades regionais, a inserção autônoma à ordem econômica internacional e a ruptura com a dívida externa e as agências multilaterais; como “pela adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia, com o enfraquecimento da resistência capitalista”⁷⁸. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus “aliados” afetados pelos grupos monopólicos⁷⁹.

Se, a princípio, adotou-se a expressão *classes trabalhadoras* para esse “coletivo revolucionário”, pois, não se tratava apenas de um único “sujeito revolucionário”, mas de um conjunto ampliado do sentido originário de classe – operariado, massa popular e pequenos proprietários urbanos e rurais que vivessem do próprio trabalho – agora,

78. Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT - 1987 (apud IASI, 2006, p.430).

79. Segundo IASI (2006, p.421-422), as alianças se justificariam sobre o modelo de desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, cuja dominância de grandes corporações monopólicas (industriais ou agrárias, de comércio ou de serviços e bancárias) secundarizaram a importância e o papel econômico de pequenas empresas, negócios e serviços autônomos. Seriam junto a estes últimos construídos os vínculos políticos estratégicos, tendo em vista seu potencial econômico para a produção, o desenvolvimento das forças produtivas e incorporação da força de trabalho.

havia uma relação tática *entre* classes. Recusando o molde Democrático-Nacional do PCB, caracterizado por uma articulação estratégica dos trabalhadores com a “burguesia nacional” com fins ao desenvolvimento do capitalismo no país como etapa prévia à revolução socialista, o que a ‘Estratégia Democrático-Popular’ supunha era uma aliança com setores da pequena burguesia - “pequenos e micro-empresários urbanos e rurais e mesmo camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola”⁸⁰ - numa feição de *bloco social*, muito próximo à composição tríade de ‘Frente Única Nacional Revolucionária’ pensada por Chasin (2000): trabalhadores, burguesia de pequenas e médias empresas e camadas médias.

Antes de voltarmos ao debate acerca dos rumos eleitorais do PT, se faz necessário abrir um breve “parênteses” para explicitar algumas categorias gramscianas distorcidas pelo programa partidário, como a equiparação entre hegemonia e “acúmulo de forças” e as etapas de transição à conquista do Estado com a “guerra de posição”.

Para Gramsci, hegemonia significava luta de classes, e dizia respeito, acima de tudo, à “construção de uma ordem de instituições próprias da classe trabalhadora para se contrapor às instituições burguesas” (IASI, 2006, p.487). Deste modo, não propunha a abstenção da participação nas eleições parlamentares, mesmo naqueles países de soviets consolidados⁸¹, vistas como importante instrumento medidor das forças políticas. Mas, sinalizava para algo mais importante e prioritário: o fato de que “o Estado socialista já existe potencialmente nos institutos de vida social característicos das classes trabalhadoras exploradas”⁸²:

80. Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT - 1987 (apud IASI, 2006, p.430).

81. GRAMSCI, Antonio. *Eleitoralismo*. Avanti!, ed. Piamontesa de 23/08/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

82. GRAMSCI, Antonio. *Democracia Operária*. L’Ordine Nuovo de

Conectar entre si estes institutos, coordená-los e subordiná-los numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-los fortemente, porém, respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar aqui e agora uma verdadeira e própria democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e domínio do patrimônio nacional⁸³.

É exatamente sobre este ponto que incorrerão os desvios programáticos do PT. Crítico da “fé parlamentarista” presente em interpretações equivocadas sobre o programa do Congresso de Moscou da III Internacional, Gramsci nega a possibilidade da existência simultânea do soviético na esfera parlamentar, ou seja, “da ditadura do proletariado e da ditadura burguesa, do socialismo e da “democracia”⁸⁴. Em sua perspectiva, a ditadura do proletariado “é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, no qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, no qual a vida social da classe operária e camponesa transforma-se num sistema difundido e fortemente organizado”⁸⁵.

Aqui, o que o PT pressupunha ser o *acúmulo de forças* é, na concepção de hegemonia em Gramsci, a tarefa partidária de dar “uma forma e uma disciplina permanen-

21/06/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

83. Idem, *Ibidem*.

84. GRAMSCI, Antonio. Eleitoralismo. *Avanti!*, ed. Piamontesa de 23/08/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

85. GRAMSCI, Antonio. *Democracia Operária*. L'Ordine Nuovo de 21/06/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

te a estas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, articulá-las e potencializá-las”, suscitando nas mesmas o trabalho de base sob as formas de comitês de fábrica, de bairro, conselhos operários e camponeses e habituando-as deste modo, “a considerar-se como um exército em campo que tem a necessidade de uma firme coesão se não quer ser destruído e escravizado”⁸⁶. Partindo deste pressuposto, a “guerra de posição” situa-se na criação de um poder proletário contrário ao burguês, preparado para substituí-lo. Neste aspecto, assim como em Marx (2008), não há uma etapismo prévio à tomada de poder e, menos, uma coexistência estatal com outra classe. Gramsci é claro em suas orientações, para ele “este Estado não se improvisa”, “quem quer os fins, deve também querer os meios”⁸⁷:

O terreno do controle, portanto, aparece como o fundamento sobre o qual a classe operária – tendo conquistado a confiança e o consentimento das grandes massas populares – constrói o seu Estado, organiza as instituições do seu governo, chamado para integrá-lo todas as classes oprimidas e exploradas, e inicia o trabalho positivo de organização do novo sistema econômico e social⁸⁸.

O PT, desde a sua constituição – dos primeiros documentos internos ao manifesto de fundação em 1980 – apresentou-se como uma alternativa eleitoral. A disputa por vias democrático-burguesas, constitucionais e representativas nunca foi descartada, ao contrário, estava estritamente articulada e subordinada à sua meta socialista e ao seu cará-

86. Idem, Ibidem.

87. Idem, Ibidem.

88. GRAMSCI, Antonio. *Controle Operário*. L'Ordine Nuovo de 10/02/1921. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

ter de massas. Contudo, a proximidade com esta impunha-lhe uma operacionalização de sua tática, que adquiria, somada as primeiras dificuldades neoliberais para o trabalho aos anos 1980/1990, uma evolutiva deterioração estratégica. A degeneração, já facilmente imaginada pelo seu confucionismo ideológico de classe, inicia-se mais abertamente com a metáfora da “pinça” em 1989. Segundo esta teoria, o longo prazo de acúmulo de forças seria alicerçado em duas ações: uma intervenção de massas, apoiada no movimento popular e sindical; e outra, na atuação por dentro da estrutura pública institucional através das eleições. Com este movimento, supunha-se uma alteração na correlação de forças na sociedade civil e no Estado, tornando “possível colocar na ordem do dia as mudanças sociais profundas do Programa Democrático e Popular” (IASI, 2006, p.443).

Entretanto, as possibilidades reais de chegada à presidência e a conquista nas eleições de cargos da administração pública direta e indireta, anteciparam a abertura de um longo processo de cooptação, para o qual Fernandes (1976, p.363) qualificou ser a nossa possível “dissidência esterilizada e esterilizável dos setores insurgentes”. Esta esterilização político-partidária deu-se no mesmo movimento que a programática pensada, de forma processual, com o acúmulo de desvios e equívocos teóricos, exacerbados e degenerados ao longo dos calendários eleitorais. Podemos sistematizá-la brevemente, no que consideramos serem os três momentos de amoldamento do “socialismo petista”: um prévio às eleições de 1989, um pós-eleições no decorrer dos anos 1990 e a falência declarada do governo PT a partir de sua posse em 2002.

No primeiro, partindo de uma leitura otimista dos fenômenos da conjuntura brasileira ao fim da década de 1980 (o crescimento da base partidária, conquistas democrá-

ticas da Constituição Federal de 1988, crise de legitimidade do governo Sarney e de representatividade política burguesa), o PT, em seu 6º Encontro Nacional (1989), delibera por um Plano de Ação de Governo (PAG), que pudesse expressar em suas diretrizes o eixo socialista da candidatura de Lula, aliando às reivindicações dos trabalhadores a perspectiva da ruptura socialista. Nesse movimento, o programa de transição do futuro governo democrático-popular através de medidas como o estabelecimento de reformas fundamentais, o impulso à organização dos movimentos sociais e a elevação do nível de consciência dos trabalhadores, transformariam-no numa espécie de “poder alternativo”, cuja gestão estatal “deveria dirigir a sociedade, ampliando as esferas de participação política, colocando o desafio de *romper com todas as fases de dominação*” (IASI, 2006, p.447 – grifos nossos). Falava-se assim, de um governo como elo de preparo para a transição ao socialismo.

Apesar da ênfase na meta socialista, o fim deste primeiro ciclo revolucionário não se daria de forma imediata, visto que tais propósitos programáticos pressupunham uma vitória sobre a burguesia e seus aparelhos de dominação, ou seja, uma nova transição para tomada do poder de Estado, posterior à etapa de acúmulo de forças e anterior à ruptura com a burguesia, como fica claro nas resoluções 6º Encontro Nacional do PT (apud IASI, 2006, p.450-451):

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um *putsch* de vanguarda (...). Com este objetivo estamos preparando o Partido,

estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto (Idem, Ibidem).

Esta adicional “dose democrática” de “acúmulo de forças” – crítica não apenas ao conteúdo dos governos do dito “socialismo real”, mas equalizadora da forma de tomada de poder via recursos burgueses – daria o novo *tom* moderado da presente e das futuras plataformas políticas. Após a derrota eleitoral para o “caçador de marajás” Collor de Melo, somada a um contexto nacional de refluxo da luta de massas dos movimentos sociais combativos e uma conjuntura internacional de queda do muro de Berlim, o partido se vê num contínuo e crescente retrocesso em sua estratégia socialista. A *pinça* perde, neste cenário, uma de suas “pernas”. O *movimento democrático de massas* afunila-se, seja pelos impactos da reestruturação produtiva sobre o seu principal lócus de mobilização política – o chão da fábrica – ou pela consequente mudança tática das suas organizações, cada vez mais díspares entre direção e base, voltadas agora para um prioritário plano burocrático-institucional nos limitados espaços de controle social, acordos trabalhistas e administrações públicas. É sobre este solo histórico, adverso ao trabalho e potencializador de suas fragilidades, que a democracia de cooptação encontra sua viabilidade triunfante.

Sem a massa, ao partido restava apegar-se desequilibradamente às possibilidades de conquista do Estado. Mas, se o democrático era condicionado e dependente do popular, obviamente, questões deveriam ser alteradas em sua estrutura. Inicia-se um avanço liberal sobre o sentido atribuído ao socialismo. Este passa, a partir dos anos 1990, a ser equalizado a uma “nova” democracia

burguesa, complementada por aspectos humanistas, éticos, plurais e valorizadores das singularidades individuais, perdendo centralidade enquanto objetivo estratégico. Já o popular alarga-se, supera o que poderiam ser tidos como resquícios dogmáticos do “socialismo real” (a restrição de alianças aos assalariados e “pequena burguesia”) e abarca “democraticamente” a maioria da sociedade. O “caminho ‘correto’ é a progressão da ‘democracia e da liberdade’ entendidas como uma democratização da sociedade civil” (Idem, p.466). Para tanto, a nova ordem pressupunha um caminho próprio, onde a democracia assumia a forma de meio e fim, meio como um “acúmulo” de medidas democráticas e fim na forma da “cidadania plena” sob um “Estado democrático de Direito”.

A vitória nas eleições presidenciais de 2002 é a materialidade desta metamorfose programática. Na sua campanha, em oposição ao consecutivo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o PT assume uma identidade política “antineoliberal” e não mais anticapitalista e sequer socialista. Não se fala mais em ‘classes’ ou ‘luta de classes’, mas em um “novo contrato social” e não mais em etapas ou qualquer transição, mas na construção de um “Estado-Nação brasileiro”⁸⁹.

Até então, já havíamos compreendido que o horizonte não apresentava nada de novo, no máximo esperanças – entre os mais otimistas, evidentemente – de uma reelaboração estratégica do poder estrita ao poder público e “alternativa ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco”⁹⁰. Todavia, o que fica evidente é que este projeto “alternativo”, agora articulado sobre os

89. Resoluções 12º Encontro Nacional do PT - 2001 (apud Iasi, 2006, p.505).

90. Idem, Ibidem.

eixos nacional, social e democrático, nada mais apresentou do que o retorno do projeto de desenvolvimento nacional, sob a novidade humanizada da acumulação capitalista. Afinal, os tão sonhados avanços não ultrapassavam os limites da promessa burguesa cidadã, cujos pilares da justiça social, participação democrática e o crescimento do mercado interno resumiam-se na retórica da campanha eleitoral à política de “inclusão social” e combate à fome.

Behring (2005), ainda que consciente das alianças e concessões programáticas e ideológicas que já vinham se desenhando no processo eleitoral, expressou, como muitos outros intelectuais, a crença de que a plataforma petista fundada num planejamento democrático de desenvolvimento voltado para “dentro” pudesse viabilizar, sob a indiscutível legitimidade do então presidente, uma “transição - ademais anunciada no Programa Plurianual (PPA) Brasil de Todos - para uma política econômica direcionada a um mercado interno de massas, articulada a uma política social mais ousada” (Idem, p.10). Pautada sobre o programa de governo – o qual propugnava redução das iniquidades a partir de prioridades *sociais* de alocação de recursos – o que esta autora vislumbrava não era mais o “socialismo petista”, mas a alteração nos mecanismos econômicos da dependência, como o próprio programa subtendia na sua relação com o capital produtivo em detrimento dos setores imperialistas⁹¹, numa perspectiva muito próxima do que

91. No texto do 12º Encontro Nacional do PT (apud IASI, 2006, p.510) fica claro que as mudanças estruturais do país, voltadas para a inclusão social - distribuição de renda, riqueza, poder e cultura – teriam por sujeitos, além dos trabalhadores “os empresários produtivos de qualquer porte”, em detrimento dos grandes rentistas e especuladores, os quais seriam atingidos diretamente pela nova política distributiva. O crescimento a partir do mercado interno através da “ampliação do consumo de massas e com a desarticulação da lógica

Florestan Fernandes (2009) projetou e, ao mesmo tempo, desmistificou como a nossa *segunda via* de superação do subdesenvolvimento periférico:

A segunda via é bem conhecida: a multiplicação rápida dos pontos de disseminação dos “privilégios estratégicos”, de modo a universalizá-los no seio das classes “médias” e a torná-los mais frequentes nos “setores explosivos” das classes “baixas”. Essa alternativa abriria o caminho para uma autêntica “revolução dentro da ordem”, pelo qual o próprio capitalismo resolveria os problemas gerados pela acumulação dual de capital e forjaria formas de autonomização do desenvolvimento capitalista econômica, social e politicamente viáveis. Tal alternativa também é impraticável, porque pressupõe tendências e ritmos de mudança social, que são improváveis, e não se adapta às realidades da dominação capitalista na era da grande corporação multinacional, da internacionalização dos mercados e do imperialismo total. Na prática, tem sido útil aos setores sociais que podem empolgar o reformismo como expediente de ascensão social (Idem, p.101).

O que esta autora em suas futuras obras irá demonstrar não é a comum surpresa entre ingênuos setores da esquerda acerca do questionamento “Como isso pôde acontecer?” Ou, pior, a afirmativa de que “O PT nos traiu!”. A constatação realizada por Behring (2005), assim como por Neto (2005), Bravo (2005), Graneman (2005) ou Filgueiras e Gonçalves (2007) é fria e enfática: o governo PT manteve os padrões macroeconômicos neoliberais da era Cardoso e sua contrarreforma, reproduziu o que Florestan

financeira e especulativa” significava o interesse e compromisso em dar “previsibilidade para o capital produtivo”.

considera o nosso *drama crônico* (a subordinação ao mercado mundial e a ausência da incorporação dos ‘de baixo’), e constrengendo toda a anunciada transição econômica, impôs uma política social medíocre. Contudo, isso não quer dizer que não se realizou parte do que Fernandes supôs ser a nossa “segunda via”, agora, não mais de superação, mas de avanço do subdesenvolvimento.

É inquestionável que houve a disseminação dos “privilégios estratégicos”. Como bem conceituado por Fernandes, adaptando-se à nova realidade da dominação capitalista sob o imperialismo total e num exato momento em que a mesma adquire um caráter de intensa financeirização, tais privilégios não poderiam restringir-se aos empresários produtivos, mesmo se assim o governo Lula o quisesse. Através de um “contrato social” pactuado junto aos setores economicamente dominantes, o *tom* da governabilidade foi dado pela imperiosa necessidade do equacionamento da crise fiscal, sinônimo de endividamento público crescente e focalização das políticas sociais⁹². Deste modo, longe de uma autonomização do desenvolvimento econômico, seguiram preservados o superávit primário; a Desvinculação de Receitas da União, correspondente a 20% dos recursos públicos arrecadados e fontes da seguridade social para pagamento da dívida; a concentração fundiária do agronegócio; e “o inesgotável pagamento dos juros, encargos e amortizações da dívida pública, nossa sangria diária para os credores nacionais e internacionais” (BEHRING, 2005, p.11).

A “reforma” que então se procede é de absoluto caráter antinacional e antissocial, a qual mantém e reitera os determinantes gerais da nossa *cultura autocrática*. Esta *cultura* se reatualiza aqui pelo que lhe é próprio: o privilé-

92. Cf. GRANEMAN, Sara. Necessidades de Acumulação Capitalista. Brasília: Inscrita, 2005.

gio exclusivo dos interesses privatistas nas medidas sócio-econômicas e, como resultado desta escolha, a reiterada negação aos setores pauperizados do usufruto de um patrimônio público comum. Segundo Graneman (2005, p.30), a “reforma” protagonizada nesta primeira fase do governo PT se caracteriza por “reduzir o Estado para o trabalho e maximizá-lo para o capital”, direcionando-o prioritariamente sobre duas ações: o enxugamento da estrutura de direitos e políticas sociais voltadas ao mundo do trabalho, convertidas em lócus privilegiado de acumulação capitalista, e a privatização das empresas estatais. No primeiro caso, sob a égide das “contrarreformas constitucionais”, o que se têm – a exemplo da reforma trabalhista, da reforma da Previdência (com o aumento do tempo de trabalho e de contribuição, diminuição do teto previdenciário e fomento à previdência complementar e fundos de pensão) e da reforma universitária – é tanto uma lógica de individualização da proteção social, apartada da totalidade de classe, como a sua mercantilização, compartilhada via parcerias público-privadas com o mercado econômico-financeiro. Ao invés do salto de qualidade prometido – o social em detrimento do econômico – o que se vislumbra é uma seguridade social securitária, com ênfase na assistencialização focalizada das políticas sociais e a retirada paulatina de sua garantia universal. E, em segundo, a transferência para o capital privado de parte da estrutura pública estatal, com a privatização de rodovias federais, bancos públicos, hidrelétricas, linhas de transmissão, bem como, políticas sociais fundamentais como a educação, cultura, saúde, assistência social, dentre outras.

Porém, o diferencial do governo petista não está no seu caráter de continuidade neoliberal pós-FHC ou, menos, no passado individual do seu ex-líder operário. O

“novo” está na capacidade de cooptação que o mesmo empreende sob forte legitimação popular, utilizando-se de um falso reformismo como retórica de ascensão social aos ‘de baixo’. Estamos assim, nos dirigindo a um governo social-liberal, de origem socialista, de base popular e fortes vínculos entre os trabalhadores. Mas, que ao contribuir para a subordinação patronal e a desmobilização dos movimentos sociais configura-se como um *governo de colaboração de classe*. “Ou seja, ele é um governo cuja natureza de classe (definida com base em seus vínculos fundamentais e em sua orientação geral) é burguesa. Em uma palavra, é um governo burguês” (BORGES, 2005, p.76).

Poderíamos nos utilizar do conceito de *transformismo* pensado por Gramsci ao qualificar a história da formação do Estado moderno italiano, cujo fenômeno designa por “um processo de adesão (individual ou coletiva) ao bloco histórico dominante, por parte de lideranças e/ou organizações políticas dos setores subalternos da sociedade, com o abandono de suas antigas concepções ou posições políticas” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.182). Realizando algumas ponderações sobre o sentido histórico do *transformismo brasileiro*, não seria correto dizer que ocorreu por parte do PT uma drástica ruptura com as premissas anteriores, haja vista que a processualidade das inflexões programáticas já vinham se delineando a mais de uma década, assim como a adesão ao bloco dominante não se deu do governo às elites. Mas, ao contrário, os setores dominantes foram paulatinamente incorporados ao conceito de revolução por iniciativa partidária da esquerda, inculcados em etapas e transições, até que a revolução em si perdeu todo o seu sentido e metamorfoseou-se em um Estado-Nação insólito, democrático o suficiente para criar um “Brasil de todos”. O transformismo aqui advém

de uma aceleração final da fusão com o bloco dominante, como bem expressa a “Carta ao Povo Brasileiro” assinada pelo candidato, assegurando em junho de 2002 ao mercado financeiro “o respeito aos contratos e obrigações do país”⁹³; assim como, da institucionalização do poder político excedente, voltado para a compra de alianças e lealdades dos segmentos sociais sobre os quais originou-se.

Desta forma, a relação que o governo estabeleceu com os movimentos sociais teve uma natureza instrumental e serviu, principalmente, para sua autolegitimação. A plataforma de campanha, baseada na construção de um “projeto nacional alternativo”, que pressupunha uma gestão democrático-popular aberta à disputa pelas organizações trabalhadoras através de formas diretas e indiretas de controle social obteve uma dimensão invertida. Se os laços com o grande capital são sólidos e comprometem as políticas estatais, os laços com os setores populares “funcionam muito mais na direção oposta: para garantir a influência do governo sobre seus dirigentes e, a partir daí, para desmobilizar esses movimentos” (BORGES, 2005, p.72). Sobre isso, não podemos discordar. O governo concretiza a sua anterior promessa, é inclusivo com as representações trabalhistas. Esta “inclusão” parte de um caractere típico da *democracia de cooptação*, do modo tradicional, patrimonialista e oligárquico de “fazer política” no país, através da compra de apoio com distribuição de cargos públicos⁹⁴ e o reforço às funções ditatoriais permanentes do ‘Estado Constitucional’ (a exemplo da recorrente prática ao uso de

93. Cf. Carta ao Povo Brasileiro, disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>>. Acesso em 08/04/2012.

94. Como exemplo, podemos citar Luiz Marinho, então presidente da CUT em 2003. Este sairia do cargo para ocupar o Ministério do Trabalho (2005) e, depois, o da Previdência Social (2007).

medidas provisórias e a promoção de programas de capacitação voltados para os trabalhadores em parceria com o movimento sindical, cuja fonte são os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT).

Outro aspecto importante e indisfarçável deste “novo” exercício democrático, como parte de sua cooptação às classes subalternas, já distanciadas de suas direções muito antes da posse do governo, é a ressignificação da cidadania, revestida de uma ética populista, para além de seu caráter contrarreformista. Sob o slogan “incluir para crescer” e a meta de três refeições diárias a todo brasileiro, a esterilização de massas aos “de baixo” veio com a concepção do que Patrus Ananias (então ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em 2005) chamou de “nova política social” “comprometida com a vida” (2005, p.6-8). Esta é baseada no que o governo concebe como o “direito elementar de humanidade”, “a começar pela determinação do presidente de colocar o direito à comida de qualidade como objeto de política pública prioritária” (Idem, Ibidem). Na nova rede de “proteção social” – centralizada na assistência – o direito social vira política social compensatória, programa de governo e instrumento de consenso político, menos garantia de Estado⁹⁵. A cida-

95. O carro-chefe do governo PT foi o programa de transferência de renda Bolsa Família (PBF). Aqui, o governo ressalta o fim da pulverização de recursos e da superposição de ações com a unificação de outros programas similares pré-existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação etc.) e a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para Filgueiras e Gonçalves (2007, p.164), a identificação do PBF como o aspecto central da política social do governo Lula se deve a duas razões. Primeira: a preocupação aqui é com a política social de governo e não com a política social de Estado. Segunda razão: o programa, no conjunto das políticas sociais de governo, vem assumindo importância cada vez maior, tanto no que concerne à abrangência do público ao qual é destinado quanto ao montante de gastos realizados. Além disso, o que é mais importante, esse programa

dania, esvaziada de conteúdo e “recheada” de humanismo abstrato, conclui o ciclo da cooptação, traduzindo na prática o que Fernandes (2009, p.101) atribuiu à nossa burguesia de “reformismo como expediente de ascensão social”.

Se o governo Lula demonstrou em linhas gerais a sua competência em efetivar o ciclo da cooptação aos ‘de baixo’, é no governo Dilma (2011-2014) que a nossa *cultura autocrática* se revela em suas potencialidades até então contidas. Antes de tratarmos do que sutilmente diferencia o primeiro e o segundo período do governo PT, devemos ressaltar a princípio o que lhes equaliza, com destaque à manutenção da política econômica adotada. Neste aspecto, dentre os elementos a serem destacados, salientamos o mito do crescimento da “nova” classe média aliada à expansão do ensino superior e a política de concessão do patrimônio público ao setor privado.

Como evidencia Pochman (2013) é importante reconhecer que a primeira década dos anos 2000 foi caracterizada por mudanças significativas na base da pirâmide social, que entra na segunda década deste século renovada e com demonstrações de continuidade em seu novo perfil. Entre as alterações vivenciadas, o autor evidencia três fenômenos: a ampliação da taxa de ocupação em relação à força de trabalho (queda da taxa de desemprego), a formalização dos empregos e a queda da pobreza absoluta.

Esta tríade – cuja grande parte da evolução das ocupações faz-se presente no setor de serviços, seguida pelas áreas da construção civil e das indústrias extrativas – é o resultado da maior expansão quantitativa de empregos

transformou-se numa arma político-eleitoral e ideológica importantíssima, dando um aparente viés progressista (social) ao governo, que serve para “compensar” a política econômica liberal-ortodoxa adotada e reforça o discurso conservador do Banco Mundial sobre a pobreza, os pobres e as políticas sociais focalizadas.

bilidade nos últimos quarenta anos. Contudo, o que mais nos chama atenção neste fenômeno é a concentração dos postos de trabalho na base da pirâmide social, onde “95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo” (Idem, p.18-19). Em termos numéricos, este fato revela que das 2,1 milhões de novas ocupações ao ano no país, em média, 2 milhões destinaram-se para o segmento de trabalhadores de salário base, sendo esta parcela de ocupados com remuneração inferior a dois salários mínimos representativa da ocupação de mais da metade do total de postos de trabalho existentes no país.

Além de ampliada a base da pirâmide social tem-se em paralelo outro fator: o tímido crescimento ou a redução das demais faixas de remuneração para o trabalho. Segundo Pochman (2013, p.19-27), para os pertencentes a faixa de rendimentos mais significativos – de 1,5 a 3 salários mínimos – houve a geração média anual de apenas 616 mil novos postos de trabalho, e entre aqueles com rendimento acima de 3 salários identificou-se um déficit em quase 400 mil postos ao ano. No que diz respeito a faixa de cinco salários mínimos mensais a queda total atingiu 4,3 milhões de ocupações. Se nas décadas de 1980 e 1990 os índices de novas ocupações foram inferiores aos anos 2000, tendo cada década gerado um total líquido de respectivamente 18,1 milhões, 11 milhões e 21 milhões de postos de trabalho, as duas primeiras décadas se diferenciaram por uma maior presença dos ocupados que recebiam remuneração maior que o salário-base.

Nesta perspectiva, ao tempo que os dados nos apresentam uma alteração positiva na condição de vida dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, eles também deixam claro o limite de ascensão possível aos ‘de baixo’ nesta estratificação social. Elevado o nível de vida

para parte dos segmentos ‘semilivres’ e ‘sobrantes’, antes inclusos entre as ocupações sem remuneração ou nos índices de desemprego, têm-se, em paralelo, a constatação de mudanças um tanto quanto generosas no topo da pirâmide social. O que se observa neste período é uma ágil expansão dos ‘de cima’, cuja fonte de riqueza assenta-se no conjunto das rendas originárias da propriedade (lucros, juros, renda da terra e aluguéis). “Em 2009, esse segmento social representou mais de 14% da população economicamente ativa, ao passo que em 1995 não atingia 4%” (Idem, p.21).

Desta forma, ainda que tenhamos uma parcela considerável da força de trabalho superando o que os órgãos oficiais definem por ‘condição de pobreza’, este quantitativo humano não pode ser considerado parte da classe média brasileira ou uma suposta “nova” classe média. Segundo Pochman (2013, p.20), a classe média “por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, se mantendo estacionada na faixa de um terço dos brasileiros”. O que se têm por detrás desta retórica governamental é, na verdade, a mistificação do conceito originário de classe e o completo desprezo pelo significado político e sócio-histórico da categoria “questão social”, reduzida a índices de gravidade da pobreza. Nesta perspectiva, a sociedade passa a ser interpretada segundo uma lógica de castas – estratificada de A à E – que, em termos *per capita*, é polarizada quantitativamente entre os indivíduos pertencentes ao estrato A (com renda per capita superior a dez salários mínimos) e o inchado estrato D (com renda per capita de um a três salários mínimos). Tal fato impossibilita a afirmativa de que vivemos em um país menos desigual, no máximo, podemos nos referir a um país menos faminto.

Além do salário e ocupação, outros dois determinantes são ressaltados pelos índices governamentais como

constitutivos desta suposta “nova” classe média: o maior acesso aos bens de consumo e a elevação do grau de escolaridade. No que diz respeito ao primeiro aspecto, podemos ilustrar a intencionalidade governamental a partir do discurso da presidenta Dilma Rousseff no Fórum Econômico Mundial, realizado em 2014 na cidade de Davos, na Suíça:

Estamos nos tornando, por meio de um processo acelerado de ascensão social, uma nação predominantemente de classe média. (...) Criamos um grande mercado interno de consumo de massas. Somos hoje um dos maiores mercados para automóveis, computadores, celulares, refrigeradores, fármacos e cosméticos. Mas apenas 47% dos domicílios têm computador; 55% apenas possuem máquinas de lavar roupa automática; 17%, freezer; 8% TV plana, evidenciando o tamanho da demanda ainda a ser atendida e as oportunidades de negócios a ela associadas. Criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos⁹⁶.

Ao enaltecer a responsabilidade governamental na construção de “um grande mercado interno de consumo de massas”, atrelando acesso ao consumo como elevação do status de cidadania e de “consciência de direitos”, a presidenta Dilma explicita o significado político-ideológico de cidadania preconizado por este governo, cujo caráter é essencialmente mercantil. Neste sentido, o aumento do consumo de bens duráveis por parte dos trabalhadores de salário-base não pode ser compreendido enquanto uma

96. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/veja-integra-do-discurso-de-dilma-no-forum-mundial-de-davos.html>>. Acesso em 01/09/2014.

derivação exclusiva do poder de compra do salário, mas sim, um fenômeno ocasionado por políticas indutoras de crédito, a nível público e privado.

O que este governo nomeou ao longo dos últimos anos por “expansão sustentável do crédito”, via “participação harmônica de bancos privados e de instituições públicas, bancos privados nacionais e estrangeiros”⁹⁷, nada mais foi do que a abertura do mercado nacional à voracidade das taxas de juros, que atingem os maiores índices do mundo. Um exemplo disso, é que apenas no ano de 2011 as altas sucessivas de juros para pessoas físicas custaram às famílias brasileiras um pagamento adicional de aproximadamente R\$ 42,3 bilhões de reais aos créditos adquiridos⁹⁸. Para Gonçalves (2011), esta absurda expansão do crédito nos defronta como um *otimismo trágico*. Este otimismo, fruto de uma propaganda governamental eficiente de estímulo ao consumo, têm por resultado um exponencial endividamento das famílias que compram a ideia de uma “mobilidade artificial de classe”⁹⁹.

Segundo a “Radiografia do endividamento das famílias nas capitais brasileiras”, realizada pela Fecomércio/SP nos anos de 2010 e 2011, o total de famílias endividadas no país saltou de 58,58% em 2010 para 62,5% em 2011, acompanhadas por um aumento médio de 6,39% de endividamento familiar nas capitais. A elevação do total de dívidas mensais representou um acréscimo médio real de 11,57%, percentual muito semelhante ao novo volume de

97. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/veja-integra-do-discurso-de-dilma-no-forum-mundial-de-davos.html>>. Acesso em 01/09/2014.

98. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/veja-integra-do-discurso-de-dilma-no-forum-mundial-de-davos.html>>. Acesso em 01/09/2014.

99. Entrevista de Reinaldo Gonçalves ao Correio Braziliense em 20/03/2011.

créditos fornecidos para pessoas físicas. Diante desta conjuntura, tais índices resultaram no comprometimento de aproximadamente um terço da renda mensal das famílias (29,5%) com o pagamento de dívidas em 2011. Mantida a política econômica e creditícia, ao final do governo Dilma, os dados do endividamento familiar brasileiro se mantêm inalterados. Em janeiro de 2013, o total de endividados era de 60,2%, ao passo que no mesmo mês de 2014 este número apresentava-se em 63,4%¹⁰⁰.

Se avaliarmos como artificial o poderio econômico atribuído a esta “nova” classe média, o conteúdo não é diferente do que lhe é ofertado como elevação do nível de escolaridade. Aqui, o perfil de ensino superior é condizente com a forma periférica e subordinada do país na divisão internacional do trabalho, o qual permanece restrito aos limites da reprimarização da economia. O trabalho a nós requisitado – mantendo-se confinado às barreiras internacionais que distinguem os países centrais dos de economia dependente – é excluído da necessidade de produção de um conhecimento científico avançado. Segundo esta lógica, a acumulação do capital voltada na direção dos produtos primários (hoje as commodities do pré-sal, do agronegócio e da mineração, como antes eram o café, o açúcar e a borracha), delimita a funcionalidade da política educacional. Esta atende menos aos imperativos de autonomização econômica, e mais a imperativos políticos e ideológicos de legitimidade governamental.

Tal perspectiva é evidente na oratória do governo, que atribui à educação a causa do fenômeno da “nova” classe média, socializando o citado *otimismo trágico* para as demais expectativas sociais. Para Leher (2004), esta ação

100. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/peic_janeiro_2014.pdf>. Acesso em 01/09/2014.

conduz a uma “transformação das instituições de ensino em depositárias das esperanças de inserção social de vastos setores da juventude”, onde a universidade “tem sido largamente utilizada pelos governos neoliberais como um importante instrumento de governabilidade”. Podemos constatar esta assertiva no discurso da presidenta durante a cerimônia nacional de premiação da 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, em maio de 2014:

A educação, ela dá conta de duas coisas: de um lado, ela garante que todo esse movimento foi feito nos últimos 12 anos, 11 anos, no nosso país, foi um movimento em que as pessoas ascenderam socialmente, que elas mudaram o seu padrão de consumo, a sua classe social, o seu padrão de renda. Esse movimento que levou 42 milhões para a classe média, que tirou 36 milhões de brasileiros e brasileiras da pobreza extrema e que também permitiu que os segmentos superiores da classe média fossem para as classes A e B. Esse movimento que funcionou como uma onda na nossa sociedade, ele, para ser permanente, precisa que nós tenhamos mais e melhor educação¹⁰¹.

Tanto quanto nas demais políticas sociais, a contrarreforma da educação é aprofundada no governo Dilma, concluindo a ‘cartilha’ do Plano Diretor da Reforma do Estado para a educação, herdada de Cardoso e iniciada no governo Lula. Nesta, o rebaixamento da universidade à condição de organizações próprias ao mercado se dá

101. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-nacional-de-premiacao-da-9-olimpiada-brasileira-de-matematica-das-escolas-publicas-obmep>>. Acesso em 02/09/2014.

através de um duplo movimento: a expansão virtual da educação superior através do Ensino à Distância - EAD, e a estreita vinculação da universidade à perspectiva empresarial. A condição é alterar, no plano do imaginário social, a educação da esfera do direito para a esfera mercantil. Para isso, é atribuído à educação um significado empresarial, por meio de termos como eficiência, eficácia, excelência, clientela e empreendedorismo, em muito distantes ao modelo universitário presente na Constituição Federal de 1988 e cujos defensores são desqualificados como ‘elitistas’ ou ‘insensíveis ao drama social’. Deste modo, “reformas regressivas, privatistas e que beneficiam os ricos, são apresentadas aos de baixo como uma vitória da justiça frente aos privilégios” (LEHER, 2004), em uma clara cooptação populista aos ‘de baixo’.

Assim, naturaliza-se o financiamento público para o setor privado através de programas como o Prouni e o FIES e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as Instituições de Ensino Superior públicas (IES). Se formos aos dados, identificamos a hegemonia do setor privado na educação superior: o Censo da Educação Superior de 2012 informa a existência de 2.416 IES, sendo 304 públicas (12,6%) e 2.112 de natureza privada (87,4%). Tais números apresentam uma hegemonia de instituições *não universitárias*, isto é, instituições cujas atividades reduzem-se ao ensino e não realizam pesquisa: 84,6% das IES encontram-se registradas como faculdades, enquanto as universidades e centros universitários respondem por 8% e 5,3%. Considerando que os centros universitários também não são obrigados a produzir conhecimento, temos mais de 90% do total das IES existentes na condição de *não universitárias*. O efeito desta massificação é a forte presença do setor privado nas atividades menos

custosas: o censo de 2007 revela que “o maior número de faculdades (92,5%) e de centros universitários (96,7%) está vinculado ao setor privado, enquanto as universidades estão distribuídas em proporção aproximada entre o setor público e o privado, 52,5% e 47,5%, respectivamente” (BRASIL apud DAHMER, 2009, p.271).

O que os números nos alertam é para um processo massificado de certificação do ensino superior, cujo acesso “democrático” é esvaziado em termos de qualificação profissional e destituído da garantia do direito à educação, tendo em vista a sua transferência para a iniciativa privada e a quase ausência da produção de conhecimento. Este fato se torna ainda mais grave quando visualizamos os dados referentes ao ensino à distância. O crescimento do EaD pode ser verificado em relação ao ano de 2006, quando participava com apenas 4,2% do número total de matrículas, o que se ampliou em 2007 para 7% e em 2012 para 15,4%. O capital privado tem significativa presença na oferta destes cursos: de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, em 2007, 97 instituições ofertaram 408 cursos de graduação nesta modalidade, sendo 63,7% desses de caráter privado, e, em 2012, este número já chegava ao elevado índice de 83,7%.

A partir do exposto, não há dúvidas do novo sentido atribuído à universidade: trata-se de um lócus de saber esvaziado de conteúdo crítico, instrumental ao mercado (tanto no perfil profissional produzido, como na sua função de espaço para supercapitalização) e reprodutor do permanente binômio segurança e pobreza. Pois, é a isto que se refere a ilusão da “nova” classe média quando conformada ao sonho universitário de ascensão social: um amplo percentual dos ‘de baixo’ não-famintos que literalmente comprem um título de padrão sócio-cultural. O sonho de

tornar-se ‘rico’, aliado ao desejo voraz do consumo, contém as tensões derivadas da baixa remuneração e da ameaça do desemprego. Desta forma, é a esperança a fórmula petista para segurança.

Ressignificados direitos fundamentais como a educação, e erigida a cidadania à esfera do consumo, o governo Dilma mantém-se fiel ao caráter antinacional e antissocial da nossa *cultura autocrática*, através de uma atuação que vai desde a promoção de uma falsa “prosperidade generalizada” aos setores populares, como a manutenção, em grau confortável, dos interesses privatistas. Naturalmente, como antes visto no governo Lula, um real usufruto do patrimônio nacional é restringido aos trabalhadores, e isto pode ser visualizado no destaque governamental dado à política de concessão de bens estatais para a iniciativa privada.

De forma breve, podemos enumerar alguns exemplos destas concessões. Do primeiro semestre de 2012 a meados de 2014, o governo concedeu à iniciativa privada o controle de seis aeroportos nacionais (Guarulhos, Viracopos, Juscelino Kubitschek, Galeão, Governador Aluísio Alves e Cofins)¹⁰²; realizou cinco leilões de rodovias, transferindo para a gestão privada mais de quatro mil quilômetros, sendo estas a Ponte Rio-Niterói, BR-163 (MT-PA), BR 364-060 (GO-MG) e BR 476 (PR-SC)¹⁰³; realizou três licitações de petróleo e gás, com destaque ao leilão do campo de Libra na Bacia de Santos, considerado até o momento a maior desco-

102. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/leilao-dos-aeroportos-termina-com-agio-de-ate-673-3889433>>; e <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/aeroportos-dilma-exalta-parceria-com-setor-privado>>. Acesso em 02/09/2014.

103. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1405578-dilma-anuncia-mais-cinco-leiloes-de-rodovias-no-pais.shtml>>. Acesso em 02/09/2014.

berta do pré-sal¹⁰⁴; promoveu sete leilões na área de geração de energia elétrica e dez leilões na área de transmissão; e se comprometeu em até o fim do mandato realizar concessões a um total de quatorze ferrovias públicas¹⁰⁵.

Ao fim, se consideramos até aqui a política do governo Dilma continuísta do que a precede, sobretudo no que diz respeito a agenda econômica, precisamos ressaltar o conteúdo que a diferencia. Como já explicitado neste livro, partimos do pressuposto que a nossa *cultura autoritária* possui em seu caráter antinacional duas ações concomitantes: o privilégio exclusivo aos interesses privatistas e a neutralização das vanguardas políticas da classe trabalhadora. É sobre o *modus operandi* deste segundo aspecto que se atém a sutil diferença da segunda fase do ‘ciclo PT’.

No período que corresponde a ascensão do Lula à presidência, no início dos anos 2000, se vivia uma conjuntura histórica em que o PT ainda se configurava enquanto a principal referência político-partidária para a esquerda. Sendo assim, a neutralização política que este governo procedeu junto às vanguardas dos trabalhadores se deu essencialmente pela cooptação sistemática de seus dirigentes, absorvendo-os para dentro da burocracia estatal. Vale ressaltar, que para muitas destas representações e movimentos sociais a ocupação de cargos públicos em um governo de viés socialista era tida como uma tática necessária à estratégia Democrático-Popular, uma etapa *dentro e através* da ordem e não uma ‘neutralização’ de seu protagonismo ou radicalidade. Contudo, após uma década

104. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/brasil/entenda-o-leil%C3%A3o-de-libra-o-maior-campo-de-petr%C3%B3leo-do-brasil-1.734163>>. Acesso em 02/09/2014.

105. Disponível em: <<http://www.logisticabrasil.gov.br/ferrovias2>>. Acesso em 02/09/2014.

do PT na presidência, se tornam explícitos os limites desta estratégia e o transformismo do “socialismo que nos convém” à uma pseudodemocracia.

Posto isto, neste período de um pouco mais de dez anos, a classe trabalhadora passou do ‘desencanto petista’ à tentativa de reorganização, demonstrando com dificuldade e pulverização a busca por reconstruir tanto um programa para a Revolução Socialista, como os seus próprios instrumentos organizativos autônomos. Este esforço ficou claro nas jornadas de junho de 2013, quando uma onda de manifestações tomou conta das ruas do país durante o evento da Copa das Confederações. As manifestações, iniciadas por protestos contra o aumento das passagens nas principais capitais brasileiras, ao se depararem com a violência militarizada do Estado, se desdobraram em uma extensa pauta de reivindicações¹⁰⁶. Coloridas em milhões de cartazes, as requisições populares exprimiam o desejo por direitos sociais básicos, com destaque ao transporte, educação, saúde, moradia e direito à cidade, em detrimento dos exorbitantes gastos públicos com os megaeventos. Além da denúncia da atual forma de gestão “democrática”, cuja essência particularista e corruptível foi duramente repudiada.

Os segmentos organizados dos trabalhadores não foram aqui os protagonistas exclusivos do fenômeno de junho, ainda que tenham cumprido um papel importante na tentativa de politizá-lo. Segundo Ruy Braga (2013), o perfil dos manifestantes, cuja idade média correspondia a 28 anos, tinha por características vínculos regulares de trabalho

106. Cf. MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013; e MELO, Franklin Rabelo. *Junho de 2013: Base econômica, sujeito social e processo político*. Brasília: UnB, 2014 (monografia).

(70,4%), e um nível salarial que variava de um salário-mínimo (34,3%) a dois e três salários (30,3%). Já no que diz respeito ao nível de escolaridade e organização política, a Pesquisa do Ibope revelou que 49% dos entrevistados já estavam matriculados no ensino superior e 43% já eram graduados; 86% não eram filiados a sindicatos, entidade de classe ou entidade estudantil, 96% não eram filiados a partidos políticos e 89% não se sentiam representados por nenhum partido. O que tais percentuais revelam é para o desencanto que se estende também à chamada “nova” classe média, que mesmo desprovida de vivência organizativa e política externou para o momento presente a luta pelas ditas ‘reformas burguesas em atraso’. Submetidos a uma tímida ascensão de casta e engessada ao nível da base da pirâmide social, este contingente populacional reivindicou na sua espontaneidade outro projeto de nação, no qual a garantia de direitos sociais fosse um componente inalienável da democracia.

Todavia, tal requisição é absolutamente inviável sob a *democracia de cooptação*. Isto fica claro nas respostas do governo Dilma às manifestações, que podem ser compreendidas segundo duas ações. De um lado, um ‘pacote’ que busca o consenso junto aos ‘de baixo’ e que possui, em síntese, cinco pactos: “o pacto pelo equilíbrio e responsabilidade fiscal, o pacto pela reforma política, o pacto contra a corrupção, o pacto pela saúde e o pacto pela chamada mobilidade urbana” (IASI, 2013). Se procedermos a uma breve análise sobre este ‘pacote’, identificamos que o primeiro pacto inviabiliza a existência de qualquer mudança real em políticas como a saúde e mobilidade urbana e quiçá no plano da reforma política. Trata-se do “mais do mesmo”, ou seja, da continuidade de elementos estruturais à contrarreforma do Estado, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, erigida, não por descuido ou ingenuidade, ao primeiro item desta proposta. Ressalta-se que esta lei

tem como objetivo fundamental reduzir a capacidade do Estado na implementação de políticas sociais, em contraposição ao privilegiado pagamento da dívida pública e os seus respectivos juros¹⁰⁷.

A segunda ação foi a conhecida repressão e a criminalização aos segmentos mais radicais das jornadas de junho, cuja neutralização política não foi possível apenas pelos meios usuais da *democracia de cooptação*. Esta ação representa a velha alternativa autocrática oferecida aos 'de baixo' na sua relação com a sociedade política: ou sua incorporação pacífica e 'domesticada' ou a mais completa exclusão. Se, ao final do último mandato do governo Lula, podíamos afirmar que o seu diferencial democrático estava no fato de não ter promovido ações militares contra os movimentos sociais, o mesmo não podemos afirmar quanto à segunda fase do governo PT. Um ano após as jornadas de junho, e às vésperas da Copa do Mundo, a presidenta afirma a possibilidade do Estado se utilizar das forças armadas para coibir atos de violência durante as manifestações: "a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, a Polícia Rodoviária Federal, todos os órgãos do governo federal, estão prontos e orientados para agir dentro de suas

107. Ao priorizar a formação do superávit primário, a Lei permite o corte dos gastos com despesas correntes e investimentos por parte dos estados e municípios, ao passo que preserva os gastos com o pagamento da dívida pública, com a justificativa de garantir a responsabilidade com as despesas fiscais. Isto que dizer, que a Lei de Responsabilidade Fiscal garante a remuneração do capital portador de juros às custas das políticas sociais. Os estados e municípios se veem impedidos de ampliar as políticas sociais, já que seus gastos devem ser definidos com base nesta lei, e, como é de se esperar, os gastos sociais são os mais afetados. Desta forma, a LRF se caracteriza como um mecanismo legal e aparato jurídico que garante a alimentação do capital portador de juros.

competências e, se e quando for necessário, nós mobilizaremos também as Forças Armadas”¹⁰⁸.

Não é por menos que o exército, neste mesmo período, publiciza a constituição de um órgão para captar informações e monitorar comunidades pacificadas e movimentos sociais, que passam a ser classificados pelo seu grau de periculosidade para a ordem nacional:

Qualquer tipo de movimento social, de black blocs a trabalhadores sem-teto, pode ser objeto de acompanhamento pelo Exército, caso seja enquadrado entre os segmentos que podem prejudicar a execução de uma missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Os métodos de atuação de vários desses movimentos usam táticas similares a guerrilhas urbanas e rurais e há suspeitas de que alguns deles tenham ligação com organizações criminosas das grandes capitais. A subchefia do Comando de Operações Terrestres será abastecida pelos diversos órgãos de inteligência, como o Centro de Inteligência do Exército (CIE), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Polícia Federal, além dos órgãos de informações dos Estados, entre outros. (...) Com as seguidas e crescentes convocações das Forças Armadas para atuar em áreas urbanas em todo o País, o Exército resolveu criar este órgão que, além de juntar e destacar as informações de inteligência de interesse da operação em curso, reúne dados de guerra eletrônica, defesa cibernética, comunicação social e operações psicológicas¹⁰⁹.

108. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1414430-dilma-diz-que-exercito-pode-agir-contramanifestacoes-anti-copa.shtml>>. Acesso em 03/09/2014.

109. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-brasileiro-cria-orgao-para-monitorar-manifestacoes,1536422>>. Acesso em 04/09/2014.

Desta forma, preocupada com a segurança “dos torcedores, dos turistas, das seleções e dos chefes de Estados” que visitaram o país no período da Copa do Mundo, a presidenta autorizou e estimulou a atuação do Exército, em conjunto com a polícia militar, em todas as 12 cidades-sedes em que foram realizados os jogos do mundial¹¹⁰. Bem como, deixou claro nas redes sociais a necessidade do recrudescimento da defesa por parte do Estado. Em suas publicações oficiais, Dilma tece críticas ao que considera serem os “abusos” por parte dos manifestantes, nomeando tais ações de “barbaridades antidemocráticas” e atribui às forças de segurança a “obrigação de assegurar que as manifestações ocorram de forma livre e pacífica”.

O governo não apenas organizou e executou a violência armada contra os setores insurgentes, mas tentou inculcar-lhes uma ‘cartilha democrática’ pacifista e acrítica de manifestação. O ‘ciclo PT’ encerra neste ato qualquer sombra de dúvida quanto a *cultura autocrática* do qual se tornou portador, executada em todas as suas potencialidades em nome da governabilidade estatal. Todavia, o que esta falência partidária nos revela de mais importante, enquanto saldo histórico, é para inviabilidade da ‘Revolução Democrática’ *dentro e através* da ordem sob o capitalismo dependente, sobretudo, em um momento histórico em que as *reformas burguesas em atraso* não encontram sob a égide neoliberal sua viabilidade político-econômica. Para países periféricos como o Brasil, cujo ranço autocrático é simbiótico ao padrão dependente de acumulação, a classe trabalhadora deve despir-se de ilusões parlamentaristas ou etapistas ainda que em nome dos trabalhadores ou de seus possíveis aliados.

110. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3565314/dilma-oferece-tropas-do-exercito-estados-que-receberao-copa#ixzz3CILUddcx>>. Acesso em 04/09/2014.

Considerações Finais

Em linhas gerais, a forma teórica acabada do que denominamos por Estratégia Democrático Popular encontra-se nos últimos escritos de Florestan Fernandes, na tese *O PT em movimento* (1991), em contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores, e na obra *Em busca do Socialismo* de 1995. Crítico às duas formas de socialismo que então se apresentavam – o conceito ambíguo de “socialismo democrático” e o auto-proclamado socialismo europeu (equalizado às experiências de *welfare state*) – o autor propôs algo distinto, tanto das deformações burocráticas do “socialismo real”, como do “Estado de Direito capitalista”¹¹¹. Para ele, uma estratégia revolucionária deveria ter por fundamento axiológico uma nova civilização, e essa apenas poderia advir da libertação de “velhos grilhões”. Grilhões esses, representativos do que nomeou por serem os nossos nativos “conflitos irresolvidos”, agravados pela coexistência irracional burguesa entre formas de exploração econômica ultra-arcaicas com os requisitos “neocapitalistas” de privatização.

Nesta perspectiva, a transformação e a dissolução da sociedade capitalista assumiria uma forma peculiar, o de uma “Revolução Democrática”, inerente a dois tipos de tarefas: a que a burguesia deixou de lado ou desempenhou de maneira parcial, correspondente a primeira etapa da revolução ‘dentro da ordem’: o acúmulo de forças no processo de construção da ‘democracia de massas’. E, as tarefas políticas específicas à transforma-

111. Cf. FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995.

ção e a revolução ‘contra a ordem’, que caberiam aos trabalhadores e a seus aliados, e teriam por consequência a constituição de um regime socialista.

Contudo, ao início dos anos 1990, o autor procede a um maior desenvolvimento em suas formulações iniciais. Agora, o primeiro momento – derivado dos papéis de classe da burguesia – dizia respeito às *tarefas intrínsecas ao capital*. Nestas, o embate transcorreria “fora do espaço exclusivamente proletário e socialista” (FERNANDES, 1991, p.60). Conquistado o Estado, de forma pacífica ou não, se faria necessário uma “reforma capitalista” descolonizadora e antiimperialista, na qual “a burguesia, com sua sociedade civil e com seu Estado, descobre-se empurrada contra a parede” (Idem, p.62). Através da pressão, controle e estímulo dos trabalhadores, os setores dominantes se viriam compelidos a assumir, em detrimento das funções modernas e subcapitalistas da “livre-iniciativa”, os riscos de sua posição de classe. “Como se os ‘de baixo’ também fossem associados e solidários ao desenvolvimento capitalista desigual” estes arrancariam “aos pedaços” da burguesia a execução de suas tarefas de legitimação: a “modernização necessária da ordem legal”¹¹², referente aos direitos e garantias sociais fundamentais à reprodução material e espiritual dos subalternos. Neste movimento, as fissuras causadas na égide burguesa abririam o espaço necessário para que os trabalhadores, ao tomarem para si o patrocínio real das “reformas estruturais aceitas”¹¹³, construíssem o caminho à próxima etapa: a ação *contra* a ordem. Retirada da geladeira a esterilização política das mudanças estruturais, o segundo grupo de tarefas, pressupunha uma já consoli-

112. FERNANDES, Florestan. O PT em Movimento. São Paulo, Cortez, 1991, p. 60-65.

113. Idem, Ibidem.

dada “democracia pluralista” com “centralização do poder das classes subalternas e de setores radicais”¹¹⁴. Cumpridos esses requisitos, estaria posto o norte para o que é, na acepção de Marx, uma revolução global: não como melhorias da sociedade existente, mas como a emergência do “novo”, o fim da relação entre classes.

Esta nova conformação da teoria da revolução em Florestan Fernandes distingue-se, em cruciais “detalhes”, das suas formulações anteriores – presentes nas obras ‘Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina’ (1973), ‘Brasil em compasso de espera’ (1980), ou no ensaio ‘Nós e o Marxismo’ (1983). No decênio compreendido entre a crise e o fim da autocracia burguesa – aproximadamente de 1975 à 1985 – a produção teórica de Fernandes acerca da revolução “dentro da ordem” é impulsionada pela conjuntura de emergência operária do ABC paulista, no movimento da classe trabalhadora brasileira em conquista da sua emancipação política. Para ele, este momento de passagem para *classe em si* estaria articulado ao refutamento da “revolução secundária” da burguesia, sendo posto em seu lugar um processo alternativo, que longe de “gradualismo democráticos”, diria respeito à sequência de instabilização “dentro da ordem” e posterior derrocada do Estado burguês¹¹⁵.

Já nos seus escritos durante e após a redemocratização, muito influenciados por sua vivência militante no Partido dos Trabalhadores, o processo de construção “de uma ordem social própria e de uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e anti-imperialista à emergência e à vitória do socialismo”¹¹⁶

114. Idem, p.70-78.

115. Cf. FERNANDES, Florestan. Nós e o Marxismo. São Paulo: Expressão Popular, p.20-21.

116. Idem, Ibidem.

ganha, na ótica do autor, certos “espaçamentos” que não faziam mais referência à uma imediata desagregação e ruptura com o Estado burguês. Referenciado no programa de governo do PT de 1989, os requisitos estruturais e dinâmicos antiimperialistas para a construção da “sociedade civil transitória” passariam pela conquista da esfera pública estatal. Caberia a “elaboração de um espaço social exclusivo dos trabalhadores na sociedade civil e no Estado” (FERNANDES, 1991, p.65), numa tensa coexistência entre o capital e o trabalho pela execução das reformas capitalistas em atraso, ainda que com o protagonismo e centralidade dos trabalhadores. A novidade programática estaria posta no *compasso de espera* entre a construção de uma “democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima”, incluindo nestas as reformas de interesse exclusivo da classe trabalhadora, e a “formação das premissas históricas de uma revolução socialista” (Idem, p.11).

Fernandes (1991, p.10), receoso dos desvios que o PT indicava na sua institucionalização, com caracteres muitos próximos ao que denominou por “socialismo de coabitação” – a “reforma capitalista do capitalismo” – lança um questionamento preciso a esta organização, quase que uma reflexão sobre os limites que sua própria intensão programática começava a demonstrar: “O PT manterá a natureza de uma necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a ‘ocupação do poder’ à ótica revolucionária marxista?”

Como visto com a maturidade desse partido, e com o desdobrar da sua plataforma política democrático-popular, nunca houve nada mais contraditório do que a ideia de constituir uma democracia dos trabalhadores no

interior da sociedade de classes. A tentativa de buscar tal convívio, em sua maioria na esfera burocrática e cooptada da micropolítica, foi fatal aos “de baixo” e distanciou, a cada rebaixamento programático, qualquer resquício de premissa socialista. Poderíamos dizer, quase duas décadas após os últimos escritos deste comprometido e admirável marxista, que a revolução “dentro da ordem” metamorfoseou-se em “cooptação dentro da ordem” e que o horizonte fora dos marcos da dependência capitalista precisa ser reescrito e exige dos socialistas atuais além de muito esforço e comprometimento militante, um acurado conhecimento de história.

Apesar deste livro estar voltado para o estudo da formação social do Brasil e os impactos da mesma sobre o desenvolvimento de um programa revolucionário particular, não podemos pensar que os contornos do que foi denominado por Estratégia Democrático-Popular nos foi algo exclusivo ou essencialmente nacional. Ao tentar encontrar uma resposta para além do capital¹¹⁷ deparamo-nos com uma reflexão muito semelhante no âmbito latino-americano, no que Meszáros (2009) considera ser hoje a teoria de uma *política radical de transição para o socialismo*¹¹⁸.

117. Meszáros (2009, p.76) diferencia capital e capitalismo, considerando o primeiro como “uma categoria histórica dinâmica”, cuja força social correspondente aparece, na forma de capital “monetário, mercantil”, etc, vários séculos antes do modo de produção capitalista consolidado. Como, da mesma forma, “a produção de mercadorias, necessariamente, transforma-se em produção capitalista de mercadorias, num momento dado” (MARX apud MESZÁROS, 2009, p.77). O que implica em problemas reais para a transformação socialista, visto que o capital e a produção de mercadorias não só precedem, mas também necessariamente sobrevivem ao capitalismo, como questão de profundidade das determinações estruturais.

118. Otimista quanto as condições atuais para derrocada do capital - dadas pelo diagnóstico de esgotamento da capacidade do “capital

A aproximação do pensamento do autor com a nossa programática dá-se justamente sobre o “longo prazo socialista”, etapa prévia ao “reino da nova forma histórica” (Meszáros, 2009, p.75). Contrário ao que chama da atuação trabalhista na “linha de menor resistência”, ou seja, a defensiva dentro dos marcos das velhas premissas sociais da política burguesa, a *política ofensiva* deve ater-se à “brecha” aberta em tempos de crise econômica (oportunidade que para Fernandes era vista no Brasil no período de fim do ciclo autocrático-burguês), alargando a influência político-social da classe trabalhadora para muito além do ápice da própria crise cíclica do capital. Para isso, Meszáros propõe uma conversão de um ‘tempo transitório’ a um ‘espaço permanente’ por meio da reestruturação dos poderes institucionais burgueses de tomadas de decisão. Referenciado na experiência de Hugo Chávez na Venezuelana, o intelectual propõe que, dado o primeiro passo da conquista da “arena política propriamente dita”, se impusesse um processo contínuo de socialização do poder para a “esfera da auto-atividade da massa” (Idem, p.90).

O que novamente se põe aqui - agora sob a forma de uma teoria global da revolução - é a evidência dos limites que a reconstrução da teoria revolucionária, numa perspectiva crítica ao centralismo e a burocratização estatal, têm encontrado em superar os limites da democracia institucional burguesa. Ainda que fiel a orientação marxiana, o “tempo transitório” de Meszáros não é diferente do

social total” - e crítico, assim como Fernandes, da superposição da transição socialista ao seu objetivo estratégico, o pensador projeta, no mesmo sentido dos escritos de Marx, duas implicações à ruptura revolucionária: os seus objetivos estratégicos - a “outra sociedade” - a qual requer, fundamentalmente, a superação efetiva dos marcos do capital; e, o “longo prazo socialista”, posto nos objetivos imediatos de superação das forças dominantes.

sentido que assume a revolução “dentro da ordem” nas obras de Florestan Fernandes. Assim como, em ambos, o parlamento – ainda que tomado para os interesses do trabalho – adquire uma insubstituível funcionalidade tática, materializada em uma etapa nunca antes projetada por Marx. Experiências políticas atuais ilustradas pelo pensador como a de Evo Morales na Bolívia e a de Chavez da Venezuela, as quais demonstram uma radicalidade a muito perdida pelo PT na posse e programa de governo, têm evidenciado limites claros para gerenciar uma política de enfrentamento com o capital dentro do seu contraditório lócus político de dominação e consenso.

Por fim, nos resta esboçar apontamentos programáticos que ultrapassem os muros do ‘Estado de todos’, democrático-burguês por excelência, que supondo tratá-lo como parte da construção de uma nova ordem societária, ainda faz da ordem uma necessidade e tende a alcançar no seu ponto máximo o horizonte da emancipação política. Nesse sentido, precisamos refletir sobre um “problema”, que de longe não restringe-se aos des-caminhos da ‘Revolução Brasileira’, mas têm se tornado um limite para a maior parte dos partidos comunistas operários: a relação entre *tática* e *estratégia*.

Para tratar deste aspecto, precisamos nos ater antes a uma afirmação sobre a conjuntura presente, que já realizada neste trabalho, nos despe da reatualização de velhos desvios. Trata-se da convicção de que o ciclo da Revolução Burguesa se encerrou e que sobre ele não há qualquer atraso ou pendência, ao contrário, a hegemonia burguesa de caráter imperialista, monopolista e latifundiária consegue articular com confortável legitimidade sua anacrônica dependência periférica sobre a plural estrutura da *democracia de cooperação*. Desfazendo assim, a viabilidade de esperan-

ças quanto a uma etapa prévia ao socialismo, no sentido do que Meszáros (2009) chamou de “tempo transitório” e Fernandes (2011b) projetou como o “acúmulo de forças” em torno das tarefas burguesas irresolvidas. Entretanto, tudo isso não quer dizer, que a necessidade da transformação e a convicção socialista, ambas convertidas em flexibilidade tática, devam ignorar a esfera ‘dentro da ordem’ e limitar-se a defesa “de uma perspectiva agitadora imediatista, fácil e ingenuamente otimista” (MESZÁROS, 2009, p.79).

Dentre as premissas históricas para revolução socialista está, fundamentalmente, a combinação entre as *condições objetivas da situação revolucionária* com a *mudança subjetiva da classe trabalhadora*. Enquanto a primeira é a “brecha aberta” (Idem, p.89), definida por Lênin (1979) como a crise política da classe dominante, que cria uma fissura pela qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas forçam um caminho; a segunda, é a capacidade no que concerne aos subalternos “de conduzir ações revolucionárias de massas bastante vigorosas para destruir completamente (ou parcialmente) o velho governo”¹¹⁹.

Para que a segunda premissa faça possível subtrair da “situação revolucionária” o surgimento da revolução, se faz necessário, como recurso tático, a construção da vontade coletiva no solo histórico do presente, no dia a dia das demandas e interesses dos trabalhadores, de modo a potencializar sua organização e identidade de classe.

119. Lênin (1979) define como três os índices de uma situação revolucionária: (1) impossibilidade das classes dominantes de manter seu domínio sob forma imutável, crise das “cúpulas”; (2) agravamento extremo da miséria e do desespero das classes oprimidas; (3) acentuação marcada pelas razões indicadas da atividade das massas que se deixam pilhar tranquilamente nos períodos “pacíficos”, mas que, num período tempestuoso, são impelidas, tanto pela crise no seu todo como pelas próprias “cúpulas” a uma ação histórica independente.

Seguindo a prerrogativa de Marx (2007, p.24-28) de que “toda luta de classes é, contudo, uma luta política” e que “a luta do proletariado contra a burguesia, não pelo seu conteúdo, mas pela forma, é em primeira instância nacional”. Nesta perspectiva, o ‘dentro da ordem’, nos dias de hoje, assume a forma da luta por uma premissa básica: a reprodução dos ‘de baixo’. Luta que se concretiza nas reivindicações por direitos e políticas sociais, nos anseios por saúde, educação, habitação, terra e trabalho.

Através da requisição dessas demandas não estamos propondo novamente as ‘reformas burguesas em atraso’, mas aproximando tais necessidades do papel político que adquiriu a luta pela limitação da jornada de trabalho ao final do século XIX na Inglaterra: como força “de reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis, na medida em que eles se aproveitem das divisões entre os burgueses” (Idem, p.24). Nesse sentido, rompendo com esperanças táticas que perpassem o apoio ou ocupação do sistema parlamentar, devemos nos ater ao que Gramsci chamou da “verdadeira e própria democracia operária”, onde a organização e identidade entre os trabalhadores se põe em “contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês”¹²⁰.

Para “dar forma e disciplina permanente a estas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, articulá-las e potencializá-las, fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada”¹²¹, de modo a prepará-la para substituir o Estado moderno, é que se propõe, como pensado por Netto (2012) e Iasi (2012), a construção de um *bloco*

120. GRAMSCI, Antonio. *Eleitoralismo*. Avanti!, ed. Piamontesa de 23/08/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Consultado em 14/04/2012.

121. Idem, Ibidem.

revolucionário de gravitação proletária, a projetar nos enfrentamentos cotidianos a estratégia revolucionária¹²². Contrapondo-se ao poder burguês, a tarefa que este bloco adquire, de exclusiva composição trabalhista, é a de construir a organicidade das lutas diárias ao horizonte antiimperialista ‘fora da ordem’, até que a radicalização das reivindicações, somada a um momento de situação revolucionária possibilite a ruptura com a ordem burguesa e seu Estado.

122. Fala proferida no evento de comemoração aos 90 anos do PCB, na palestra “O PCB e a estratégia socialista da Revolução Brasileira”, em 22/03/2012, das 18h às 21h, Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ABRAMIDES, M. Beatriz C.; CABRAL M. do Socorro Reis. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposições no Brasil – 1964/1984. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1985 apud ABRAMIDES, M. Beatriz C.; CABRAL M. do Socorro Reis. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

AMMANN, Safira Bezerra. **Os incansáveis, Movimento Popular de Brasília**. Práxis nº4. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANANIAS, Patrus. **Incluir para crescer, uma inversão de prioridades**. Inscrita. Brasília: CFESS, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A substância da crise**. In: MESZÁROS. István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009a.

_____. Um Pensamento Insubmisso. In: **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2009b.

ANDERSON, Perry. Além do Neoliberalismo. In: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.): **Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BEHRING, Elaine Rossethi. **Políticas Sociais no governo Lula: uma reflexão**. Brasília: Inscrita, 2005.

BEHRING, Elaine Rossethi; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

BORGES, João Machado Neto. **Governo Lula: uma opção neoliberal**. In: PAULA, João Antônio de. Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à Produção Flexível**. O espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado**. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRASIL. INEP/MEC. **Censo da Educação Superior 2007**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 03/09/2014.

_____. INEP/MEC. **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 03/09/2014.

BRAVO, Maria Inês. **O significado político e profissional do congresso da virada para o Serviço Social brasileiro**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A política de saúde no governo Lula**. Inscrita. Brasília: CFESS, 2009.

CHASIN, J. Prefácio. In: ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **A Miséria Brasileira**. 1964-1994: do Golpe Militar à Crise Social. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. 3ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DAHMER, Larissa. **Mercantilização do ensino superior**, educação à distância e Serviço Social. Revista Katálysis. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

_____. **O que é Revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **O PT em movimento**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Em busca do socialismo**. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **Pensamento e Ação**. O PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. 4ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

_____. **Sobre a Revolução Brasileira**. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.

_____. **Movimento socialista e partidos políticos**. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

_____. **Nossas perspectivas atuais**. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011c.

_____. **O governo Geisel e a Contrarrevolução**. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011d.

_____. **Revolução ou Contrarrevolução?** In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011e.

_____. **Reflexões sobre o presente**. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011f.

_____. **Repensando a Revolução Burguesa no Brasil**. In: FERNANDES, Florestan. Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011g.

_____. **O Imperialismo e a Revolução Democrática.** In: FERNANDES, Florestan. *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011h.

FILGUEIRAS, Luiz. e GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREDERICO, Celso. **Crise do Socialismo e Movimento Operário.** São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980.

GHON, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais.** A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GIANNOTTI, Vitor. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Eleitoralismo. Avanti!,** ed. Piamontesa de 23/08/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

_____. **Democracia Operária.** L'Ordine Nuovo de 21/06/1919. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

_____. **Controle Operário.** L'Ordine Nuovo de 10/02/1921. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em 28/03/2012.

GRANEMAN, Sara. **Necessidades de Acumulação Capitalista.** Inscrita. Brasília: CFESS, 2005.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo, Loyola, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital Fetiche.** Capital Financeiro, trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil.** São Paulo: EDUSC, 2004.

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe.** O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação?** A política educacional

do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

_____. **A Contrarreforma Universitária de Lula da Silva**. 2004. Disponível em: <<http://www.fedesp.org.br/superior/Roberto%20LeherA%20contrarreforma%20universit%C3%A1ria%20de%20Lula%20da%20Silva.htm>>.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

_____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **A Falência da II Internacional**. São Paulo: Kairos, 1979.

_____. **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**, 1905a. Disponível em : <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/index.htm> Acesso em 13/07/2014.

_____. **O começo da revolução na Rússia**, 1905b. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/01/25.htm>. Acesso em 09/02/2015.

_____. **Revolução do Tipo de 1789 ou do Tipo de 1848?** 1905c. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/04/rev_tipo.htm. Acesso em 09/02/2015.

MARX, Karl. “Processo de trabalho e produção de valorização”, “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo” e “Salário, preço e lucro”. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética no trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo**: esforços organizativos e reposicionamentos entre movimentos políticos e sociais dos trabalhadores durante o governo Lula. Rio de Janeiro: LASA, 2009.

_____. **Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso brasileiro.** In: LEHER, Roberto. SETÚBAL, Mariana. Pensamento Crítico e Movimentos Sociais, diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Franklin Rabelo. **Junho de 2013: Base econômica, sujeito social e processo político [monografia].** Brasília: UnB, 2014.

MARICATO, Ermínia [et al]. **Cidades Rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. **O Partido Comunista na raiz da teoria da Via colonial do desenvolvimento do capitalismo.** In: Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MESZÁROS. István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002 apud ANTUNES, Ricardo. A substância da crise. In: MESZÁROS. István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009, p.10.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social:** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, 1996.

_____. **A conjuntura brasileira:** o Serviço Social posto à prova. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Cinco Notas à Propósito da “questão social”. In: NETTO, José Paulo. **Capital Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; IASI, M. L. Palestra: **“O PCB e a estratégia socialista da Revolução Brasileira”.** Rio de Janeiro, 22 de Março de 2012.

OLIVEIRA, C. A. B; MATTOSO, J. E. L (Orgs.). **Crise e Trabalho no Brasil.** Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

PONT, Raul Anglada. **Da crítica ao populismo à construção do PT.** Porto Alegre: Seriema, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **História Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1970.

PRESTES, Anita Leocádia. **Da “Declaração de Março” de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático.** Revista Crítica Marxista, nº 32. São Paulo: Unicamp, 2011. p.147-174.

_____. **O PCB e o golpe civil-militar de 1964: causas e consequências.** Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC, 2014. p.150-168.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991 apud NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2007, p.80.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEGATTO, José Antônio. **O PCB e a revolução nacional-democrática.** In: Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Giselle Souza da. **Seguridade Social e monetarização de direitos sociais** [monografia]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVA, Luis Inácio. Discurso 1º Convenção Nacional do PT. In: IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe. O PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAUILE, J. R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo: UNICAMP, 2008.

TSETUNG, Mao. **Sobre a Prática**. Sobre a Relação entre o Conhecimento e a Prática - A Relação entre Conhecer e Agir. Disponível em: <http://www.marxists.org>.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil**. Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. Rio de Janeiro/Revan/UPERJ/UCAM, 1998.

VV.AA. **Cidade, Povo e Poder**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEDEC, 1982.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 02/09/2014.